

REVISTA CATARINENSE DE

HISTÓRIA

5

Repensando os Domínios de Clio:
as angústias e ansiedades de uma disciplina
Luiz L. S. Manoel Guimarães

O Texto de História nas Escolas Teuto-Catarinenses:
dois casos de uma "historiografia doméstica"
João Klug

A Política de Imigração e Colonização do Império:
conflitos e limites
Paulo Pinheiro Machado

A História Política Hoje: novas abordagens
Loiva Cleo Félix

Texto Visual e Texto Verbal
Miriam Lifchitz Moreira Leite

Semiótica da Cultura: busca de uma visão sistemática
Norval Baitello Junior

Novas Tendências Historiográficas da Alemanha
(1970 - 1990)
Augustin Wernel

Departamento de História
da Universidade Federal de Santa Catarina

Revista Catarinense de História
Nº 5

Editora
Insular

A Revista Catarinense de História publica semestralmente artigos, ensaios, monografias, traduções, documentos, relatos, projetos de pesquisa e resenhas, além de outras informações de interesse na área de história. É uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões aqui expressas. Cabe ao Conselho Editorial, integrado por professores do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC e da Associação Nacional de Professores de História–Anpuh/SC, estabelecer os temas prioritários, selecionar as colaborações que serão publicadas e definir os aspectos gerais da edição. A Comissão Executiva, com a mesma representação do Conselho Editorial, administra a pauta e o fechamento de cada edição junto à Editora Insular.

Revista Catarinense de História
ISSN: 0103-6742

Conselho Editorial:

Élio Cantalício Serpa (Anpuh), Maria Bernardete Ramos Flores (Mestrado)
e Thais Luzia Colaço (Departamento de História).

Comissão Executiva:

Eunice Sueli Nodari (Anpuh), Joana Maria Pedro (Mestrado),
Nelson Rolim de Moura (Editora Insular)
e Paulo Pinheiro Machado (Departamento de História).

Preparação de originais:

Nelson Rolim de Moura e Janete Maria Pasini

Tradução inglês:

Eunice Sueli Nodari e Paul Richard Miller

Diagramação:

L.G.Meyer Editora

Editora Insular Ltda. ME
Rua Felipe Schmidt, 51, salas 103/104, Shopping Center Plaza
Fone/fax: 0055-048-223-3428
CEP 88010-000 – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Filiada à CCL-Câmara Catarinense do Livro e ao SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros

Sumário

Repensando os Domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina <i>Manoel Luiz L. S. Guimarães</i>	5
O Texto de História nas Escolas Teuto-Catarinenses: dois casos de uma “historiografia doméstica” <i>João Klug</i>	21
A Política de Imigração e Colonização do Império: conflitos e limites <i>Paulo Pinheiro Machado</i>	29
A História Política Hoje: novas abordagens <i>Loiva Otero Félix</i>	49
Texto Visual e Texto Verbal <i>Miriam Lifchitz Moreira Leite</i>	67
Semiótica da Cultura: busca de uma visão sistemática <i>Norval Baitello Junior</i>	87
Novas Tendências Historiográficas na Alemanha (1970 - 1990) <i>Augustin Wernet</i>	95

Repensando os Domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina

Manoel Luiz L. S. Guimarães. (UFRJ/UERJ)

Resumo: O presente artigo tem por finalidade discutir algumas das contribuições mais recentes para a reflexão acerca da historiografia. Ocupando um papel secundário na pesquisa histórica, a reflexão acerca da historiografia tendia a constituir-se em grandes repertórios de autores e títulos, problematizando insuficientemente este campo específico de pesquisa. As transformações mais recentes no campo da produção do conhecimento histórico têm, contudo, contribuído de forma relevante para uma alteração em relação a esta área específica dos estudos históricos.

Palavras-chave: Historiografia – Conhecimento histórico – Historiadores

Abstract: The aim of this article is to discuss some of the most recent contributions for a reflection about Historiography. In the past the reflection about historiography was relegated to a second level in the historical research. The main concern was to have an enormous list of authors and titles and very little preoccupation in questioning in this specific field of research. However, recent transformations in the field of production of historical knowledge contributed relevantly for a change in this specific area of historical studies.

Keywords: Historiography – Historical knowledge – Historians

Neste final de milênio que se aproxima, parece voz corrente a constatação de vivermos uma certa “crise” da disciplina histórica. Curiosamente esta constatação pode ser feita juntamente com uma segunda, que também diz respeito ao exercício do ofício de historiador: de disciplina secundária nos meios de comunicação, parece que recentemente os historiadores têm ganho espaço na mídia e no mercado editorial, ainda que a situação esteja longe de se constituir num “mar de rosas”. Mesmo para o caso do Brasil esta situação tem se altera-

do ao longo das últimas duas décadas, particularmente no que diz respeito a uma maior institucionalização da disciplina (o crescimento dos cursos de pós-graduação, por exemplo, é um elemento central deste processo de consolidação de um campo de saber entre nós) e sua presença na mídia. Frente às incertezas de nossa contemporaneidade, as sociedades parecem esperar daqueles que se dedicam à reflexão histórica referências seguras para o enfrentamento de um mundo desconhecido, onde a experiência da diferença e da diversidade questionaram as formas clássicas de uma escrita da História fundada na possibilidade das grandes unidades de identificação, como a Nação moderna por exemplo, e nos grandes princípios aglutinadores, como a idéia de progresso. Estamos, portanto, frente a uma curiosa tensão: o diagnóstico de uma crise da ciência histórica ao lado de uma demanda por explicações históricas por parte de um público.

Gostaria de sublinhar que esta constatação inicial não significa assumir uma postura pessimista quanto ao desenvolvimento de nossa disciplina, que, muito pelo contrário, vem demonstrando um vigor produtivo significativo. Esta tensão, talvez, seja própria exatamente deste vigor e dos impasses advindos de um crescimento do campo. Assumir a dimensão positiva desta crise pode e deve significar para nós, que nos dedicamos ao ofício de historiador, um caminho para uma reflexão acerca do nosso próprio campo, retraçando sua história, não para diagnosticar seus erros e aprender com seus acertos, mas, sobretudo, para a partir desse movimento inventarmos novas possibilidades do “fazer histórico” como forma, também, de conseguirmos inventar um mundo melhor.

Proponho assim, a partir da constatação de Pierre Nora¹, que a História atingiu sua etapa epistemológica, que uma reflexão de natureza historiográfica possa nos ajudar a enfrentar os desafios de um fim de milênio. Segundo o historiador alemão Jorn Rusen², em seu instigante trabalho acerca dos quatro modos de escrita da História, a reflexão acerca do *que fazemos, como fazemos, porque fazemos* quando escrevemos História, ganhou foros de um problema teórico da máxima importância,

1 NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux. In: “_____”. Org. *Les lieux de mémoire*. I- La République. Paris, Gallimard, 1985.

2 RUSEN, Jorn. Die vier Typen des historischen Erzählens. In: KOSELLECK, Reinhart; LUTZ, Heinrich & RUSEN, Jorn. Org. *Theorie der Geschichte*. Bd. 4. Formen der Geschichtsschreibung. München, Dtv, 1982. p. 514-605.

posto que se trata de uma investigação acerca de um processo de constituição de sentido e significado sobre o passado. Se aceitarmos ainda com este mesmo historiador, em sua releitura de Droysen³, que é através do relato que transformamos eventos em fatos, teremos aí justificativa importante para investigarmos como procedemos nesta tarefa de constituição de fatos, enfim como realizamos nossa tarefa de historiadores. Fim definitivo de uma era que ainda podia acreditar que a História falaria de fatos dados à observação do historiador, pressupondo assim uma realidade objetiva como condição suficiente para a fala do historiador-cientista.

Profundamente marcada pela História que os homens fazem, uma vez que se coloca como tarefa uma reflexão racional acerca deste fazer, matéria-prima indispensável para que se realize como esforço intelectual, a escrita desta História não pode esquecer sua condição fundamental de historicidade, o seu lugar no tempo e entre os homens; sua contingência. Se bem esta escrita não reflete objetivamente estas condições, sua compreensão não pode dispensar a sua consideração, sob pena de pensarmos nosso ofício como estando para além e para fora desta mesma história. Assim, para que possamos compor um quadro capaz de dar intelegibilidade à constatação de que atravessamos uma crise em nossa disciplina, torna-se necessário pensar esta “crise” na moldura maior das profundas transformações pelas quais vêm atravessando as sociedades contemporâneas a partir dos anos 70.⁴

3 _____ . Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung.
In: _____ . *op. cit.* p. 192-200.

4 Há uma vasta bibliografia dando conta deste diagnóstico de crise da disciplina histórica . Indicamos aqui apenas alguns destes trabalhos, disponíveis em língua portuguesa: LE GOFF, Jacques. Org. A História nova. São Paulo, Martins Fontes, 1990. Particularmente a introdução que escreve para a nova edição francesa de 1988 levanta questões interessantes para compreensão do estágio atual dos problemas no campo da produção do conhecimento histórico.

DOSSE, François. A História em migalhas. Dos Annales à nova História. São Paulo, Ensaio; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. Ver especialmente a introdução e o balanço da produção no campo historiográfico com suas principais linhas de força.

BANN, Stephen. As invenções da História. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BURKE, Peter. Org. A escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Especialmente a introdução.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990. Ver especialmente o capítulo 1.

1. Clio já não é uma mestra

Fundada a partir da convicção no progresso como experiência central dos homens ao longo da sua história, nossa disciplina, institucionalizada e definida como campo autônomo de saber no auge desta crença no século XIX, parece ter se transformado na memória deste mesmo progresso, como uma escrita que reafirmasse a cada passo uma natureza intrínseca que se desvelasse a cada novo período histórico estudado. É como se a existência “real” de fatos históricos pudesse comprovar empiricamente aquilo que se constitui num elemento central para a identidade moderna das sociedades ocidentais contemporâneas: o progresso como marca distintiva do estar no mundo destas sociedades.

Nas duas versões utópicas em que esta escrita foi pensada, correspondendo aos dois grandes projetos sociais que se constituíram em matrizes significativas para a ação histórica do homem no século XIX e XX – o capitalismo e o socialismo – foi preservada esta crença num progresso como inerente à experiência dos homens, ainda que a compreensão deste progresso tivesse matizes diferenciados em cada uma destas análises. Em outras palavras, preservava-se assim uma certa esperança numa história com capacidade emancipadora, como resultado de uma ação decorrente de um conhecimento objetivo e científico do passado humano, capaz de fornecer as chaves explicativas para os impasses desta mesma História e as soluções para o encaminhamento de um futuro melhor. Em suma a História como uma pedagogia do homem moderno, na melhor tradição do espírito das Luzes.⁵

Já na segunda metade do século XIX algumas vozes isoladas⁶ levantaram-se contra esta crença implícita na definição de uma “ciência

Importante ressaltar que todos estes textos têm como referência maior a produção da chamada História nova francesa, designação um tanto vaga que procura dar conta da vasta e diversificada produção historiográfica herdeira dos *Annales*.

- 5 Sobre a tradição iluminista na escrita da História consultar: BLANKE, Horst Walter & RUSEN, Jorn. Org. *Von der Aufklärung zum Historismus*. Zum Strukturwandel des historischen Denkens. Paderborn; München; Wien; Zurich, Schöningh, 1984.
- MUHLACK, Ulrich. *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung*. Die Vorgeschichte des Historismus. München, Beck, 1991.
- 6 Ver especialmente as reflexões de Nietzsche a este respeito em : NIETZSCHE, Friedrich. *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben*. Stuttgart, Reclam, 1980. Há uma tradução em português publicada na Coleção “Os Pensadores”, no entanto não a tradução do texto integral no original. Ver: _____. Da Utilidade e desvantagem da História para a vida. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 58-70.

histórica”, abrindo caminho para uma reflexão que pudesse enraizar este novo saber em gestação na materialidade do mundo histórico. No século XX, a experiência das duas grandes guerras mundiais trouxe novos elementos à reflexão crítica acerca de um progresso como contingência da experiência humana e de seus valores como necessariamente positivos. O futuro parecia não guardar necessariamente a solução para as aflições cotidianas do homem moderno e apostar num futuro incerto parecia agora não contar com a sua adesão incondicional. Mas foram certamente os questionamentos vindos a partir das experiências de 68, que trouxeram para o campo da reflexão historiográfica novas interrogações acerca do fazer História.⁷

Em primeiro lugar, os grandes temas e problemas que haviam constituído o campo da História como disciplina, parecem ceder terreno para outras preocupações e interrogações postas pela sociedade. Ao resemantizar o campo da política, os movimentos de maio de 68 politizaram e conferiram interesse a aspectos pouco ou nada considerados pela historiografia clássica. Os temas e aspectos ligados à vivência cotidiana dos homens comuns do passado pareciam um contraponto importante para uma História que se dedicara prioritariamente ao estudo das grandes estruturas, motor primeiro da História dos homens: o Estado, as classes sociais etc. Por outro lado, a ação das duas grandes potências no cenário da Guerra Fria, os Estados Unidos em relação à Guerra do Vietnam e a União Soviética em relação aos países do Leste Europeu, parecia por em questão as duas grandes utopias políticas herdadas do século XIX e que cada uma destas potências pretendia representar.

No campo propriamente da reflexão intelectual, os historiadores experimentavam, desde o final da década de 50, críticas importantes ao projeto de ciência construído a partir da definição e institucionalização do campo. Neste sentido, o debate Lévi Strauss-Braudel é expressivo das críticas à forma como os historiadores concebiam a produção do conhecimento em sua área. Nos anos 60 a crítica de Foucault, a partir de uma releitura de Nietzsche, a uma certa concepção de História voltada para a busca e pesquisa das origens, trouxe novos questionamentos à produção historiográfica, parecendo ameaçar os sólidos alicerces

⁷ Para um balanço da historiografia no século XX, consultar: IGGERS, Georg G. *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert*. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1993.

construídos ao longo de um século e meio de disciplina⁸. A reflexão foucaultiana acerca do poder e da disciplina abriu-nos uma instigante possibilidade de pensar a escrita da História como inscrita num movimento disciplinar de configuração do mundo moderno. Desta forma a escrita da História faria parte constitutiva deste processo, enraizada, portanto, no seu tempo, num movimento em que é simultaneamente produzida e produtora deste tempo.

Nos anos 80 assistimos a questionamentos que vêm de um outro campo: da filosofia da linguagem, da crítica literária, problematizando a dimensão narrativa do conhecimento histórico. Um antigo fantasma que parecia definitivamente conjurado pelos *Annales*, ao decretarem o fim da história-narrativa, parecia reaparecer, problematizando questões como a forma e as tradições presentes na escrita da História.

Enfim, não só no plano das transformações históricas como também no campo intelectual, uma mutação parece estar em curso desafiando os historiadores, conferindo esta sensação de crise. Uma crise talvez de um paradigma de expectativas em relação à História com sua função emancipadora e redentora dos homens.

2. Clio e sua História: os possíveis caminhos da historiografia

Sugeríamos no começo deste trabalho a possibilidade de pensarmos a historiografia como um caminho importante neste momento de impasses frente aos desafios postos à História como disciplina. Retraçando sua história, problematizando acerca de sua identidade como campo de saber, fazendo da escrita da História objeto da própria reflexão do historiador, talvez possamos enfrentar estes impasses com outros olhos: como desafios à construção do conhecimento histórico que deve se fazer num outro mundo, bastante diverso e distinto daquele que deu condições de existência e possibilitou a constituição deste campo de saber.

Mas ao falarmos de historiografia sabemos, também, tratar-se de uma área de estudos pouco considerada no interior do campo da disciplina histórica, uma “prima pobre”, marcada por uma forte tradição

8 Para exemplo de trabalhos no campo da História marcados pelas sugestões foucaultianas, consultar: GOLDSTEIN, Jan. Org. *Foucault and the writing of History*. Oxford & Cambridge, Blackwell, 1994.

positivista que se contentava em elaborar catálogos de autores e obras, pressupondo que este cuidadoso elenco daria conta da história da História. O simples ato de identificação de um autor e seu contexto de produção dariam conta suficiente da inteligibilidade da História produzida, sem que uma problematização da obra enquanto ato de criação e construção de um passado estivesse na pauta destas investigações. A suposta existência de uma realidade objetiva, passível de ser desvendada pelo olhar bem direcionado do historiador, os fatos históricos como matéria bruta dada a esta observação, subjaziam, assim, a este procedimento comum aos estudos de natureza historiográfica, explicando em parte a pouca inovação nesta área específica dos estudos históricos frente aos resultados e crescimento em outras áreas destes mesmos estudos.

Para o caso brasileiro a situação parece não ter sido bastante diferente. Os estudos pioneiros de José Honório Rodrigues, inegavelmente de importância central no sentido de valorização dos estudos historiográficos entre nós, guardam esta marca herdada dos grandes catálogos de autores e obras. Em sua obra mestra para os estudos de historiografia brasileira *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de 1952, a pesquisa histórica era definida como “(...) a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História.”⁹

A definição da pesquisa como “descoberta (...) de novos fatos históricos” sugere o que acima afirmávamos acerca de uma epistemologia a fundamentar a produção do conhecimento histórico: descobre-se aquilo que de alguma forma já existe e estava apenas oculto; no caso os fatos históricos que pré-existem ao trabalho do historiador.

Esta tradição, contudo, se extremamente forte no momento de definição de uma linha de estudos de natureza historiográfica, foi ao longo das duas últimas décadas substituída por novas perspectivas que se

9 Ver RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. p. 21.

A segunda parte do livro intitula-se “A Evolução da Pesquisa Pública Histórica Brasileira” e vemos aí encaixados historiadores e/ou instituições que produziram pesquisa histórica no Brasil. O título que dá nome a esta parte é por si só bastante sugestivo a respeito de uma visão de historiografia, onde o sentido de evolução parece organizar a própria seleção dos autores e suas obras.

abrem para o trabalho com a Historiografia e que apontam no sentido de transformar a escrita da História em objeto da própria História, constituindo-a, portanto, enquanto “problema”.

Em 1974 é publicada na França, pela Editora Gallimard, a coleção *Faire de l' Histoire*, cuja tradução para o português vem à luz já em 1976¹⁰. Este importante trabalho, fruto de um esforço coletivo de historiadores com as mais variadas tendências e formações no campo historiográfico, tinha como objetivo, segundo seus próprios organizadores, mais do que realizar um balanço, constituir-se num “(...) diagnóstico da situação da história no coração de nosso presente”.¹¹ Ainda no texto de apresentação da obra, Jacques Le Goff e Pierre Nora sublinham a importância de conceder um espaço à história da História neste esforço de diagnóstico e definição de novos rumos para o trabalho do historiador.

Delineava-se, assim, um tipo de abordagem para a historiografia distinto da tradição dos catálogos de autores e obras, inscrevendo a preocupação de natureza historiográfica num esforço maior da disciplina histórica no sentido de pensar seu campo. Em outras palavras, uma preocupação em fazer da escrita da história e do papel do seu produtor – o historiador – objetos de um novo olhar historiográfico. Sintomaticamente o texto de abertura da coleção é a importante contribuição de Michel de Certeau¹², que, segundo entendemos, constitui-se em referência central para fundamentar, a partir de uma outra perspectiva, o trabalho de reflexão acerca da produção do conhecimento histórico.

Ao definir o trabalho do historiador como resultado de uma operação, que se realiza articulada a um lugar de produção, com suas regras de permissão e interdição, Certeau nos alerta para a centralidade de considerar-se este trabalho na sua historicidade, viabilizando-nos um caminho distinto para pensar a historiografia e os discursos históricos enquanto prática socialmente ancorada, relacionando-se a outras práticas discursivas.

10 LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos problemas; novas abordagens; novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 3 vol.

11 *Op. cit.* p. 15.

12 CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p. 17-48.

“Um estudo particular será definido pela relação que estabelece com outros, contemporâneos, com um estado da questão, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos constituídos por elas, com os postos avançados e às distâncias assim determinadas ou tornadas pertinentes em relação a uma pesquisa em curso. Cada resultado individual inscreve-se num conjunto cujos elementos dependem estreitamente uns dos outros, cuja combinação dinâmica forma, num momento dado, a história.”¹³

Diferentemente de conceber a História como dada à observação e ao trabalho de pesquisa do historiador, como parecia entender José Honório Rodrigues, na formulação de Certeau esta é, sobretudo, *resultado* de uma operação, submetida a regras e disposições que são históricas, contingentes e, portanto, sujeitas à temporalidade. Pensar nesta perspectiva a historiografia implica em necessariamente aceitar a escrita da história como atividade plural e diversa, segundo o tempo e a multiplicidade de lugares onde ela vai se realizar. Significa, também, uma desnaturalização da sua escrita compreendida enquanto resultado de um debruçar-se sobre fatos históricos passados à espera de um bom historiador que os tornem conhecidos e explicados. As sugestões de Michel de Certeau apontam, sobretudo, no sentido de sublinhar a dimensão de artefato, de criação, implícita na atitude do historiador ao dedicar-se a escrever a História. Desde o momento inicial de seu trabalho, definindo conjuntos documentais e escolhas teóricas, até o momento final, que resulta em um texto escrito, esta atividade está atravessada pelas tensões de um tempo e de um lugar e pelas regras que num dado momento definem e configuram um campo de possibilidades para o trabalho do historiador: os temas e questões pertinentes e aceitas como parte da “História”, as regras de consagração que permitem o reconhecimento de um trabalho como sendo ou não de História.

Em suma, as sugestões de Michel de Certeau permitem vislumbrar uma possibilidade para os estudos de natureza historiográfica, colocando-os num patamar qualitativamente diverso e integrando-os definitivamente ao campo da pesquisa e da reflexão da História como disciplina. De “prima pobre” dos estudos históricos, a historiografia tem assim con-

13 CERTEAU, Michel de., *op. cit.*, p. 23.

dições de reivindicar um estatuto diferente face a uma maior complexificação e problematização permitidas pelas indicações deste autor.

Por caminhos um tanto diversos daqueles sugeridos pelo trabalho de Michel de Certeau, o retorno da narrativa ou o também chamado *linguistic turn*, como se consagrou nos meios historiográficos o recente debate em torno da narrativa e de seu papel na escrita e produção do conhecimento histórico, parece apontar novas possibilidades para o trabalho com a historiografia. Concordemos ou não com as propostas enunciadas pelos seus representantes, situados preferencialmente no território da cultura anglo-saxã, as reflexões deslanchadas a partir destas contribuições certamente enriquecem o campo de trabalho do historiador, especialmente daquelas dedicadas à historiografia.

E aqui uma primeira constatação significativa, que talvez nos ajude a compreender a natureza das questões levantadas por este conjunto de intelectuais que tem arguído algumas das certezas solidamente enraizadas na tradição da história como disciplina e ciência: o universo cultural a que pertencem não é o da historiografia francesa – indiscutivelmente um dos campos mais solidamente constituídos – mas a tradição anglo-saxã, aquela em que uma radical separação entre a História e a Filosofia parece não ter se operado de forma tão drástica quanto no universo intelectual da historiografia francesa. Desta forma, o diálogo mantido com a filosofia pode ter contribuído no sentido de conjurar o empiricismo que se colou à noção de fato histórico, como garantidor de um estatuto de ciência empírico-positiva para a História.

Para que possamos recuperar algumas das questões centrais tematizadas por esta tradição e o significado que elas possam vir a ter para conferir um patamar diverso aos estudos de natureza historiográfica, torna-se fundamental percorrer alguns dos textos mais significativos que provocaram o debate, constituindo o campo em torno do qual as questões relativas ao retorno da narrativa circunscrevem-se. Começando talvez pelo mais polêmico destes trabalhos, o livro publicado em 1973 de Hayden White¹⁴, historiador norte-americano, ainda que nem sempre re-

14 A obra publicada em 1973 nos Estados Unidos só conheceu sua tradução para o português vinte anos depois, ocasião em que o historiador esteve presente a um Seminário organizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas debatendo sua obra. Ver a este respeito o texto

conhecido como tal por seus pares tanto lá quanto aqui. A partir de inspiração na Teoria Literária, mais particularmente na teoria dos tropos, Hayden White procura definir o trabalho do historiador recuperando sua dimensão ficcional: “(...) considerarei o labor histórico como o que ele realmente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram, representando-os”.

Assim procedendo, White chama a atenção dos historiadores para um dos aspectos pouco ou nada considerados e que diz respeito ao próprio ato de elaboração de um texto que se pretende dar conta de experiências passadas, que enquanto tal não estão mais presentes à observação deste historiador. Por outro lado, o sonho rankiano de que este texto pudesse ser uma cópia fiel dos eventos narrados, assegurando o realismo como marca distintiva do texto histórico, parece definitivamente distante de nosso universo de possibilidades. Como então não postular a incômoda, mas indispensável pergunta, acerca da relação que nosso texto mantém como este conjunto de eventos e experiências passadas? E como não ver aí um caminho para se pensar diferentemente a historiografia, entendida enquanto a escrita da História, agora percebida como atividade bastante mais complexa e nada simplista, como se escrever sobre o passado fosse apenas um ato de expressar num texto uma realidade existente fora dele. Assim, a dimensão textual da produção do historiador passa a ser o centro da análise historiográfica, a partir das regras próprias à sua elaboração e dos modelos disponíveis em uma determinada cultura para a representação textual do mundo. Neste ponto as reflexões levantadas por Hayden White aproximam-se daquelas sugeridas por Michel de Certeau relativas ao conceito de operação para definir o resultado do exercício do ofício de historiador.

As questões levantadas pelo trabalho de Hayden White estão presentes num conjunto maior de historiadores norte-americanos, que a partir do diálogo com a crítica literária e a filosofia, constituíram uma linha de trabalhos sugestivos para a abordagem historiográfica. Dominick La Capra, ainda que com posições algo distintas daquelas de White, problematizará a relação entre a escrita da História e o romance, adver-

preparado para aquela ocasião: WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da História. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, (13): 21-48. 1994.

Ver também: WHITE, Hayden. *Meta-História*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

tindo os historiadores acerca de uma certa ingenuidade com relação ao tratamento da narrativa e aos aspectos textuais das fontes que constituem a matéria-prima por excelência do trabalho do historiador.¹⁵

Outra referência central para o debate em torno da narrativa e seu lugar na produção do conhecimento histórico, é certamente o texto de Lawrence Stone, primeiramente conhecido pelo público brasileiro em virtude da polêmica que originou nas páginas da revista *Past & Present*, motivada por uma imediata resposta do consagrado historiador inglês Eric Hobsbawm.¹⁶ Em seu texto a respeito do retorno da narrativa, que o historiador procura claramente diferenciar daquela narrativa segundo os postulados de uma historiografia do século XIX¹⁷, Stone procura elencar algumas das razões subjacentes a esse movimento por parte dos historiadores. Em primeiro lugar um certo desencanto em relação a uma história econômico-social de fundo determinista e sua incapacidade de dar conta de fenômenos sociais de outra ordem, fundamentalmente aqueles relacionados às mentalidades e culturas, tendencialmente percebidos como determinados por fatores extra-culturais, esvaziando-os assim de significação maior. Segundo Stone, este desencanto articulava-se a uma mudança de posturas político-ideológicas entre os historiadores, com um certo arrefecimento das grandes batalhas travadas em plena vigência da Guerra Fria acerca da correção ou não da teoria marxista para explicação dos fenômenos históricos.

15 Particularmente a este respeito consultar: LA CAPRA, Dominick. *History and the novel*. In: _____. *History and Criticism*. Ithaca; London, Cornell University Press, 1989. p. 115-34.

Ver ainda: LA CAPRA, Dominick. *History, Politics, and the Novel*. Ithaca; London, Cornell University Press, 1989.

_____. *Soundings in critical Theory*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.

Para trabalhos que sugerem abordagem semelhante, consultar:

JAY, Martin. The textual approach to intellectual History. In: _____. *Force Fields*. Between intellectual History and cultural Critique. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1993. p. 158-66.

ANKERSMIT, Frank & KELLNER, HANS. Org. *A new Philosophy of History*. Chicago, University of Chicago Press, 1995.

16 STONE, Lawrence. El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja Historia. In: _____. *El pasado y el presente*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986 p. 95-120.

17 Acerca das cinco diferenças fundamentais entre a narrativa do século XIX e o ressurgimento da questão na historiografia atual, ver especialmente a página 114.

Em segundo lugar, e paralelamente a esta descrença frente aos grandes modelos histórico-estruturais, assistia-se a um retorno do político, concebido em outras bases, reconhecendo inclusive o papel e o lugar das decisões individuais na explicação dos fenômenos históricos. Não por acaso neste mesmo movimento assistia-se à retomada da biografia como empreendimento legítimo da pesquisa histórica, após um longo período banida pela sua associação à historiografia dos grandes homens praticada no século passado.

Finalmente, Lawrence Stone aponta o declínio da quantificação como metodologia de trabalho do historiador para explicar o ressurgimento da narrativa. Isto porque, segundo este autor, os resultados obtidos não teriam correspondido às expectativas do empreendimento intelectual, deixando sem resposta adequada fenômenos históricos significativos, para os quais esperava-se um tratamento macro-estrutural às referidas respostas.

A estas razões, Stone sublinha o fato de que a antiga preeminência da Sociologia e da Economia como disciplinas centrais para o trabalho do historiador, cedeu lugar à Antropologia, mais preocupada em pensar as diferenças do que as regularidades. E *last but not least* o interesse dos historiadores em atingir um público cada vez maior, extravazando assim o estreito círculo dos pares na academia, contribuiria para esta revalorização da forma narrativa.

Os ecos desta polêmica e o significado dos problemas que ela parecia levantar não se fizeram esperar no ambiente acadêmico alemão. No semestre do outono de 1979 e durante o ano de 1980 um grupo de historiadores reunidos em torno de um grupo de trabalho acerca da Teoria da História organizam um colóquio para discutir a temática “Formas da escrita da História”, resultando do encontro importante publicação do conjunto de trabalhos apresentados.¹⁸ Uma primeira observação nos parece importante e diz respeito à discussão de formas de escrita da História no interior de uma discussão maior em torno de problemas teóricos do conhecimentos histórico. Desta forma parece que “a forma” de apresentação sob a qual os resultados de uma pesquisa são tornados públicos, não estão dissociados de seu próprio conteúdo, perdendo assim a discussão em torno dos problemas da narrativa uma dimensão secundária.

18 KOSELLECK, Reinhart, LUTZ, Heinrich & RUSEN, Jorn. *Formen der Geschichtsschreibung*. München, Dtv, 1982 (Vol. 4 da coleção Teoria da História).

ria, posto que diria respeito apenas a aspectos menores e secundários na produção do conhecimento histórico.

Em 1988 a Universidade do Estado do Rio de Janeiro reuniu em importante colóquio, cujo tema central era justamente *Narrativa. Ficção & História*, especialistas em diferentes campos do saber, enfatizando com isso a dimensão transdisciplinar da discussão. Particularmente centrais para o nosso interesse são as contribuições de Luiz Costa Lima, Ricardo Benzaquém de Araújo e José Américo Motta Pessanha¹⁹, cujo eixo central de reflexão situa-se em torno do papel da narrativa histórica e suas relações com a ficção. Os três textos indicados atualizam para o público brasileiro as questões centrais envolvidas neste debate, significando, portanto, referência central para constituir este campo de discussão.

O conjunto de textos a que fizemos referência parecem configurar um campo novo de possibilidades para se pensar a historiografia. Mesmo sublinhando a especificidade do texto histórico, advertem-nos para a importância de pensar as relações necessárias desta produção textual com outras formas de produção de textos, o papel de criação presente no ato de escrita da História, que é sobretudo um ato de configuração de sentido, submetido sem dúvida a regras específicas. Assim, para além do “contexto” tão familiar ao historiador, o próprio texto de História ganha uma identidade própria, não bastando uma mera referência a elementos extratextuais, que guardariam a razão última de ser do próprio texto do historiador, para sua explicação. Definitivamente condenada ao fim de uma “idade da inocência”, a historiografia ganhou densidade como campo de conhecimento que, se por um lado a obriga a reafirmar sua radical historicidade, por outro impõe-lhe um diálogo constante com outras disciplinas, que não podem mais ser consideradas como meras “ciências auxiliares”, postura tão ao gosto de uma epistemologia histórica positivista e auto centrada.

A obra coletiva coordenada por Pierre Nora²⁰ sugere-nos uma terceira possibilidade instigante para pensarmos o trabalho com a

19 LIMA, Luiz Costa. “Clio em questão: a narrativa na escrita da História”. In: RIEDEL, Dirce Côrtes. Org. *Narrativa. Ficção & História*. Colóquio UERJ. Rio de Janeiro, Imago, 1988. p. 63-89.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. “As almas da História”. In: _____. *op. cit.* p. 90-111.

PESSANHA, José Américo Motta. História e Ficção: o sono e a vigília. In: _____. *op. cit.*, p. 282-301.

20 Ver a respeito: NORA, Pierre. Org. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.

historiografia. A partir do conceito de lugares de memória, o autor define seu empreendimento intelectual como situando-se no cruzamento entre dois movimentos: por um lado de natureza historiográfica, quando a História se volta sobre ela mesma colocando-se, portanto, como objeto de reflexão; por outro, movimento de natureza propriamente histórica, significando o fim de uma história-memória. Importante salientar que o próprio autor chama a atenção para o aspecto historiográfico de sua reflexão, o que por si só já justificaria tomá-la como caminho possível para esta área específica de estudos de História. O conceito de “lugares de memória” operacionaliza, assim, a possibilidade de tratamento de diferentes objetos, desde aqueles considerados base para o trabalho do historiador até os mais carregados de uma dimensão simbólica e que povoam o imaginário de nossas sociedades contemporâneas. Desta forma, a análise e compreensão de um texto de História, pode também ser objeto de um tratamento como este sugerido por Pierre Nora²¹. Basta que acompanhemos toda a segunda parte do primeiro volume da obra dedicado à “Nação” e que trata exclusivamente da historiografia francesa. Particularmente importante é o artigo de Krzysztof Pomian a respeito do grupo de historiadores dos *Annales*, preocupado em investigar as relações entre a produção historiográfica destes intelectuais franceses e a memória construída. Segundo ele: *Les Annales, revue et milieu, nous intéressent dans cet essai seulement pour autant qu’elles se sont attachées à modifier le contenu de la mémoire nationale française et, en particulier, l’idée que l’on se faisait de l’histoire de France*²².

O propósito de dessacralização da memória, inscrito num projeto como este formulado por Pierre Nora, ao submetê-la à crítica, comportaria uma mesma atitude em relação à historiografia, não mais percebida como atividade científica revestida de neutralidade. Mas sobretudo como atividade histórico-social, que põe em relação Memória e História.

No quadro da historiografia norte-americana não diretamente marcado pela tradição do *linguistic turn* duas referências parecem significativas para este reenquadramento dos estudos historiográficos que estamos propondo. A obra coletiva de Joyce Appleby, Lynn Hunt e

21 Consultar especialmente a introdução do autor. *op. cit.* I. La République. p. XVII-XXII.

22 POMIAN, Krzysztof. L’Heure des Annales. La terre-les Hommes-le Monde. In: NORA, Pierre. Org. *op. cit.* II. La Nation. p. 377-429.

Margaret Jacob, publicada em 1995, parte de uma instigante observação quanto à tradição herdada de uma história nacional capaz de unificar um passado coletivo.²³ A partir da constatação das profundas mudanças sofridas pela sociedade norte-americana, com significativo incremento da população universitária, o crescimento e afirmação dos movimentos de minorias, as autoras chamam a atenção para os impactos destas novas experiências históricas sobre a reflexão acerca do passado. Frente à pluralidade e diversidade de experiências, o sentido de passado, enquanto experiência comum, passa também a ser problematizado. A pergunta em torno de como se produz essa leitura acerca da História, unificando-a, torna-se assim central para aqueles que se dedicam ao ofício de historiador, valorizando desta forma a escrita da História como atividade, que para além de seus compromissos com a produção de um conhecimento objetivo, produz também imagens, valores e significados a respeito do passado capazes de produzir orientação para os homens no seu presente e futuro. Desta forma os estudos de natureza historiográfica podem e devem assim se articular às investigações em torno do imaginário social, particularmente daquele mais significativo para as sociedades modernas e contemporâneas: o imaginário nacional.

Procuramos ao longo deste texto traçar uma trajetória, que acreditamos ser importante para conferir aos estudos historiográficos uma maior densidade e profundidade, capaz de aproximar os estudos neste campo da pesquisa histórica daqueles realizados em outras áreas específicas da pesquisa histórica. Acreditamos que as sugestões destes autores poderão configurar de outro modo o campo da pesquisa historiográfica, articulando-o necessariamente a outros campos, numa troca em que a História como disciplina só deverá ganhar. Quem sabe o refletir sobre sua própria história ajude nossa disciplina a enfrentar as angústias decorrentes do reconhecimento de sua forte dimensão narcísica e com isso possa contribuir para que ela se reconheça como plenamente adulta.

23 APPLEBY, Joyce, HUNT, Lynn & JACOB, Margaret. *Telling the truth about History*. New York, W.W. Norton & Company, 1995.

O Texto de História nas Escolas Teuto-Catarinenses: dois casos de uma “historiografia doméstica”

*João Klug**

Resumo: O artigo aborda a historiografia produzida por dois professores de escolas teutas em Blumenau (H. Faulhaber e R. Hollenweger). Com os seus escritos visavam suprir a carência de textos da História do Brasil nas escolas teuto-catarinenses.

Palavras-chave: História do Brasil – Germanidade – Escolas

Abstract: The article approaches the historiography produced by two teachers of German schools in Blumenau (H. Faulhaber e R. Hollenweger). With their writings they tried to fulfill the shortage of texts of History of at the Germans schools in Santa Catarina.

Keywords: History of Brazil – Germaneness – Schools

As minhas colocações nessa mesa-redonda são no sentido de trazer à tona pessoas que no passado escreveram história em Santa Catarina, mas que são praticamente desconhecidas. Acentuo o fato de que não apenas escreveram, mas, o que é mais importante: *foram lidas*. São nomes desconhecidos, assim como desconhecidos são os seus escritos, pois nunca foram traduzidos para o português, permanecendo, dessa forma, no anonimato do público acadêmico. Podemos afirmar que produziram uma “história doméstica” ou uma história “para o gasto”, mas o fato é que a partir de seus textos grande parte da juventude teuto-catarinense, no final do século XIX e início deste, tomou conhe-

* Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

cimento de nossa história. Esses escritos se inserem, portanto, na proposta de construção de uma identidade brasileira no meio teuto em Santa Catarina. Para isso, o conhecimento da história do Brasil era visto como fundamental. Foram autores que ao suprir uma necessidade localizada – textos de história do Brasil para as escolas alemãs em Santa Catarina – deixaram profundas marcas na maneira de conceber a nossa história. Quero tratar de: *Hermann Faulhaber* e *Rudolf Hollenweger*, que eram professores de escolas alemãs em Blumenau.

Karl Hermann Robert Faulhaber nasceu em 28/04/1863 em Pudewitz, província de Posen, no norte da Alemanha. Vinte anos depois, em 1883, ingressou na Universidade de Halle-Wittenberg (*Königlich Preussischen vereinten Friedrichs Universität Halle-Wittenberg*), onde assistiu cursos (*Vorlesung*) de Matemática, Física e Biologia, passando depois para a Teologia, na qual se graduou. No período em que foi estudante em Halle teve entre seus professores J. G. Droysen, o criador do conceito de “helenismo”, com o qual fez um curso de História Contemporânea da Europa, que abrangia o período 1848-1870.¹ O interesse de Faulhaber pelo estudo da história em suas atividades como professor em Blumenau, talvez possa ser aí localizado. Ainda na Alemanha, trabalhou na organização de boletins eclesiásticos, tais como o *Berliner Sontagsfreundes*, *Der Stöckerschen Predigten*, *Kirchenblates der I. Halleschen Landesdiozese*.²

Sua chegada a Blumenau ocorreu em 25 de novembro 1889, enviado pelo Conselho Eclesiástico Superior de Berlim, para suceder ao Padre Sandrezcki, que foi transferido para a cidade de Buffalo, nos Estados Unidos. Após uma minuciosa “operação reconhecimento” da colônia na qual trabalharia por longos anos, Faulhaber envia um longo relatório para o referido Conselho em Berlim, no qual afirma que por aqui existe um “cerne”, que são os idosos que emigraram da Alemanha. No entanto, com a geração que nasceu aqui, a coisa é diferente, pois cresceram sem escola, sem ensino religioso, na selvageria da floresta e esta selvageria reina sobre a juventude. (*Eine geradezu furchtbare Verwilderung herrscht bei der gegenwärtigen Jugend.*)³ Foi a partir dessas constatações, dessa

1 MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.262.

2 EZA - Personal Akten - 14/22798

3 *Idem*.

leitura da realidade feita após cinco meses de atividades na colônia, que Faulhaber traçou a sua estratégia de trabalho. Nesta estratégia, a educação devia receber um tratamento especial. Nesse contexto, começou a preparar professores que atuavam no interior da colônia, mas que não tinham qualquer formação pedagógica. Criou a Escola Nova Alemã (*Neue Deutsche Schule*) em 1893, a Associação de Professores (*Lehrer Verein*) e a Associação de Escolas (*Schule Verein*), em 1900, associações essas que em 1904, sob sua liderança, deram origem a Associação de Escolas Alemãs para o Estado de Santa Catarina (*Deutschen Schulverein für Santa Catarina*).⁴ A participação de Faulhaber na história da educação teuta em Santa Catarina é objeto de outro estudo, portanto, não é tema para esta nossa mesa-redonda. Quero enfatizar mais seus textos sobre história.

É interessante perceber que, mesmo numa época em que vicejava o discurso pangermanista, para Faulhaber a brasilidade devia ser assumida com urgência e para isso o ensino da História do Brasil era fundamental. A história tinha uma importante função: despertar o patriotismo disposto ao sacrifício, se necessário. Segundo ele, era preciso entender o povo brasileiro, os seus heróis deviam tornar-se familiares das crianças teutas. Era, portanto, incumbência da escola introduzir a juventude teuta no passado do Brasil. Com este propósito, começou a imprimir para seus alunos, as “folhas avulsas de História”, que eram folhas de perguntas e respostas sobre diversos temas da história do Brasil. Em 1903 escreveu, a sua obra principal: *Guia para o estudo da História do Brasil (Leitfaden für den Unterricht in der Geschichte von Brasiliens)*. Nesta obra ele enfatiza o descobrimento e os primeiros habitantes; união ibérica; invasão francesa e holandesa; a independência, I e II Impérios, o desenvolvimento de cada uma das Províncias, suas características geográficas, seus principais rios etc. Aborda, também, as questões de fronteira na bacia do Prata, a guerra do Paraguai e o advento da República. A obra, de 255 páginas, permite que pela primeira vez nas escolas coloniais teutas, se tome conhecimento da História do Brasil no idioma alemão. Cabe destacar, porém, que a tonalidade da obra é francamente favorável a uma história oficial, heroizante e apologética. Nessa mesma linha, em 1900, Faulhaber publicara o seu *Urwaldsbote Kalender für die Deutschen in Süd Brasilien*,

4 WIRTH, Lauri E. *Protestantismus und Kolonisation in Brasilien*. Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1992, p.103ss.

em comemoração ao cinquentenário da colônia Blumenau. Neste almanaque comemorativo é significativo o espaço reservado para enaltecer figuras da história brasileira, tais como D. Pedro II, Imperatriz Leopoldina, Duque de Caxias, Conde d'Eu etc.

Após 17 anos de atividades em Blumenau o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim o chamou de volta em 1906. Assumiu, então, a paróquia de Himelpfort, no Estado de Brandenburgo. Estranhamente este retorno ocorreu em circunstâncias pouco favoráveis a Faulhaber, às pressas, de tal maneira que ele nem sequer conseguiu vender todos os seus bens.

Mesmo após seu retorno à Alemanha continuou mantendo fortes vínculos com o Brasil. Assinava o *Jornal do Comércio* e em datas cívicas nacionais brasileiras hasteava a bandeira do Brasil em sua residência. Seguidamente era convidado para fazer conferências sobre o Brasil. Colaborava na edição da revista *Süd und Mittel-Amerika – Halbmonatschrift für das Deustchtum und die deutschen Interessen in Süd und Mittel – Amerika und Mexiko*. (América do Sul e Central – Revista quinzenal para os interesses da germanidade e dos alemães na América do Sul, Central e México) Essa revista publica, por exemplo, sínteses de suas palestras proferidas em 1909-1910, sobre temas tais como: “Sobre o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil”; “A luta pela posse e independência do Brasil”; “A pergunta pela questão indígena no Brasil” etc. Essa sua brasilidade ficou evidenciada quando em 1910 publicou em Berlim uma tradução da obra do conde Affonso Celso *Porque me ufano de meu país (Warum bin ich Stolz auf mein Vaterland)*, escrita em 1900 e destinada a servir como livro de leitura nas escolas, especialmente para educação cívica e moral. O livro era uma espécie de súmula nacionalista, visando desenvolver sentimentos pátrios e evidenciar que nenhum país é mais digno, mais rico de vantagens e mais invejável. Da mesma forma, publicou também em 1910, em Berlim, um resumo de *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Brasilien Die Jungste Grossmacht)*, outro texto laudatório em relação ao Brasil.

Faulhaber morreu em 09/02/1920, aos 56 anos, estranhamente muito desassistido pela igreja na qual tanto se empenhou, o que trouxe sérios problemas para sua família.⁵

5 EZA, *op. cit.*

Algumas indagações permanecem abertas. Por que foi chamado de volta às pressas, se estava desenvolvendo um bom trabalho em Blumenau? Teria ele assumido uma “brasilidade exagerada” em sua postura pessoal e em suas publicações sobre história do Brasil? Qual o interesse de Faulhaber em traduzir a obra de Affonso Celso para o alemão? Seria uma forma consciente de se opor as idéias e ao discurso pangermanista? Seria uma forma de conquistar espaços num contexto de xenofobia, onde vicejava a idéia do “perigo alemão”? Como conseguiu espaço numa revista que justamente visava cultivar os valores alemães na América do Sul e Central? São questões que pretendo responder à medida que avançar na pesquisa.

Quero destacar ainda outro professor em Santa Catarina que escreveu textos de história. Trata-se de Rudolf Hollenwegwer. Ainda não consegui encontrar detalhes de sua biografia. Era um suíço que por volta de 1915 se estabeleceu como professor no bairro Garcia, em Blumenau. Antes, trabalhara também como professor por cinco anos, em Gaspar Alto. Consta que, além de professor, se destacou como agrimensor, veterinário e músico, traduzindo para o alemão, o Hino Nacional Brasileiro. Compôs ainda um hino intitulado *Ich bin ein Brasilianer* (Eu sou um brasileiro)⁶. Até o atual estágio da pesquisa não foi possível verificar de onde vem seu interesse pela história. Em 1930, a Câmara Municipal de Blumenau (gestão Curt Hering) publicou um livro de Hollenwegwer, destinado às escolas do município. A recomendação dessa publicação partira do Chefe Escolar (Inspetoria), Dr. Edgar Barreto, que havia sido aluno de Faulhaber nos primeiros anos desse século, na *Neue Deutsche Schule* de Blumenau, ingressando depois na Academia de Direito de São Paulo, onde se destacou (em função de seu brilhante desempenho, a Escola Alemã de Blumenau mereceu elogios por parte da Academia de Direito)⁷. Trata-se de um livro didático destinado às escolas teutas, cujo conteúdo (grande parte bilíngue) enfatiza o ensino de Português, História e Geografia. Percebe-se, claramente, uma forte ênfase no civismo e na exaltação das coisas pátrias. Aliás, o ensino da História e da Geografia está permeado de civismo. Exemplo disso, fica claro num capítulo em que Hollenwegwer aborda a Agricultura, enfatizando a função do colono, agricultor. Afirma nesse texto que:

6 Comunidade Evangélica de Blumenau - Histórico da Paróquia de Blumenau-Garcia. Arquivo José Ferreira da Silva

7 BAP - AA - Nr.38762

(...) Um paiz é independente em todos os tempos quando tem uma produção bastante de CEREAEES. É o que recomenda o nosso governo. [...] Este é o conselho da autoridade pública [...] Hoje ainda importamos quasi todo o trigo de Argentina e América do Norte. Isto deve melhorar. É um dever de cada colono, de cada agricultor, esforçar-se e plantar tanto que possível. - Só assim a nossa pátria será independente do estrangeiro.

Trabalhar é um dever.⁸

A seguir, Hollenweger entra em detalhes sobre tratos culturais do solo, espécies que o colono devia plantar, formas de obter mais produtividade na pequena propriedade rural e, com uma profunda consciência ecológica, chamando atenção para a conservação da mata e replantio, especialmente nas margens dos rios.

Na parte de história propriamente dita, inicia com o seguinte título: *Eine wahre Geschichte*. (Uma História verdadeira).⁹ Chamo atenção para o seu método de escrever história. Inicia com uma breve história de Franz Schmidt, considerado o “rei do café” no Brasil, nas duas primeiras décadas desse século. Trata da forma como esse imigrante chegou ao Brasil em 1858 com 18 anos de idade e como chegou a possuir 52 fazendas de café, com mais de 88.000 mil ha de terra, sobre as quais moravam em 1918, em torno de 10.300 pessoas. Compara com a cidade de Blumenau, que em 1827 tinha 6.200 habitantes. Exalta, portanto, a figura de Franz Schmidt, terminando com a expressão: *Immer heiter, Gott hilft weiter*. (“sempre alegre, Deus ajudará”)¹⁰.

Após essa introdução, utiliza a forma de administração dessas fazendas como recurso didático, para ensinar sobre a forma de governo e a administração do Brasil. As 52 fazendas formavam um conjunto administrado por um “governo”, no entanto, cada uma delas tinha um administrador responsável, que por sua vez as dividia em áreas menores, as quais eram entregues a sub-administradores. Todos, no entanto, deviam obediência as diretrizes emanadas da administração geral. A partir daí,

8 MANUAL oferecido pela Camara Municipal de Blumenau aos alunos das escolas primarias do Municipio. 1930, p.52-53.

9 *Idem*, p. 85

10 *Idem*, p. 86

Hollenwegwer explica a estrutura administrativa do Brasil, nos governos federal, estaduais e municipais).

A seguir, vem a maior parte do texto, que se ocupa especificamente com a *história local*, pois o autor entende que, “quem não conhece a história de sua família, quem não ama o local em que nasceu, não poderá amar o seu Estado e o seu País”.¹¹ Escreve então sobre o Vale do Itajaí, a primeira viagem de reconhecimento do vale, o trabalho do Dr. Blumenau, a lista dos imigrantes nos primeiros anos da colônia, o fim da colônia particular e a administração do Dr. Blumenau na agora colônia do Império.

Observação: Para que listar os nomes das primeiras levas de imigrantes para a colônia? Para que os alunos identificassem seus próprios sobrenomes nessas listas, ou de conhecidos, trazendo a história para um plano mais próximo do aluno, trabalhando através disso a questão da *identidade*.

Aborda ainda a questão do contato dos colonos no Vale do Itajaí com a população indígena, a partir de um texto do naturalista Dr. Fritz Müller. São, portanto, realidades próximas dos alunos que deviam motivar o aprendizado. O mesmo procedimento ele adota para escrever a história de Brusque e Joinville.

São autores que escreveram visando a integração do elemento teuto com a sociedade brasileira. Estavam empenhados com a construção da brasilidade entre os jovens teutos. Faulhaber no nível mais amplo, “macro”, e Hollenweger no nível de uma história mais regionalizada, daquilo que poderíamos chamar de uma “micro-história”, utilizando um método mais envolvente, mais próximo do aluno. Entendo que seus textos contribuíram significativamente para a compreensão de nossa história. Não tinham pretensão acadêmica. Era uma história “para o gasto”, sem elaborações teóricas, mas que em sua linearidade e factualismo, supriu a necessidade historiográfica de uma época.

11 *Idem*, p. 88

Fontes e Bibliografia

- BAP - AA (Bundesarchiv Abteilung Potsdam - Auswärtigen Amt) Nr.38762.
- EZA - (Evangelisches Zentral Archiv - Berlin) 14/22798 - H. Faulhaber - Personal Akten - Bericht 14/08/1890
- URWALDSBOTE Kalender für die Deutschen in Süd Brasilien. Blumenau: 1890.
- CENTENÁRIO de Blumenau. 1850 - 1950. Comissão de festejos.
- CENTENÁRIO da comunidade Evangélica de Blumenau. 1857 - 1957.
- FAULHABER, Hermann. Leitfaden für den Unterricht in der Geschichte von Brasiliens. Blumenau: Selbstverlag des Verfassers, 1903.
- _____. Über die Entwicklung der Kaffekultur in Brasilien. *In: Süd u. Mittel-Amerika*. Juli 1910, n.12, p.12-13.
- _____. Die Eingeborenenfrage in Brasilien. *Idem*, Oktober 1910, n.20, p. 394-395.
- HOLLENWEGER, Rudolf. Manual oferecido pela Camara Municipal. Blumenau: 1930.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Ensayos de historiografia antigua y moderna. México: Fondo de Cultura Económica. 1993.
- WIRTH, Lauri E. Protestantismus und Kolonisation in Brasilien. Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission. 1992.

A Política de Imigração e Colonização do Império: conflitos e limites.¹

*Paulo Pinheiro Machado*²

Resumo: Trata este artigo de uma avaliação da política de imigração e colonização do Império Brasileiro, seus impasses e limites nas experiências de assentamento de colonos no Rio Grande do Sul durante a década de 1870.

Palavras-chave: Império – Colonização – Rio Grande do Sul

Abstract: This article makes an evaluation of the policies of immigration and colonization implemented by the Brazilian Empire. Tries to show the impasses and limits on the settlement of immigrants in Rio Grande do Sul in the 1870's.

Keywords: Empire – Colonization – Rio Grande do Sul

Introdução

Como resultado de um conjunto de políticas governamentais, com continuidade em diferentes gabinetes, este estudo procura fazer uma avaliação da política do Império brasileiro dirigida à construção de uma camada social de pequenos proprietários de origem européia nas províncias meridionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo).

1 Este texto, um dos pontos básicos do Curso sobre a Política de Colonização do Império, oferecido no VI Encontro Estadual de História, é parte do Capítulo IV de minha dissertação de Mestrado defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, em junho de 1996, sob o título “Colonizar para Atrair: a Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)”.

2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aproveitaremos este espaço para avaliar a aplicação prática do Regulamento das Colônias do Estado, verdadeira peça de propaganda para a imigração ao país, na década de 1870, principalmente nas colônias do Rio Grande do Sul. A intensificação do processo de colonização durante o período de 1875 a 1879 revelou as fragilidades e contradições da estrutura administrativa, bem como demonstrou o grau de comprometimento do governo central com o projeto de colonização para a pequena propriedade.

Nos anos de 1877 e 1878, um conjunto de levantes e protestos de colonos recém-chegados ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo revelou problemas que apontavam um verdadeiro estrangulamento da capacidade do Estado brasileiro dirigir este processo. Desta forma, deveremos recuperar algumas formas de subsistência e expedientes de sobrevivência destas pessoas envolvidas neste processo.

1. Viagem ao Brasil: Um Risco Calculado

Para que uma família imigrante se estabelecesse em condições razoáveis era importante que pudesse trazer da Europa um pequeno pecúlio em forma de dinheiro ou em forma de utensílios e ferramentas. No Brasil, e particularmente na região colonial do Rio Grande do Sul, estes artigos manufaturados eram caríssimos em comparação ao preço dos produtos agrícolas. Paolo Rossato, italiano estabelecido na colônia de Caxias, em 1884 escreve à sua família, que está preparando-se para partir da Itália, mandando o seguinte recado:

Conforme combinamos antes de minha partida, já fiz tudo o que me decidira a fazer. E, segundo escrevi, vocês devem trazer os seguintes objetos: 1º) Tragam as ferramentas para a colônia: dois podões grandes, de cabo de ferro, 4 machados (dois maiores e dois menores, estes com corte estreito), as enxadas que mandaram arrumar no serralheiro e as facas de ponta. Tragam também as seguintes mudas: muitas figueiras agrestes e também das outras, mudas de roseiras, enxertos, pereiras de São Martinho, cerejeiras, ginja, etc. Há disso também por aqui, mas tragam da Itália, que queremos fazer lindo pomar, e a terra é boa. Tragam videiras de uva “negrara”, “xebido”, “docana”, “corbina”,

“cagina” e todas as que quiserem. Tragam também sementes de acácia e de espinhos brancos (...). Tragam também oliveiras, nogueiras de nozes pequenas e também daquelas de casa, damasqueiros e ameixeiras. Coloquem estas plantas em uma lata, daquelas de petróleo, com um pouco de areia e musgo, e verão que chegam todas bem até aqui.^{2º} Para a família tragam os seguintes objetos: todo o trem de cozinha, o caldeirão de lavar roupa, o panelão, a máquina de fazer macarrão, os lampiões (porque aqui usam querosene). Se for possível, tragam também os tubos, para fazer velas por que aqui são muito caros (um custa 500 réis), e todos os copos, garrafas, tigelas e pratos. Tratem de trazer um relógio como aquele dos Matii. Existem também aqui tais objetos, mas são muito caros. Um machado, por exemplo, custa 10 mil réis. (...) Que as meninas não vendam os lenços brancos, por que aqui, quem não tem o véu, vai à missa com um lencinho na cabeça. Roupas para vestir há também aqui. Comprem-me também um chapéu para uso diário (...) Você, pai, traga todos os instrumentos de carpinteiro, e se puder compre também um serrote, para fazer tábuas (há disso também por aqui), bem como uma sogá para a panela do sabão, e uma outra para o carro (...) Aqui usam os bois para o transporte com carretas, nas estradas. Se for possível, façam quatro rodas de carreta, mas com eixos maiores para cargas de 4 ou 5 quintais e não para mais. Senão, comprem todos os ferros já prontos pois a parte de madeira pode ser feita aqui, e ganham 500 mil réis. (...) Se puderem, comprem-me uma sela e um freio, que aqui custam 20 mil réis.³

A economia do dinheiro durante a viagem era vital. Estas correspondências revelam que os colonos não arriscavam-se de forma ingênua, a travessia era um risco calculado e levavam em consideração experiências próprias e alheias. Os imigrantes experientes procuravam prevenir os calouros de gastos desnecessários e aconselhavam formas para obter abatimento no preço das passagens transoceânicas:

Caríssimo pai:

Nas tavernas e em Gênova gastei 19,40 liras. Além disso, estava combinado com Domingos Fin o preço de 155 liras, livres de

3 DE BONI, Luís Alberto (org.) *La Merica : Escritos dos Primeiros Imigrantes Italianos*. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul (EST/UCS). 1977. págs. 49, 50 e 51.

carregamento. Mas quando fomos pagar pediram 160. São todos ladrões. Chegamos 2 dias antes, apenas para nos tirarem um pouco mais de dinheiro. Em Gênova, se pudessem, arrancariam também o coração. E vocês quando chegarem em Gênova, vão fazer as refeições em São Pedro della Rena: é um pouco mais longe mas compensa. Cuidem de sair de casa de tal forma que, chegados a Gênova, partam de imediato. Providenciem pelas coisas necessárias em Valdagno. Se for o caso tragam um corote de rum e um de azeite e cebolas, mas comprem a grelha em Gênova.

Este é o endereço que me deu o comissário do navio para que não fossemos atrás de tantos ladrões. O custo da viagem é de 140 a 150 Francos livre de carregamento. Que o Antonio escreva logo à companhia, dizendo que são vinte ou trinta passageiros que vão para a América, e pergunte qual é o último prazo para o pagamento. Escreva duas ou três cartas e apresente-se como condutor, procurando o maior número possível de pessoas, porque ganhará 10 francos por pessoa indicada ao dono. Depois não se preocupe com a viagem, contanto que seja astuto. E além disso, antes de partir, pode visitar Gênova, às custas dos outros.⁴

O perigo das longas esperas da Itália ao lote rural era acrescido do temor a acontecimentos sinistros, como acidentes e epidemias, que podiam arrasar famílias inteiras:

(...) havíamos chegado ao final de maio e o Governo mandara construir, a uns cem metros do nosso, na parte mais baixa, outro grande Barracão; poucos dias depois, víamos chegar outros mil imigrantes. A maior parte desses tinha viajado no vapor Righi, que sofrera um incêndio, cinco dias antes da chegada ao Rio de Janeiro, e lá havia aportado com aspecto desesperador. Eram quase todos de Treviso, de lugares como Oderzo, Motta di Livenza e vilas vizinhas. Coitados! Quase todos doentes, principalmente as crianças. Passados poucos dias, isto é, em meados de junho, a maioria dos doentes foi piorando e muitos vieram a falecer. Não passava dia que não houvesse a lamentar uma ou mais mortes. Era deveras doloroso ver essas pobres famílias perder deste modo seus caros, sem ter nenhum recurso médico, com falta absoluta de remédios, de um caldo, de uma xícara de leite, e até da madeira para construir o caixão onde colocar os cadáveres. A solução era pô-los dentro de uma barrica das que nos chegavam com bolachas ... Por incrível que pareça, entre adultos e crianças, foram cerca de quatrocentos os que tiveram tão mísero fim. A família Bortoluzzi, composta de trinta e quatro pessoas, teve a

4 *Idem*, págs. 38, 43 e 44.

infelicidade de perder, em poucos dias, dezesseis de seus membros.⁵

Os dois pequenos vapores, cuja capacidade máxima é de 400 pessoas, aportaram trazendo 1.200 imigrantes cada um, numa viagem que durava 10 a 12 dias. Os imigrantes chegaram cansados, deprimidos pelos sofrimentos e não é de estranhar que a mortalidade, a bordo e em terra, seja tão elevada, principalmente com o calor que faz (...) Os fatos mais tristes se sucedem: famílias dizimadas, crianças que choram os pais mortos, pais que choram os filhos perdidos para sempre, maridos que lamentam a perda da mulher, mulheres que lamentam a perda do marido (...) E pensar que esses infelizes crêem que uma vez chegados na colônia terminarão os sofrimentos, quando lá começarão as maiores dificuldades e a luta pela vida. (...) Não estigmatizamos a obra de ninguém, as palavras são supérfluas e recriminações fizemos até demais; somente nos perguntamos se o Brasil chama imigrantes para povoar a terra ou o cemitério.⁶

Durante a longa travessia do oceano, ao depauperamento físico dos passageiros, resultante do enjôo, vinham juntar-se doenças contagiosas, como o tifo, cólera, bubônica (trazida pelos ratos), angina-pectoris e distúrbios pulmonares, como gripe, pneumonia, devidos à umidade, a famigerada pelagra (escorbuto) por falta de verduras e vitamina C na alimentação. Não podia ser de outra forma, em barcos abarrotados, com promiscuidade de animais, bagagem, sem ventilação, onde proliferava toda sorte de imundícies (ratos, pulgas, piolhos, moscas e percevejos). O bastimento virava num grande hospital nauseabundo.⁷

Para os colonos que partiam com menos recursos a viagem da Europa ao lote de terra era uma aventura arriscada, uma vez que qualquer atraso representava mais gastos de suas economias e menos recursos para instalarem-se na nova terra. O sucedido, conforme o relato seguinte, era praxe:

Venderam o pouco que tinham e vieram apenas com o indispensável. Mamãe dizia que trouxeram baldes e painéis de cobre. O embarque era feito em Gênova. Mas o navio brasileiro demorou. Ficaram lá três meses esperando o navio. Gastaram o pouco que tinham. Chegando o navio embarcaram e vieram. Quando chegaram a Porto Alegre, foram levados ao barracão

5 LORENZONI, J. Memórias de um Imigrante Italiano. Porto Alegre : Sulina . Trad. Arminda Lorenzoni Pereira. 1979. págs. 52 e 53.

6 MANFROI, O. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul : Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre : Grafosul. 1975. pg. 109.

7 *Idem*. págs. 105 e 106.

dos imigrantes, à espera do navio que os levasse a Montenegro, de onde seriam distribuídos nas colônias. Também lá demoraram bastante.⁸

Após meses de espera, muitas famílias desesperavam-se quando eram colocadas em seus lotes com recursos insuficientes para sua sobrevivência:

Chegados à colônia (nome que davam às terras que lhes tinham sido concedidas pelo Governo), tornavam-se muito tristes pela falta absoluta de conforto. E como não deveria ser assim? Uma pobre família, composta quase sempre de cinco, seis, oito e até dez pessoas, abandonadas no meio da mata, longe duas, três e até cinco horas de caminho até chegar à sede, sem vias de comunicação, carecendo de tudo, até do mais indispensável para viver, quase todos com tenras crianças e também velhos decrepitos, obrigada a se satisfazer com uma miserável cabana, pode-se imaginar o desânimo que estes coitados sentiam!⁹

Estima-se que grande parte dos imigrantes poloneses que destinaram-se ao Rio Grande do Sul (vindos da Prússia, Império Austríaco e Império Russo) a partir de 1875 passaram por estas dificuldades, chegando com poucos recursos e ficando com os piores lotes, os mais pedregulhosos e acidentados: “A situação destes primeiros imigrantes era de extrema pobreza, porquanto do torrão natal pouco ou nada tinha trazido”.¹⁰

Durante a segunda metade da década de 1870 a principal luta dos imigrantes nas colônias imperiais do Rio Grande do Sul será pelo efetivo cumprimento do Regulamento de 1867, principalmente no que diz respeito aos auxílios e adiantamentos fornecidos pelas administrações das colônias

8 GASPERIN, Alice. Vão Simbora . Relatos de Imigrantes Italianos da Colônia de Princesa Dona Isabel, RS. Porto Alegre : EST/UCS . 1984 pg. 15.

9 LORENZONI, J. *Op. cit.*, pp. 64 e 65.

10 WONSOWSKI, J.L. Nos Peraus do Rio das Antas . Porto Alegre: EST; Caxias do Sul : Ed. UCS, pp. 16 e 17.

11 O Regulamento das Colônias do Estado, estabelecido pelo Decreto Imperial nº 3.784 de 19 de janeiro de 1867, previa a distribuição de lotes com pagamento em três parcelas num período de cinco anos, possibilidade de trabalho assalariado do colono e sua família nos primeiros seis meses em obras públicas, tinham direito a adiantamento de ferramentas, sementes, casa provisória e auxílio a fundo perdido de 20\$000 réis por adulto.

aos recém-chegados¹¹. Pouco adiantava dirigir-se a um lote de terra, precariamente demarcado numa floresta, se a família do colono não contasse com adiantamentos e auxílios pelo menos até a primeira safra¹².

2. *Conflitos entre Colonos e Administração Imperial*

A distribuição dos imigrantes nas colônias era feita sem um planejamento mais cuidadoso, sendo de uma hora para outra jogados milhares de colonos numa colônia sem infra-estrutura mínima, com precárias ligações com os outros povoados da Província, sem lotes demarcados em número suficiente para atender aos recém-chegados. Era o que ocorria em Nova Palmira (nome anterior da Colônia de Caxias) durante o ano de 1876, quando estabeleceram-se 3.000 imigrantes, ou nas colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel, para onde o Ministério dos Negócios da Agricultura havia remetido 3.959 imigrantes em 6 meses.¹³

No verão de 1876/77 ocorreu uma seca (novembro a fevereiro) prolongada, quando os colonos foram atingidos de forma muito séria. Na região colonial os meses de dezembro, janeiro e fevereiro eram o período de desenvolvimento e maturação das espigas de milho, principal cultura dos imigrantes, especialmente dos recém-chegados. Como havia aproximadamente 4000 colonos recém-chegados nas colônias imperiais, o Presidente da Província, Alencar Araripe, destinou “400.000 rações de farinha de milho, trigo e arroz às colônias de Conde d'Eu, D. Isabel e fundos de Nova Palmira affim de evitar que os respectivos colonos sofram as conseqüências da secca”.¹⁴

Dias de Castro, que assume a Presidência da Província em fevereiro

12 Com muita freqüência a alimentação silvestre, com pinhões de araucária, caça de porcos do mato (catitu, queixadas) antas e pássaros, foi a salvação para muitos imigrantes recém-chegados, de poucos recursos e com auxílios atrasados. Daniela Perco registra estas estratégias de sobrevivência em relatos orais de descendentes dos primeiros imigrantes. “Fonti orali ed emigrazione: Il caso del Rio Grande do Sul (Brasile)” In FRANZINA, Emilio. *Un Altro Veneto... Op. cit.*, p. 375.

13 Relatório do Presidente Alencar Araripe, 5 de fevereiro de 1877. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) pág. 25.

14 *Idem*, pág. 55. A qualidade das rações era reconhecida como “precária” pelos próprios Diretores de Colônia. Of. nº161, de 16/8/1878, códice 250, AHRGS. Optamos por conservar a ortografia original das fontes que assim nos apresentam.

de 1877, encaminha as rações gratuitas às colônias imperiais e mais auxílios aos imigrantes que estão chegando (ano de 1877 registrou-se o maior número de imigrantes à Província nesta década – 5.940, quase todos para as colônias do Império). Para as poucas colônias provinciais ainda restantes, o Presidente da Província dispensava um tratamento diferente:

À vista da quadra calamitosa que, com a presente secca, atravessão as nossas colonias, cujos effeitos serão mais dolorosamente sentidos pelos colonos recém-chegados, parecendo-me nocivo à moralidade do colono e mesmo contraproducente o systema de lhes abonar subsidios extraordinários em dinheiro ou víveres, pois que assim são elles acoroçados na ociosidade, propria, no caso que esta medida se torne necessária, o alvitre de, na colonia de N. Petropolis serem os colonos, que o precisarem, empregados a jornal na construção das estradas cuja necessidade acabo de apontar e nas de Santo Angelo e Monte Alverne ser-lhes dada a preferencia nos trabalhos que vão ser encetados na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana.¹⁵

Como o número de colonos recém-chegados era reduzido nas colônias provinciais, foi mais fácil a organização destas frentes de trabalho de imigrantes necessitados. Mesmo nas colônias imperiais estes auxílios deveriam, segundo determinava o Regulamento de 1867, ser pagos em troca de trabalhos em obras públicas. Ocorre que, com um número grande e repentino de imigrantes que chegavam às colônias imperiais, não havia forma de ocupá-los todos produtivamente em tais obras.¹⁶ Faltavam projetos, engenheiros, técnicos e fiscais para organizar este trabalho dos colonos. Os trabalhos eram lentos e a fiscalização dos gastos, em alguns casos, não era rigorosa. Na colônia Silveira Martins:

Haviam-se organizado, no entanto, os trabalhos para abertura de novas estradas, sob a direção de um prático, dando-se início à

15 Relatório do Presidente Dias de Castro, 21 de Maio de 1877, pág. 7.AHRGS

16 O Inspetor Especial de terras e colonização enviou aos Diretores de Colônias um ofício circular, datado de 29 de agosto de 1877, ordenando que se empreguem “os colonos nas “obras necessárias a viação interna e externa” das colônias, tendo em vista o previsto pelo Regulamento das colônias do Estado. No documento, há uma preocupação em evitar a ociosidade dos colonos, há sugestão de que os mesmos formem associações de consumo. Manuscritos .1877 Da Inspetoria Especial de Terras e Colonização para a Inspetoria Geral de Terras e Colonização - Minutas . AHRGS. Maio 8, lata 280.

principal, que deveria desembocar no campo, na vizinhança de Santa Maria, com um percurso de dezoito quilômetros, levando cerca de dois anos para ficar pronta.(...) Foram então distribuídas as ferramentas necessárias, isto é, pás, enxadas, picões, machados e outros utensílios indispensáveis a este trabalho (...) todos atiravam-se a este serviço: homens, jovens e meninos, ganhando, os primeiros, um mil e quinhentos réis por dia, as mulheres e jovens de dezesseis ou dezessete anos, um mil réis e os meninos, setecentos e cinquenta e também quinhentos réis. Ganhavam pouco, é verdade, pois o trabalho também era pouco. Aquelas pessoas todas foram divididas em grupos de quarenta ou cinquenta, tendo cada grupo seu chefe. Os primeiros chefes nomeados para dirigir aquele trabalho ganhavam três mil réis por dia. O pagamento só era feito cada três ou quatro meses por uma pessoa encarregada especialmente disso e que vinha de Porto Alegre. Este pagamento processava-se sem formalidade alguma, mediante listas em duplicata, apresentadas pelos citados chefes de grupos, os quais, nos primeiros tempos, recebiam o total da importância, distribuindo-a depois aos trabalhadores. As listas, muitas vezes, não eram a expressão da verdade; continham, quase sempre, nomes de pessoas que, ou já estavam mortas, ou viviam na Itália e compreende-se que o lucro para os chefes era bem maior.¹⁷

Nas colônias da Serra (Caxias, D. Isabel e Conde d'Eu) os imigrantes recebiam em forma de auxílio alimentos sem a contrapartida de trabalho em obras públicas.

Passada a seca, o grupo de imigrantes que chegou à Província entre 1876 e 1877 (aproximadamente 10 mil) ainda não havia alcançado plenas condições de subsistência em suas colônias devido às chuvas excessivas¹⁸

17 LORENZONI, *Op. cit.*, págs. 50 e 51.

18 Josef Ummann, boêmio que chega no Rio Grande do Sul em junho de 1877, dirigiu-se a Colônia Provincial de Santo Ângelo, onde tinha parentes, relatou as dificuldades sofridas com estes problemas climáticos da seguinte forma: "...uma grande carestia em consequência da seca que no ano anterior motivara uma mísera colheita. Os poucos mil-réis que alguns conseguiram trazer e que pensavam empregar na aquisição de instrumental agrícola, precisavam ser gastos dentro em breve na compra de comestíveis. E depois? Sim, depois veio a penúria e o mais estritamente necessário foi pedido emprestado junto a colonos mais antigos, para ser devolvido na próxima safra. Também esta saiu muito mal, pois não houve mais dia propício para a coivara, por causa das chuvas contínuas que caíram após o desmatamento". Memórias de um Imigrante Boêmio. Porto Alegre: EST/UCS. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores. p. 55.

e enchentes de maio e novembro de 1877¹⁹, desta maneira necessitavam ainda de auxílios ou emprego em obras públicas. Da colônia de Silveira Martins um grupo de 300 imigrantes alemães do Volga (de Saratov, Rússia) dirigiu-se à Porto Alegre para procurar viajar à Argentina, mas foram barrados por determinação do Presidente Faria Lemos, que só permitiria a saída se saldasse todos os débitos de auxílios recebidos do Império.²⁰

Em outubro de 1877 inicia-se uma reação por parte do Ministério da Agricultura com o objetivo de diminuir os gastos com imigração e colonização que estavam atingindo cifras imprevistas. No dia 1º de outubro de 1877 o Presidente da Província Francisco Faria Lemos recebeu ordem do Ministério da Agricultura para suspender o subsídio que se abonava aos colonos, desde a seca do verão. Uma portaria de 15 de outubro de 1877 demitia os diretores das colônias de Caxias, D. Isabel e Conde d'Eu, bem como seus auxiliares e agrimensores.²¹

Com o corte dos subsídios ocorrem imediatamente vários distúrbios nas colônias. Imigrantes em grandes grupos saíram de suas colônias e dirigiram-se a Porto Alegre para protestar junto ao Governo da Província. São mandados de volta, acompanhados por destacamentos de linha da infantaria do exército que ficam nas colônias “para manter a ordem”. Em Caxias, conflitos entre praças do exército e colonos resultaram na morte de três imigrantes. Segundo o Presidente da Província, o descontentamento dos colonos era justificado, devido à falta de trabalho e, quando este havia, o pagamento era demorado (3 a 4 meses), indicava como solução o aumento do número de construção de estradas e a volta ao subsídio para colonos em situação miserável.²²

Tudo indica que a razão principal para a revolta dos colonos é que o corte do subsídio não foi acompanhado pela abertura de frentes de trabalho para os imigrantes da Serra. Sem auxílio gratuito e sem trabalho assalariado, os imigrantes ficavam sem saída.²³

19 Ver em SPONCHIADO, Pe. Luiz. “A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins”. In DE DONI, Luís A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil* Op. cit. p. 435 e “A Reforma”, Porto Alegre, 8 nov. 1877 n° 251 p. 2.

20 “A Reforma”, Porto Alegre, 30 out. de 1877, Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa (MCSHJC) p. 1 e 1º de nov. de 1877, p. 1.

21 Relatório do Presidente Faria Lemos, 10 de fevereiro de 1878. AHRGS. pág. 32.

22 *Idem*, p. 35.

23 Vários exemplos de colônias abandonadas e isoladas nas matas deixavam os colonos aterrorizados. Em Santa Catarina um grupo de imigrantes poloneses é dirigido a colônia de São Pedro em 1869. Sofreram de todo tipo de carências e dificuldades, agravadas pelo

Durante os anos de 1877 e 1878 verificamos que estes conflitos entre colonos e administração não limitaram-se ao Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1877, mais de mil colonos rebelaram-se em Santa Leopoldina (Espírito Santo) e por sua solicitação foram enviados à Caxias (Rio Grande do Sul). Também no Espírito Santo, colonos italianos localizados em Santa Teresa promovem um levante (liderado por Fernando Giugni) e são confinados em Nova Lombardia, em fevereiro de 1877. Nestes movimentos fica clara a incapacidade da administração em cumprir o repasse dos auxílios e condições previstas no Regulamento de 1867. Na Província de Santa Catarina, os motins ocorreram nas colônias imperiais de São Bento, Luís Alves e Nova Trento. Nesta última a revolta explodiu quando o governo suspendeu os auxílios em dinheiro aos imigrantes. A afluência constante de mais imigrantes, sem as mínimas condições de infra-estrutura, agravava a situação. Na colônia de São Bento cerca de 300 colonos amotinaram-se, desceram a serra armados para exigir condições de assentamento ao Diretor que encontrava-se em Joinville. Em Luís Alves houve igualmente “vários motins de colonos, obrigando o emprego e a permanência da força policial para manter a ordem perturbada com relativa frequência”.²⁴

Os presidentes de Província seguiam as ordens do Ministro da Agricultura de fazer com que estas forças militares e policiais impedissem a vinda de colonos às capitais provinciais ou mesmo à Corte para evitar repercussões públicas e contatos com agentes consulares.²⁵

isolamento geográfico. Grande parte deste grupo foi transmigrado ao Paraná em 1871. Dos remanescentes, estes ainda recebiam auxílios do Governo em 1876, principalmente através de trabalhos em estradas, uma vez que o produto de suas lavouras não completava sua subsistência. GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. A Imigração Polonesa nas Colônias de Itajahy e Príncipe D. Pedro. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau. 1984. p.45

- 24 Sobre conflitos entre colonos e administração nas Províncias de Santa Catarina e Espírito Santo ver CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura. 1968. pp. 209, 211, 217, 224 e 226. SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim. Florianópolis: Edeme. 1981. pp. 14, 54 e 55. FICKER, Carlos. São Bento do Sul: subsídios para sua História. Joinville: Ipiranga. 1973. pp. 115 a 131. Manuscritos da Inspetoria Especial de Terras e Colonização (SC) para a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. 1877/78 maços 8 e 9, lata 280, Arquivo Público de Santa Catarina. Falla do Presidente José Bento de Araújo (SC) 1877, Relatório Pres. Joaquim da Silva Ramalho (SC) 1878, p. 4. APSC. DERENZI, Luiz Serafim. Os Italianos no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Arte Nova. 1974. pp. 57 e 58; BUSATTO, Luiz. “Dilemas de Imigrante Italiano no Espírito Santo” *In* DE BONI, L.A. A Presença Italiana no Brasil. *Op. Cit.* pp. 46 e 47.
- 25 Correspondências do Ministério da Agricultura ao Presidente da Província de SC e ofícios circulares aos Presidentes de Província, 1879. Telegrama recebido em 18 de janeiro de 1879 e Of. Circ. nº 1, 28 de janeiro, 1879. APSC.

As contradições entre as demandas dos colonos, previstas no Regulamento de 1867 e prolongadas pela impossibilidade de colheita inicial (muitos ainda nem haviam recebido seus lotes e os que já possuíam sofreram os efeitos da grande seca e das enchentes) e, por outro lado, os limites do Tesouro Nacional (que sofria queda acentuada na receita pela prolongada seca nordestina e o aumento de despesas daí resultantes), tornavam os conflitos cada vez maiores.

Dois batalhões de linha ficaram estacionados nas colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu entre novembro de 1877 e abril de 1878, sendo que depois, forças policiais de Montenegro e São Sebastião do Caí são constantemente solicitadas pelos Diretores de Colônia. Em março de 1878, o Diretor da colônia de D. Isabel solicitava um reforço de mais 20 praças de linha se não viessem os pagamentos que tanto solicitava. Dias depois o Presidente da Província é comunicado que nesta colônia os imigrantes entraram em conflito com o destacamento militar, resultando na morte de dois colonos e no ferimento de outros quatro.²⁶

Pela imprensa liberal local os imigrantes eram vistos como indivíduos “turbulentos”, “vadios” e “pensionistas do Estado”.²⁷ O jornal *A Reforma* do Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins – na oposição até janeiro de 1878 – afirmava que se estava “perto de reeditar uma campanha dos Muckers”²⁸, que o engajamento dos colonos era realizado na Europa com propostas mentirosas e exageradas, as colônias não estavam em condições de recebê-los (falta de terrenos demarcados, ausência de habitações provisórias e alimentação insuficiente). Apesar

26 Correspondência Passiva da Inspetoria Especial de Terras e Colonização (RS) Lata 282, março 12, Of. nº 296 04 mar de 1878 e Of. nº 331, 11 mar. de 1878. AHRGS. Na Colônia de Caxias o motim dos colonos foi liderado por Carlos Gatti, que foi expulso da Colônia, segundo o Diretor: “...quando tomei conta da Direção da Colonia muitas pessoas prevenirão-me de que o mesmo Carlos Gatti, em circunstâncias críticas para esta Colonia, prevalecia-se, de um pouco mais de instrução do que tem os pobres ignorantes colonos, para constituir-se em instigador.” Of. nº 88, de 6 de março de 1878. Do Inspetor Especial de Terras e Colonização ao Presidente da Província, encaminha carta do Diretor da Colônia de Caxias. Porto Alegre. AHRGS. Lata 280, maço 9.

27 O “*Deutsche Zeitung*”, dirigido pelo liberal Karl Van Loseritz defendia a imigração alemã, condenando, durante a década de 1870 a vinda de italianos, citado em DELHAES-GÜNTNER, Dietrich von “*La Colonizzazione Italiana nel Quadro Dell’Emigrazione Europea verso Il Brasile Meridionale (1875-1914)*” *IN FONDAZIONE GIACOMO BRODOLINI - Gli Italiani Fuori D’Italia - Gli emigranti italiani nei movimenti operai del paesi d’adozione 1880-1940*. Milano : Franco Angeli Editore. 1983. BEZZA, B. (org.). pp. 469 e 470.

28 “*A Reforma*”, 4 de novembro de 1877, p. 1.MCSHJC.

de tudo isto *A Reforma* julgava o objetivo da colonização importante, mas estava sendo desmoralizado pela administração conservadora. O jornal *O Rio-Grandense* (do Partido Conservador) prestava-se frequentemente a esclarecimentos, afirmando que os colonos eram mal informados e que, depois de outubro de 1877, reinava a ordem e a tranqüilidade nas colônias.²⁹

Neste período, um sacerdote italiano, Domenico Munari, escrevendo para seu Arcipreste na Itália, afirma que entre maio e outubro de 1877 esteve entre os colonos de Conde d'Eu e D. Isabel. Segundo Munari, os imigrantes sofreram todo tipo de privações, recebiam auxílios em seus lotes só por 10 dias e que a administração das colônias estava nas mãos de ateus e franco-maçons. Pediu demissão da função de pároco na Colônia de D. Isabel e foi aconselhado pelo Bispo de Porto Alegre a não retornar às colônias e procurar outra paróquia. Pelo relato é possível identificar um envolvimento claro deste sacerdote nos conflitos na Colônia D. Isabel. Afirma que o "Czar" (Diretor) e as "Harpas" (funcionários) viviam na "luxúria" (*sic*) e os colonos, na miséria. É evidente, também, a motivação política deste sacerdote em maldizer a atuação dos maçons, a "Questão Religiosa" desencadeada durante o Gabinete Rio Branco, ainda era um ponto de atrito entre Igreja e Estado, mesmo depois da anistia aos bispos concedida por Cotegipe.³⁰

Em 5 de janeiro de 1878 os liberais assumem o poder através do Gabinete Sinumbú (que fica com a pasta da Agricultura) tendo no Ministério da Fazenda o principal líder liberal do Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins, e na pasta da Guerra era nomeado o gaúcho General Osório, o "Caxias" dos liberais. Este ministério assume a administração imperial num período de grave crise econômica, agravada com a seca prolongada no Nordeste. Tinham como agenda principal a reorganização das finanças do País e a efetivação do projeto de reforma eleitoral.

Na Província do Rio Grande do Sul, o novo Presidente liberal, Chaves Campello, continuou enfrentando os mesmos problemas nas colônias, onde as forças de linha envolviam-se em conflitos constantes com os imigrantes. Os conservadores, através de *O Rio-Grandense*, não

29 "O Rio-Grandense" 02 de novembro de 1877. p. 1.MCSHJC.

30 Carta de Don Domenico Munari, Porto Alegre, 21 out. de 1877 in FRANZINA, E. Merica! Merica! Emigrazione nelle Lettere dei contadini Veneti in America Latina (1876-1902). Milano: Feltrinelli Economica. 1979, pp. 75, 76, 77 e 78.

exploraram estas contradições dos liberais, apenas centravam suas críticas na “guilhotina” de Chaves Campello, que desalojava vários conservadores, há dez anos nos postos principais da administração provincial.³¹

Além dos colonos, os próprios servidores das colônias tinham seus vencimentos em atraso. Em 1º de fevereiro de 1878, o Diretor da Colônia de Caxias afirma que os funcionários técnicos e administrativos da mesma estavam há quatro meses sem receber seus vencimentos, solicitando providências da Inspetoria Especial.³²

Em abril de 1878, quando Sinimbú solicita parecer do Conselho de Estado sobre a dissolução da Assembléia Geral, de maioria conservadora, argumenta que necessita de apoio legislativo para imprimir suas medidas principalmente a emissão de papel-moeda para fazer frente às crescentes despesas. Afirmava que:

(...) Tinha assim o Governo imperioso dever de socorrer as populações flageladas, despendendo enormes somas, cujo limite não é dado prever com segurança. Acrescia que a maior parte das colônias do Estado estava sem receber, há meses, os auxílios pecuniários a que tinham direito seus habitantes, os quais, desesperados, tinham já lançado mão de meios extremos, apresentando-se armados, e exigindo o que lhes era devido, por modo que obrigou ao Governo a mandar força para contê-los e fazer respeitar a ordem pública.³³

Correndo o risco de perder grandes investimentos já realizados em imigração e colonização, inclusive com o prejuízo pouco reversível de piorar a imagem do Brasil na Europa, o Governo não teve outra alternativa senão ceder às pressões dos colonos, diminuindo a tensão nas colônias do Império. No gráfico (p. 44) podemos verificar a importância das verbas despendidas em “Terras Públicas e Colonização” no ano fiscal de 1877/78. O montante de 9.773 contos *representou 9,2% do orçamento do*

31 “O Riograndense” números de janeiro e fevereiro de 1878.MCSHJC.

32 Of. s/n, 1º fev. de 1878, AHRGS - código 250.

33 Como argumentava que necessitaria de “maior apoio legislativo”, Sinimbú admitia, na prática, que era o governo quem continuava a “fazer” a maioria no legislativo. O pedido de dissolução da Câmara inviabilizava o próprio projeto de Reforma Eleitoral - que propunha a “verdade na eleição”- animador da criação do Gabinete de 5 de janeiro. RODRIGUES, José Honório (org.) Atas do Conselho de Estado. *Op. cit.*, ata de 10 de abril de 1878. p. 121.

Império para o período. Os créditos orçados ordinariamente foram de 1.836 contos. Em abril de 1878 foram aprovados mais 4.100 contos como créditos extraordinários (Decreto nº 6.953), complementados por mais 3.819 contos em novembro de 1878 (Decreto nº 7.104). Este conjunto de gastos foram aplicados no transporte e assentamento de imigrantes exclusivamente em núcleos oficiais de pequenos proprietários.

A concessão de créditos extraordinários foi defendida por Sinimbú para evitar um colapso em toda a política de imigração e colonização do Império. O Gabinete não tinha condições de seguir a “verdade do orçamento”, tão propalada por diferentes gabinetes liberais:

(...) violentaria a fé pública somnelemente empenhada em contratos para a introdução de imigrantes? Ser-lhe-ia lícito permitir que dezenas de milhares de imigrantes, na sua quase totalidade despercebidos de meios com que se pudessem alimentar durante alguns dias, ficassem expostos à fome e à vagabundagem até que por via diplomática, como não raro ha acontecido, fosse reclamada a sua repatriação? Entretanto eis-ahi no que redundaria a rigorosa observância do orçamento votado para dous exercícios.³⁴

Durante o ano de 1878, a política praticada por Sinimbú foi priorizar o assentamento das grandes remessas de imigrantes para as colônias do Império ocorridas em 1876, 77 e 78. Apenas pelo contrato entre Caetano Pinto e o Império, ingressaram nestes três anos 31.694 imigrantes.³⁵ De procedências gerais, contratos e espontâneos saíram do Porto do Rio de Janeiro em direção às Províncias, nos anos de 1877 e 1878, 32.096 colonos, sendo que, 9.705 para o Rio Grande do Sul, 4.058 para Santa Catarina, 7.470 para o Paraná e 4.053 para o Espírito Santo – províncias que possuíam a maioria das colônias do Império.³⁶ Ligada às medidas de financiamento suplementar para o assentamento destas levas de imigrantes, Sinimbú suspendeu a vinda de novos argumentando que:

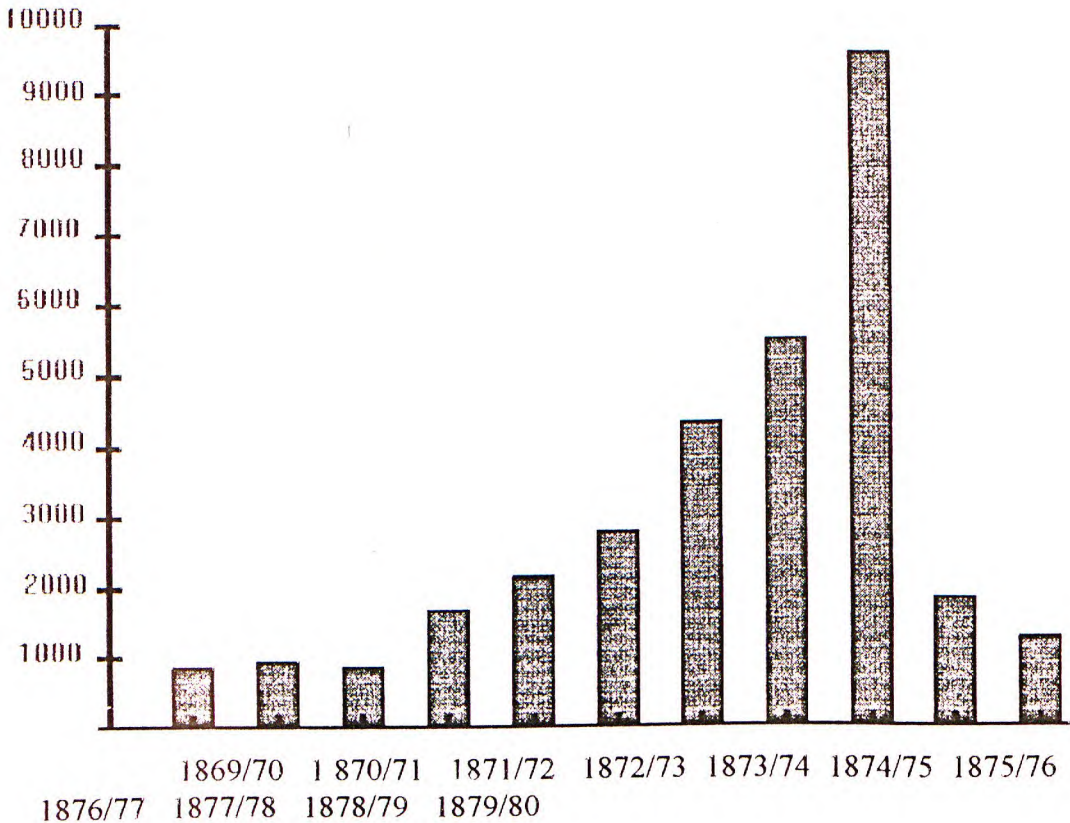
34 Relatório...*Op. cit.*, p. 363.

35 *Idem.* p. 54. Para Renzo Grosselli o contrato com Caetano Pinto foi decisivo para o aumento da imigração a partir de 1875. Vencer ou Morrer : Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras - Santa Catarina Florianópolis : Ed. UFSC . Trad. de Solange Luques e Ciro Mioranza. 1987. p246.

36 Relatório Sinimbú, 1879. pp. 58 e 59.

“(…) não é o grande número de imigrantes introduzidos que pode atrair para o nosso paiz a imigração estrangeira, sinão a notícia de se acharem estabelecidos em regulares condições de bem-estar os que temos importado”.³⁷

GRÁFICO - Valores despendidos, em créditos ordinários e extraordinários, pelo Governo Imperial, na rubrica Terras Públicas e Colonização - 1869 a 1880. (Valores em contos de réis - 1:000\$000)



Fonte: Lei nº 2.348 (orçamentos 1873-74 e 1874-75), Lei nº 2.640 (orç. 1875-76), Lei nº 6.670 (orç. 1876/77 Decreto nº 2.707 (orçamento 1877-78), Decreto nº 7.104 (orç. 1877/78), Lei nº 2.940 (orçs. 1897-80 e 1880-81 e Relatório Sinimbu 10/mia/1879 (orçs. 1869-70, 1870-71, 1871-72 e 1872-73). Os valores efetivamente despendidos foram os seguintes : 1869/70 927.000\$000; 1870/71 1.161.600\$000; 1871/72 1.051.500\$000; 1872/73 1.626.353\$304; 1873/74 2.142.554\$662; 1874/75 2.756.025\$866; 1875/76 4.385.684\$905; 1876/77 5.502.054\$682 ; 1877/78 9.773.667\$000; 1878/79 1.836.000\$000; 1879/80 1.300.000\$000.

37 *Idem.* p. 55.

Segundo Lorenzoni, o corte dos auxílios foi cancelado quando os colonos dirigiram-se a Porto Alegre, para interceder junto à Presidência da Província:

(...) as provisões escasseavam e, na estação invernal que estava próxima, talvez até chegassem a morrer de fome no meio da floresta, como aconteceu mais tarde. Por mais de vinte dias foram obrigados a se alimentar de pinhões, que iam recolher nos bosques ao pé dos pinheiros, o que naquele ano havia em grande quantidade. (...) Foi justamente naqueles primeiros meses que, devido à falta absoluta de víveres, uma numerosa comitiva transportou-se, a pé, até Montenegro e de lá a Porto Alegre, para reclamar providências ao Presidente. Fazia parte dessa comissão a esposa de João Faes, chamada Joana, e somente ela conseguiu convencer a primeira autoridade da Província a atendê-los. Não fora ela, a comitiva teria corrido até o perigo de ser presa. (...) Aquele Sr. Cartier (novo Diretor da Colônia D. Isabel) logo depois de sua chegada, tratou de mandar construir um grande armazém, fornecendo-o com todos os artigos necessários.³⁸

Em resposta aos distúrbios ocorridos nas colônias, no ano de 1878 assistiu-se a uma normatização do sistema imperial de colonização com o objetivo de aumentar o controle dos gastos, evitando-se a corrupção de administradores e colonos. A diminuição dos gastos começa pela fonte de origem dos mesmos. São cancelados todos os contratos que o Governo Imperial mantinha com empresas de transporte para a vinda de imigrantes subsidiados. A partir de novembro de 1878 os imigrantes que chegam são espontâneos (daí a diminuição radical no ingresso, para o Rio Grande do Sul, com a vinda de 186 imigrantes em 1878, 300 em 1879 e 219 em 1880), portanto com recursos próprios.³⁹

38 LORENZONI, J. *Op. cit.*, págs. 131 e 132.

39 Relatório do Presidente Marcondes de Andrade, 26 de Janeiro de 1879, pág. 51: “O Governo Imperial resolveu não alimentar a corrente de emigração por conta do Estado enquanto não melhorarem as condições financeiras do paiz”. No ofício circular nº 07 aos Presidentes de Província de 29 de novembro de 1879 o Ministro Cansansão de Sinimbu insistia com veemência nos cortes dos gastos públicos com imigração e colonização: “...Várias vezes tenho recommendado a essa Presidência a mais escripta economia nas despesas do Ministério de que me acho encarregado, e ainda nesta data, ao cummunicar-lhe a distribuição do credito para o atual exercício, reiterarei as minhas anteriores ordens que espero do zelo de V.

Quanto aos imigrantes que já estavam nas colônias, há uma especificação maior da forma como estes devem receber os salários em troca da prestação de serviços em obras públicas. Para isto o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas baixou um conjunto de providências, denominadas Medidas Complementares ao Regulamento das Colônias do Estado. Além dos aspectos moralizadores, estas medidas procuravam viabilizar o encaminhamento dos colonos de forma mais precoce aos trabalhos agrícolas, isto fica acentuado com as restrições ao trabalho de mulheres e crianças e a limitação rigorosa das quinzenas para os adolescentes e adultos.

Por estas novas medidas, as unidades familiares teriam que procurar seu sustento principal nos lotes coloniais ficando o trabalho assalariado como uma fonte suplementar de renda para o período anterior à primeira safra.

A rigor, não há elementos novos, além dos já previstos pelo Regulamento de 1867, trata-se de um detalhamento normativo resultante das experiências administrativas neste período, principalmente porque eram freqüentes os casos de famílias inteiras trabalharem em obras da colônia em determinado período e, quando cessavam os auxílios e frentes de trabalho, não possuíam um lote em condições de suprir sua subsistência.

Segundo o Presidente Marcondes de Andrade, depois da adoção destas medidas, “tem-se notado uma grande redução nas despesas”.⁴⁰

Nestas medidas, além da preocupação constante no controle contra o desvio de verbas, há a regularização do trabalho assalariado nas colônias, para que os imigrantes não se “transformassem em pensionistas do Estado”, na expressão do Ministro Cansanção de Sinimbú. Na realidade, o governo imperial não conseguiu desobrigar-se

Exa. continuarão a ser com toda a solicitude observadas...Ao que então recommendei como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Publicas acrescentarei agora como Presidente do Conselho, no mais pleno accordo de vistas com os meus collegas. que o pensamento do Governo Imperial já muitas vezes manifestado e por seus actos comprovado, é reduzir a despeza publica aos mais strictos limites que a organização dos serviços comportar, segundo exigem as circunstancias financeiras do Império que, posto tendam a melhorar pelo natural progresso da venda e pela decretação de novos impostos, obriguem a mais severa economia em todos os ramos da administração”.

40 Relatório Marcondes de Andrade, pág. 66.

completamente da colonização, os colonos, em suas lutas locais e protestos nas capitais⁴¹ conseguiram evitar o abandono. Durante o ano de 1879 os colonos da serra gaúcha já estavam integrados em frentes de trabalho.⁴²

Somente no final do ano de 1879 é que o governo suspendeu, e de forma provisória, os “favores e auxílios” do Regulamento de 1867.⁴³

Nesta altura todos os colonos chegados até fins de 1878 já estavam instalados em seus lotes. Os imigrantes que chegaram espontaneamente em fins da década de 1870, em pequeno número, é que deixaram de beneficiar-se do Regulamento, mas estes possuíam melhores condições para instalarem-se.

41 Não era incomum o deslocamento de colonos das Províncias em direção à Corte, para protestar: “Recommendo a V.Exa. que aos imigrantes estabelecidos nas colonias existentes nessa Província, proibida virem a esta Côrte, qualquer que seja o motivo que alleguem, visto resultar de seu transporte augmento às despesas que faz o Estado com o serviço da Colonização”. Ofício Circular nº 01, de 28 de Janeiro de 1879 do Ministro e secretário dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras publicas aos Presidentes de Província. APSC

42 LORENZONI, J. *Op. cit.* págs. 164 a 166.

43 Decreto Imperial nº 7.590 de 20 de dezembro de 1879.

A História Política Hoje: novas abordagens

Loiva Otero Félix

Resumo: O artigo analisa as transformações pelas quais tem passado a história política neste século e suas abordagens atuais.

Palavras-chave: História política – Novas abordagens – Paradigmas

Abstract: The article analyses the changes that are occurring in this century in the area of political history and its current approaches.

Keywords: Political history – New approaches – Paradigms

Abordar esta temática significa colocar-se diante do fascínio de novas possibilidades que se abrem ao historiador para análise, mas significa também arriscar-se a situar questões extremamente complexas por envolverem quebras conceituais já consolidadas sem poder ainda apresentar, em seu lugar, algum conjunto de conhecimentos novos, harmônicos ou consolidados. Ao contrário, tateamos num emaranhado valorativo conceitual que só se revela a nós quando começamos a separar os fios para compor um novo tecido de explicação do real histórico. Somos envolvidos pela ambigüidade de emoções: fascínio e temor.

Na expectativa de tentar desvendar e dar um pouco de clareza para a compreensão das transformações pelas quais têm passado a história política neste século, e como se apresenta hoje estruturaremos em três tópicos encadeados: 1) a crise de paradigma e as modificações no estatuto científico da história, abordando a nova posição do sujeito na mesma; 2) a inserção do político e suas percepções; e 3) as novas abordagens: as representações sociais.

1. A crise de paradigmas e as modificações do estatuto científico da história: a nova posição do sujeito na história.

Não é novidade que estamos já há alguns anos vivenciando os impasses de uma crise de paradigmas, da falência do modelo racionalista de visão de mundo e da ciência. Parece-me que, para tornar mais claro seu significado em relação à história e à situação do político na mesma, é necessário primeiro definir o que entendemos por *crise*, para não correremos o risco de sermos vítima da ironia que Umberto Eco apresenta no artigo “A crise da crise da razão” na obra *Viagem na irrealidade cotidiana* quando diz que “o uso indiscriminado do conceito de crise é um caso de sestro editorial. A crise vende bem”.

Ao referir-me à crise tenho em mente uma situação de ruptura radical em qualquer momento histórico, embora, obviamente, nem toda a situação de ruptura radical ocorra como crise. O fundamental é a forma como se dá a ruptura e o quê se perde. A crise é, essencialmente, a ruptura de um universo valorativo total; a quebra de premissas e de fundamentos epistemológicos, quando perdem-se crenças justificadoras e legitimadoras do mundo (cosmovisão) e quando perde-se a *episteme* (certeza) que a lastreava, quando perde-se a chave explicativa, o mecanismo do conhecimento e de obtenção do mesmo.

Perguntamos então: em que a atual crise de paradigmas nos atinge, nas ciências humanas em geral e na história em particular?

Fundamentalmente ela equivale à crise do sujeito, o resto são decorrências, importantes, mas apenas dimensões decorrentes.

Michel Foucault no *Arqueologia do Saber* afirma que: “o que tanto se lamenta não é o desaparecimento da história mas o esfacelamento desta forma de história que, em segredo, mas de corpo inteiro, estava referida à atividade sintética do sujeito”.

Umberto Eco, na obra anteriormente referida, nos diz que “o que está em crise é a idéia do sujeito, a de signo e a de representação recíproca”.

E Antonio Campillo em *Adiós al progreso-una meditación sobre la historia* postula que:

Temos definido a crise do pensamento moderno, como o dramático reconhecimento da antinomia entre sujeito e história, antinomia que a tese mediadora do progresso pretendia resolver

e atenuar. Temos definido a tese do sujeito como a tese da repetição do idêntico, e a tese da história como a tese da sucessão do diferente: repetição e sucessão são duas formas antitéticas de conceber o tempo, ainda que ambas coincidam em fazer impensável toda idéia de progresso (Campillo:1985;80).

Aqui, portanto, estamos tocando em dois pontos centrais do significado, do sentido da história: 1) o sujeito enquanto objeto cognoscível e o sujeito enquanto ser cognoscente, como historiador; 2) a dimensão da temporalidade com a crise da temporalidade linear, diacrônica que através da noção de “progresso” dominou a compreensão da história até parte deste século.

Na realidade, o mundo ocidental jogou sempre, ou mais precisamente até a década de 60-70, com dois grandes modelos de compreensão do tempo e, em conseqüência, ou – quem sabe por pressuposto? – com duas compreensões de mundo e da inserção do sujeito na história. Refiro-me à compreensão cíclica do tempo entre os gregos e a compreensão linear cristã. Embora esta última, como diacronia estivesse historicamente fundamentada em dois discursos diferentes. O primeiro, e temporalmente dominante, foi o da justificação cristã do *telos*, da finalidade última da história humana. A história desenvolvida em linha reta, ascensional em direção a uma finalidade última de redenção do homem, de libertação do pecado original, dirigida pela providência divina. Era a aplicação da concepção providencialista ao tempo histórico, vinculada a um sujeito entendido enquanto ser-criatura divina que, como tal, deveria voltar ao Criador.

A outra concepção, filosoficamente fundamentada no racionalismo do século XVIII e dominante no século XIX e primeiras décadas do XX, também tem como diretriz o tempo linear, mas o sujeito desse discurso não é mais o Deus criador e sim a humanidade enquanto meta-relato, onde a liberdade e a igualdade viriam pelo impulso de um progresso processual, gerando a crença no progresso indefinido, contínuo.

A História, unificada pelo fio condutor do progresso, sob a égide de um Estado-organizador e de homens e individualidades submetidas a uma construção abstrata de uma Humanidade voltada para as grandes utopias, acreditando num tempo uno e eternamente ascensional, esbarrou no século XX na tomada de consciência de que este tipo de razão, de

logos condutor, justificador e legitimador não levaria o homem a essa perfeição sonhada mas, entre outras coisas, ao horror de duas grandes guerras mundiais.

Contesta-se o *telos*. Contesta-se o sujeito. Rediscute-se individualidade e subjetividade e advoga-se o tempo do fragmentário, do efêmero, da negação das totalizações generalizadoras. A nova atitude, associada ao pós-moderno, corresponde exatamente a uma nova atitude diante do sujeito e da história, redefinindo objetos, conteúdos e métodos, bem como fronteiras disciplinares que se atenuam na busca de uma inter, multi e transdisciplinariedade. Em consequência, decreta-se, na prática, a falência dos “modelos explicativos”, das grandes teorias explicadoras do real social, substituídos por ecletismos teóricos.

Ao serem solapadas as concepções de mundo baseadas no racionalismo cartesiano e no cientificismo abre-se espaço para a percepção de dimensões do homem que escapam à lógica formal mas que são também fundamentais – a emoção e a sensibilidade: alegrias, medos, angustias, incertezas, temores, euforias, que, ao transcenderem o individual constituem-se em forças mobilizadoras do social. Abre-se assim espaço para a redefinição de questões culturais na história e nas ciências humanas. Repensa-se a memória, redimensiona-se a questão do político e da cultura política, descobre-se o imaginário na história.

É neste contexto ambivalente de perplexidade, pela perda de certas epistemológicas e de euforia existencial, social e intelectual pelas novas possibilidades que se descortinam, que cidadãos e historiadores voltam-se para a política, enquanto *praxis*, para o político enquanto nível, instância ou dimensão do fazer social, e para a história política, enquanto produção intelectual de saber.

Os cidadãos repensam sua relação com a vida política de suas comunidades, de suas *polis*.

Questiona-se: o papel do Estado; o sentido de conceitos como Pátria, Nação e identidade; o significado do político enquanto dimensão que afeta seu cotidiano.

Diante disso o historiador, ao ver quebrarem-se as totalizações generalizadoras, os modelos rígidos, as explicações formais também teve, inexoravelmente, de repensar o seu ofício de fazer história e a inserção da história política nesta crise de paradigmas que desmitificou a racionalidade como eixo explicativo das ações humanas e trouxe para primeiro plano uma nova compreensão do sujeito.

Creio que são estas premissas de compreensão geral do passado, que vivemos nas últimas décadas, que nos permitem entender a nova inserção da história política hoje com o alargamento de seu campo de ação onde temas, objetos e abordagens modificam-se redefinindo o papel do político na história, reagindo ao descrédito que a acompanhou ao longo de 30 ou 40 anos do século XX.

O descrédito anterior e o novo crédito à história política têm sido objetos de análise de renomados historiadores. Nosso objetivo aqui será o de situar a questão, sem nenhuma pretensão de originalidade nesse particular, visando com o conhecimento do que ocorre nesse campo de saber nos instrumentalizarmos melhor para o nosso fazer enquanto professores e historiadores.

A história política tem sido duramente criticada, em especial por ser associada à história *événementielle*, identificada com a narração de eventos, de fatos, de acontecimentos.

René Rémond explica que:

(...) outrora, no séc. XIX ou no início do XX, a chamada história política desfrutou de um prestígio inigualado, exercendo um *imperium* e uma hegemonia sobre o resto da disciplina, a profunda renovação que atingiu a França se fez, de modo geral, em reação e contra ela. De certa forma, a história política passou a ser denunciada como um contra-exemplo. Ela reunia todos os defeitos contra os quais a nova geração de historiadores desejava definir-se, reagindo a uma negligência demasiado prolongada dos historiadores mais velhos frente a novas realidades não menos importantes, entre elas o trabalho, as relações sociais, a economia. (Rémond;1994:13).

Se foi da França que partiram as primeiras e maiores críticas a este tipo de história política, identificada com o evento, a narração e o tradicional, como veremos logo a seguir, foi também de lá que saiu em maior escala e significado a revalorização do político. Vavy P. Borges expõe com muita pertinência que:

É à intensa interdisciplinariedade francesa que devemos atribuir o alargamento do campo da história, no qual “rejuvenesce a história política”. A noção de político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução

das atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos. A psicologia social, a ciência política, a linguística e a filosofia política são as influências que levam a história política a se tornar uma história do político; o casamento da história com a antropologia traz à luz uma história dos costumes, dos comportamentos. Medievalistas como Le Goff e Georges Duby trabalham no campo do imaginário, do simbólico, dos rituais de poder (...) Passa-se a pensar a política no sentido de uma cultura (...) Métodos e técnicas de outras disciplinas são absorvidos, como o uso da quantificação (por exemplo, nos estudos sobre opinião pública e eleições) e a análise do discurso político, numa preocupação com a historicidade dos temas e do conceitual. Assim os objetos desta história política que se renovam não são mais somente os fatos políticos tradicionais e, estes quando tratados, o são de forma diversa (Borges:1992;16).

Esta guinada nos mostra a existência de um “campo próprio do político” que “absorve problemas e questões que não se colocavam antes”. Em consequência “hoje em dia poucos domínios escapam da política”(Rémond: 1994;17).

2. A inserção do político e suas percepções. As diferentes tendências e o descrédito. A identificação com a “história tradicional”: defeitos e críticas apontados

A renovação nos estudos de história política, acima referida, não atingiu, no entanto, ainda uma modificação de conceitos para uma grande maioria, tanto entre aqueles que consomem o conhecimento histórico quanto em aqueles que o produzem, os historiadores. As incompreensões e preconceitos ainda vigoram. O ambiente acadêmico no Brasil só muito lentamente está tomando consciência desta ruptura.

Por essa razão parece-me pertinente, antes de entrarmos nas novas abordagens do político, abrir um espaço para compreender melhor em que consistem as críticas à história política e de que tendências analíticas da disciplina histórica foram decorrentes. Só assim saberemos identificar com clareza onde ainda permanecem os problemas, as contradições e as defasagens.

As críticas mais contundentes à história política e à história narrativa, provocando a marginalização da dimensão política dos fatos sociais, vieram do grupo dos *Annales* que a consideravam literária e passível de ser romanceada por fundamentar-se sobretudo em conflitos localizados e de curta duração. Este modelo, criticado pelos *Annales*, lastreava-se principalmente numa narrativa histórica positivista.

Para o Positivismo a história repousava num passado, pois compreendia que “a história só nasce para uma época quando está completamente morta”. Para tanto a tarefa do historiador consistia em reconstituir, pacientemente, os acontecimentos através da reunião de fatos únicos cujo encadeamento ele identificava através de causalidades. O passado tornava-se inofensivo e o “historiador o grande ordenador do acontecimento”, onde “o presente, dominado pela tirania do acontecimento, foi proibido de residir na história, ficou entendido que a história seria construída sobre o acontecimento” (Nora: 1979; 180-181).

Este tipo de História, ancorada no acontecimento e na linearidade marcou a trajetória historiográfica no Brasil e também em especial o ensino, embora já tendo sido criticado pelos seguidores dos *Annales* e, em meados do século XX, sobretudo na década de 60, pelo Marxismo e o Estruturalismo.

Historiadores destas três tendências: seguidores dos *Annales*, do marxismo e do estruturalismo contribuíram para o descrédito da história política ao identificá-la exclusivamente com o modelo de história-acontecimento e narração de fatos.

O marxismo ao trazer para o centro da explicação histórica, a luta de classes, originada no primado do econômico, marginalizou a importância do político relegando-o a uma instância decorrente, fruto de uma compreensão das relações sociais esquemática e mecanicista. O avanço deu-se com a contribuição de Gramsci na medida em que passou a incorporar a análise do político e do cultural, trabalhando com os conceitos de ideologia e de hegemonia.

Se, por um lado, o marxismo relegou a importância do político, por outro, é inegável que sua contribuição foi significativa na proposta de superar o acontecimento isolado buscando estabelecer relações entre os fatos, desvendando diferentes dimensões do social na busca de uma “história total”, de uma “história global”, porém, ao fazê-lo dando primazia ao econômico acentuou a desconsideração pela história política.

Coube ao estruturalismo transformar o “político, visto como jurídico-político de super-estrutura em um nível ou instância da estrutura regional, visto ao lado de outras duas, a econômica e a ideológica.” (Borges, 1991; 13).

Estas percepções de instâncias das relações sociais trouxe, especialmente graças à contribuição marxista, um alargamento e aprofundamento de análise na medida em que problematizou temas vinculados à natureza do poder e ao papel do Estado, mas deslocou temáticas como a dos regimes políticos para “as realidades do trabalho e da produção” porque “o fundamental era o estudo das estruturas: o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por detrás do manifesto” (Ferreira: 1992; 266).

O significado e a presença da contribuição marxista foram muito bem sintetizados por Vavy Pacheco ao considerar que:

Foi a introdução da leitura de Gramsci que, nos anos setenta, em boa parte provocou uma reação contra o esquematismo marxista-leninista e althusseriano; as categorias de ideologia e hegemonia são as constâncias explicativas da história política. A influência de historiadores que podem ser vistos como uma terceira geração da “Escola dos Annales” (a primeira sendo contemporânea de Lucien Febvre e Marc Bloch, a segunda de Fernand Braudel) começa a se fazer presente entre nós somente na década de setenta: assim o marxismo e a chamada “Nova História” foram, sucessivamente, as duas grandes influências em nossa produção. Uma outra forma de história política nasce com a crítica da história feita “sob a ótica das classes dominantes”, repensa-se a construção de uma história oficial dentro da ótica da luta de classes (Borges:1992,13).

Dentro do próprio marxismo a renovação ainda se fez presente na década de 80 ao também desembocar na Nova História Cultural de que trataremos mais adiante.

Mas, afinal, em que se resumiam as críticas destas três tendências à história política como praticada, e, provocando um grande descrédito na comunidade dos historiadores?

Passemos a palavra a um dos primeiros historiadores que pediu a reversão deste quadro considerando que a situação não poderia perdurar. Devemos ao historiador francês Jacques Julliard, já em 1974, uma das primeiras reações em prol da valorização do político.

Julliard, ao argumentar a má fama que a história política tinha entre os historiadores franceses apontou os vícios e defeitos de que era acusada:

A história política é psicológica e ignora condicionamentos; é elitista, biográfica mesmo, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora o serial; visa o particular e ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é materialista e ignora o material; é ideológica e não tem disso consciência; é parcial e não sabe que o é; atém-se ao consciente e ignora o inconsciente; é pontual e ignora o longo prazo; numa palavra, porque esta palavra resume tudo na gíria dos historiadores, é factual. Em suma, a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, visão que atribui a causa dos fenômenos ao seu agente mais evidente, mais elevado na escala, e que avalia a sua importância real de acordo com a repercussão na consciência imediata do espectador.

O mesmo autor reconhece que: “É evidente o nome de ciência, ainda que disfarçada sob o epíteto de ‘humana’, e, sobretudo, o de social. Porque, segundo o consenso geral, só há história social, isto é, coletiva, pondo em cena grupos e não indivíduos isolados”. (Julliard:1989:263).

René Rémond, em *Por que a história política?*, também aponta algumas explicações para o descrédito, por exemplo: a oposição de gerações; a desconfiança em relação ao poder e ao Estado, que fez com que esta desconfiança repercutisse sobre o estudo do objeto; os postulados do materialismo histórico priorizando a infra-estrutura e deslocando o político para a super-estrutura enquanto consequência ou reflexo da infra-estrutura que se constituía na verdadeira realidade. Os fatos imateriais como crenças, convicções e aspectos da vida coletiva como as instituições, as relações de direito e a vida política foram relegados a segundo plano fazendo com que o político fosse compreendido como um engodo, dependente das verdadeiras realidades (Rémond: 1994;14).

Julliard, propondo e argumentando a necessidade de uma renovação da história política que permitisse recuperar-se de seu atraso, é enfático ao afirmar que “estamos fartos de uma história política que tinha resposta para tudo porque nunca interrogava nada nem ninguém”. É taxativo ao considerar que “marxista ou não, o historiador não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político”. (Julliard: 1989; 271-280).

Na década de 80 a situação de descrédito começou a ser modificada e tomou fôlego uma renovação da história política com o gradativo

abandono da história política tradicional em favor de uma compreensão do político na história.

3. As novas abordagens: as representações sociais e o imaginário político.

Iniciamos esta reflexão nos referindo à crise paradigmática da ciência contemporânea com a perda das certezas da lógica formal do racionalismo cartesiano até então dominante e apontando como fundamental na mesma a crise do sujeito e de sua inserção no real histórico. Como a situação de crise é sempre de trânsito, ninguém como indivíduo ou como sociedade, permanece em crise mas passa por crise, por uma ruptura que tem, inexoravelmente, que encontrar uma solução. A palavra crise em sua origem grega significa decisão. Portanto, em seu sentido originário, ela não se associa a juízo de valor maniqueísta de opção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, ela não tem também o significado que o senso comum passou a atribuir-lhe de algo nefasto, ruim.

Crise implica em ruptura radical que traz como condição inerente a tomada de decisão que, por sua vez, levará à busca de alternativas, de caminhos para a saída do impasse e à redefinição de novos universos valorativos.

É dentro dessa dimensão de busca de saídas que também a história, enquanto ciência ou enquanto disciplina passou a se reexaminar, a questionar-se e apontar novas direções. É dentro desta perspectiva que se insere a retomada dos estudos da dimensão do político na história, ou melhor, a possibilidade de produzir-se uma história política com status equivalente a outras dimensões do fazer humano como o econômico, o social, o cultural, o religioso.

Relembramos há pouco o descrédito que marcou por mais ou menos quarenta anos de nosso século os estudos de história política e indicamos alguns “defeitos” apontados por seus críticos e opositores, com a finalidade de melhor entender a valorização da história política hoje, enquanto confluência destes embates entre posturas teóricas que caracterizam o período e as novas perspectivas, enfoques e abordagens que marcam a perplexidade e a euforia que referimos como sentimentos ambíguos e paradoxais vivenciados por nós como pessoas e como profissionais de História.

Emília Viotti da Costa, num belo artigo intitulado “A dialética invertida: 1960-1990”, analisa as transformações historiográficas no período mostrando como se evidencia nos estudos contemporâneos a história do trabalho a partir da insurreição contra a historiografia tradicional e seus métodos e abordagens. Mostra que:

Enquanto a historiografia dos anos sessenta focalizava as macrofísicas do poder e se preocupava com as estruturas econômicas e o papel do Estado e das lideranças operárias na formação da classe operária, privilegiando os momentos de conflito entre capital e trabalho, a historiografia contemporânea focalizou os rituais, a linguagem, as formas cotidianas de resistência e de lazer.

Continua a mesma autora:

A nova historiografia repudiou também as abordagens teleológicas que assumiam que a história caminhava inevitavelmente e de forma unilinear para o socialismo e que viam em cada momento histórico uma nova etapa nessa direção. O foco de atenção deslocou-se do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos, para os operários; da classe operária para os trabalhadores; da fábrica para a casa e a rua; do operário para a família operária; do trabalho para as atividades recreativas e para a cultura (Costa:1994;20).

Na realidade estes deslocamentos estão a denunciar o primeiro e maior deles: o papel do sujeito na história. Esta é a pista que deve nos guiar na compreensão e definição dos novos caminhos que a história política está trilhando na década de 90.

O primeiro grande tema onde podemos constatar a mudança interna é nos estudos da relação memória e história que atinge o estudo do político especialmente na questão da cultura política.

História e memória não são a mesma coisa e “inclusive se opõem constantemente”, enquanto a história é o tempo das mudanças e transformações, da busca das diferenças, a memória coletiva, ao contrário, é o tempo das permanências e da busca de identidades. (De Decca: 1992).

Pierre Nora, em *Les Lieux de la mémoire*, nos diz que:

A memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e súbitas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é afetiva e mágica, a memória se acomoda apenas nos detalhes que a conformam, ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção. A história porque operação intelectual e laicizante, exige a análise e o discurso crítico...(...). A memória é um absoluto, a história não conhece mais do que o relativo (Nora: 1984; XIX-XX).

Duas dimensões apontadas por Nora nos interessam particularmente: 1) a da memória ser passível de manipulação, isto é, em sua relação com o poder. Este tema foi enfaticamente apontado por Georges Duby ao afirmar categórico que “há sempre manipulação da memória, em função é claro, de interesses (...) a memória é dominada pela própria estrutura de um poder” (Duby: 1989; 62,73); e 2) A compreensão da história como representação do real nos leva a uma das abordagens mais importantes da história política hoje: os estudos do *imaginário político*.

A partir da compreensão do imaginário coletivo como criador da realidade social trazendo, com isto, o alargamento do campo político pela explicação do político quanto às atitudes coletivas, aos mecanismos de decisão e à percepção de redes complexas que tecem os sistemas de representação permitindo uma história global que não equivale a uma adição do social, do econômico, do cultural e do político (Labourie: 1991; 168).

Estas percepções da história em seus vínculos com memória, representação e imaginário surgiram sem nenhuma organização teórica única. São conceitos que se tocam e se complementam e que estão vinculados a uma reativação da história em direção à interdisciplinariedade e à contribuição, parece-me, de três vertentes: o significado da contribuição de Foucault, a renovação do marxismo através dos “marxistas ingleses” e a influência da Nova História Cultural e da Novíssima História.

A imprecisão conceitual referente à História Cultural não nos impede de visualizar um deslocamento das ênfases do econômico em direção a uma história social marcada pelo cultural e por uma redefinição de cultura e relações sociais, voltando-se para o estudo das mentalidades, valores, rituais e imaginários, abrangendo dimensões do simbólico e do mítico.

O marxismo inglês, representado por E. P. Thompson, Christopher Hill e Raymond Willians, afastando-se do ortodoxismo mecanicista voltou-se para questões do social e do cultural, descobrindo o relativo e abandonando o antigo cientificismo que advogava verdades absolutas.

A importância do pensamento de Foucault para a história já é sobejamente conhecida. Interessa-nos aqui destacar apenas sua contribuição no universo da história política.

Sem dúvida alguma, o aspecto mais importante é ter nos trazido a compreensão de uma nova anatomia do poder, pois:

Para ele não se trata mais de fazer uma análise do Estado e de seus "aparelhos". Muito pelo contrário, adere-se a uma percepção de poder enquanto estratégia que faz com que o Estado se desmantele, abolindo definitivamente a idéia de um centro que fosse capaz de coordenar ou tecer sozinho a malha de poder que se abateria sobre a sociedade. Não é mais o Estado tão-somente, mas os *micro-poderes descontínuos e dispersos* no interior da sociedade (Gouvea: 1994;2).

O importante é a análise relacional do político. Não interessam os micro-poderes em si, mas o estabelecimento das relações entre os mesmos, permitindo identificar e compreender as redes de poder que se tecem no corpo social. As novas compreensões de instituições sociais, instituições políticas e de sociedade disciplinar possibilitaram uma revolução no campo do saber histórico na medida em que se percebe que não há *um* sujeito neste exercício de poder. Consequentemente, eliminou-se a dicotomia que mecanicamente se estabelecia, por exemplo, entre opressor e oprimido na relação tradicional do Estado.

Estas contribuições no campo da filosofia política, trazidas por Foucault, redimensionaram toda uma percepção de história, oportunizando uma gama imensa de trabalhos abarcando uma pluralidade de temas e objetos e marcando categorias presentes na História Cultural e na Novíssima História.

Segundo Maria de Fátima Gouvea:

Seria justamente em termos desta abordagem centrada nas descontinuidades e na eliminação das dicotomias que Michel Foucault teria inovado de forma radical em favor da *Novíssima História* enquanto uma tendência no interior da produção historiográfica. A ruptura por ele proposta nesses termos teria possibilitado condições mais fecundas em favor, por exemplo, do surgimento do conceito de *poder simbólico* de P. Bourdieu ou de apropriação cultural de Roger Chartier (Gouvea: 1994; 5).

As análises de representações sociais e de poder simbólico estão diretamente relacionadas ao tema de ponta da nova história política hoje: o estudo do imaginário. Os estudos de Bronislaw Baczko, Raoul Girardet, Gilbert Durand, Cornelius Castoriadis, Pierre Ansart, Eduardo Colombo e, no Brasil, José Murilo de Carvalho, apontam importantes elementos que fundamentam teoricamente estas novas possibilidades de análise histórica.

Baczko já nos demonstrou que o poder político se rodeia de representações coletivas e que, “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”, onde se dá a “dominação efetiva pela apropriação de símbolos” e garante-se a “obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrizório e não existem, efetivamente em quantidade ilimitada”, razão pela qual se constitui em objeto de lutas e conflitos (Baczko: 1986; 297 e 299).

Lembra-nos também que “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima uma ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” (Baczko: 1986; 299).

Castoriadis (1993;43) observa que “o imaginário tem que utilizar o simbólico, não para ‘expressar-se’, o que é evidente, mas para ‘existir’, para poder deixar de ser algo virtual e converter-se em algo mais”; aquilo que Girardet chama de “transmutação do real em sua absorção pelo imaginário” (Girardet: 1989; 71).

Portanto não podemos considerar que real e imaginário sejam contrapostos ou antagônicos, ao contrário, são unidos simbioticamente na medida em que o real pressupõe o imaginário.

Pierre Ansart, referindo-se a esta questão expõe que:

Toda a sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui identidades e papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas, como as sociedades sem escrita produzem estes imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais elas se auto-designam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores (Ansart:1993).

Esta auto-designação, calcada em elementos de valor simbólico e estratégicos tem respaldo e nutre-se da memória, que é construída e articulada com as crenças dominantes.

Todas estas questões são palpitantes, mas não podemos nos alongar mais. Para finalizar lembro que as reflexões aqui expostas pretendiam apenas abrir o leque da história política dentro da historiografia contemporânea, tomando o cuidado de não “desprender as varetas”, isto é, apontando para os elementos de ligação de conceitos e percepções, em processo de descoberta e de uso como novas ferramentas analíticas no manejo do empírico.

Não é possível, nem desejada, uma solução ou uma única opção para o desvendar do universo político. No entanto, atrevo-me a registrar aqui ponderações, que considero bastante lúcidas, de três historiadores muito conhecidos.

Emilia Viotti da Costa, no artigo antes referido, argumenta que:

O momento favorece uma nova síntese que evite todas as formas de reducionismo e reificação, sejam eles econômicos, linguísticos ou culturais, uma síntese que não perca de vista a articulação entre micro-física e macro-física do poder, que reconheça que a subjetividade é ao mesmo tempo constituída e constituinte, uma síntese enfim que seja centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências e que leve a uma nova historiografia e uma nova estratégia (que permita coordenar os vários movimentos sociais sem retirar-lhes a autonomia) e que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare os caminhos para o futuro. O momento convida à reflexão (...) (Costa: 1994; 26).

René Rémond diz que:

Reinvindico para o político todo o espaço a que faz jus, mas nada além deste espaço (...) Temo que alguns neófitos acabem por esquecer que o político se inscreve num contexto mais amplo e que só se é historiador do político – da mesma forma como se é historiador do econômico ou do cultural – sendo-se também um historiador, não diria da totalidade, mas um historiador preocupado em inscrever este objeto numa visão de uma história geral. (Rémond:1994;19)

Argumenta também que “não quero dizer que todo o historiador deva interessar-se pelo político, mas sim que há lugar na família para uma história política”(Rémond: 1994;17).

E, para concluir, gostaria de registrar minha concordância com Vavy P. Borges quando expõe seu pensamento:

Penso que é no campo da renovação historiográfica que devemos procurar desenrolar os velhos e novos laços que sempre enredaram – e possivelmente sempre enredarão – história e poder. Assim poderemos conseguir que a história política – apresentada como de retorno, rejuvenecida ou renovada – seja corretamente avaliada e que esta forma de história reconheça ao mesmo tempo sua autonomia e sua dependência (Borges:1992;18).

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre - Ideologias, Conflictos y Poder. *In*: Colombo, Eduardo (org) El imaginario social. Editorial Altamira/Nordan Comunidad, Montevideo/Buenos Ayres, 1993 (Colección Piedra Libre/3) p.p.88-108.

BACZKO, Bronislaw - Imaginação Social. Enciclopedia Einaudi. Porto. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986, vol.5, pp.296-332.

BACZKO, Bronislaw - Les imaginaires sociaux. Mémoire et espoirs collectifs. Paris, Payot, 1984.

BORGES, Vavy Pacheco - História e Política: laços permanentes. Rev. Brasileira de História, SP., vol. 12, no. 23-24, p.p.7-18, set/91/ag/92.

CHARTHIER, Roger - A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1989 (col. Memória e Sociedade).

CAMPILLO, Antonio - Adiós al progreso: una meditación sobre la Historia. Editorial Anagrama, Barcelona, 1985.

COSTA, Emilia Viotti da - A dialética invertida: 1960-1990. Rev. Brasileira de História, vol. 14, n.º.27, SP, 1994, p.p.9-26.

COUTAU-BEGARIE, Herve - Une histoire limitée dans son domaine. *In*: Le Phénomène nouvelle histoire - Grandeur et décadence de l'école des Annales. p.p. 181-221.

DE DECCA, Edegar - Memória e Cidadania. *In*: O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. Depto. de Patrimônio Histórico, SMC, Prefeitura do Municipio de SP., 1992.

DUBY, Georges - A Memória e o que ela esquece. *In*: Georges Duby/ Guy Lardreau - Diálogos sobre a Nova História, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.

ECO, Umberto - A Crise da Crise da Razão. *In*: Viagem à irrealidade cotidiana.

FERREIRA, Marieta de Moraes - A Reação Republicana e a Crise Política dos anos XX. Rev. Estudos Históricos, RJ, Vol. 6, no. 11, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes - A Nova 'Velha História': o retorno da história política. Rev. Estudos Históricos, 1992/10, vol. 5 p.p.265-271.

FOUCAULT, Michael - L'archéologie du savoir.

GOUVEA, Maria de Fátima - O Ressurgimento da História Política no Campo da História Cultural. Niterói, UFF, cópia xerográfica, 1994.

JULLIARD, Jacques - A Política. In: Fazer a História-2, Jacques Le Goff (org.). Bertrand Editora. Novas Contribuições, 2ª. Edição, 1989, p.p.263-284.

LABOIRIE, Pierre - Imaginaire Social et identité nationale. Histoire politique et histoire des representation mentales. In: Peschanski, Denis; Pollack, Michael et Rouso, Henry (org)- Histoire Politique et Sciences Sociales. Éditions Complexe, 1991, p.p.151-169.

NORA, Pierre - O Retorno do Fato. In: História, Novos Problemas. RJ., Ed. Francisco Alves, 1976, p.p. 179-193.

NORA, Pierre - Les Lieux de Mémoire. Gallimard, 1984.

PESAMENTO, Sandra J. - Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, SP, V. 15, nº. 29, p.p.9-27, 1995.

RÉMOND, René - Por que a história política?. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 7, nº. 13, p.p.7-19, 1994.

ROSANVALLON, Pierre - Por uma história conceitual do político. Rev. Brasileira de História. SP, V. 15, nº. 30, p.p.9-22, 1995.

WHITE, Hayden - A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. In: Revista de História, Dossiê, IFCH, UNICAMP, 1991, p.p.47-89.

Texto Visual e Texto Verbal*

*Miriam Lifchitz Moreira Leite***

Resumo: Discute posições epistemológicas para tratar a fotografia como fonte historiográfica. A apreensão dessa possibilidade requer aguçados mecanismos de percepção visual, condições culturais adequadas, imaginação, dedução e comparação.

Palavras-chave: Fotografia – Imagem – Documento

Abstract: A discussion of the epistemological positions to use photography as a source of historical research. The perception of this possibility requires acute mechanisms of visual perception, adequate cultural conditions, imagination, deduction and comparison.

Keywords: Photography – Image – Document

“Afinal, que direito tenho eu de julgar os outros, vivo em Lisboa desde que nasci e nunca me tinha lembrado de coisas que algumas vezes olhei e tornei a olhar, sem ver, quase tão cego como o almuadem, se não fosse esta ameaça do Costa, provavelmente, nunca teria a idéia de verificar o traçado da cerca, as portas, que estas aqui cuida eu que já serão da muralha fernandina, claro que quando chegar ao fim do meu passeio saberei mais, mas também é certo que saberei menos, precisamente por mais saber, por outras palavras, a ver se me explico, a consciência de saber mais conduz-me à consciência de saber pouco, aliás, apetece perguntar, que é saber...”

SARAMAGO, José. História do cerco de Lisboa, pp. 57-58.

* Este trabalho foi escrito para o Simpósio O Uso das Imagens organizado pela prof. Bela Feldman Bianco, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, de 1º a 3 de abril de 1996.

** *Conselheira do Núcleo de Estudos da Mulher e de Gênero NEMGE/USP e Coordenadora Científica do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e da Memória NIME/USP.*

“Sem o esforço crítico da delimitação, a razão dissolve-se no seu contrário”.

PRADO JR. Bento.

“As imagens baseiam-se diretamente nas representações nervosas e somente naquelas organizadas topograficamente e que ocorrem cedo nos córtices sensoriais. Não existe pois uma separação entre o corpo e o pensamento – é impossível um pensamento sem imagens”.

Do Times Literary Supplement Aug. 25, 1995.

“A memória visual involuntária exerce uma função cognitiva emprestando várias dimensões e movimentos à imagem fixa de duas dimensões. Ela restabelece diversos níveis de percepção que se atribuem àquelas figuras inertes e cuja disposição no enquadramento da fotografia evoca enquadramentos muito vistos através da vida de figuras movéis e inteligentes e de suas imagens inertes.

A transposição da fotografia para a memória empresta-lhe o movimento contínuo do pensamento, que é o que se torna necessário fazer para que a foto isolada exprima o seu conteúdo latente e não explícito”.

PROUST, Marcel. À la Recherche du temps Perdu

Philippe Dubois, em seu livro de 1990, trabalha o ato fotográfico como extensão do olhar e do processo visual da captação das imagens, que são fixadas e desdobradas na memória. Recupera, para isso, as metáforas freudianas do ato psíquico e da memória com o fotografar e o bloco mágico, num capítulo expressivamente denominado de “Palimpsestos”.

Em seu livro existe uma identificação entre a imagem fotográfica e a imagem mental, observadas não apenas na passagem do mundo exterior para o interior, como no processo psíquico de registro, fixação e recuperação da imagem, mas ainda, através da evocação da acumulação e desdobramentos do registro no palimpsesto.

Essas colocações de Dubois dão conta da atração profunda (que em alguns casos se manifesta por aversão) da maioria das pessoas pela contemplação dos retratos de família. Tanto o visor, por onde penetra a luz até a superfície de inscrição, no interior da câmara escura, como as pálpebras (diafragma que regula a entrada da luz) ajudam a compreensão

do ato mecânico de olhar as fotos. Mas o que aprofunda e amplia essa compreensão é o processamento de imagens no inconsciente que podem ou não ser quimicamente reveladas.

A movimentação do inconsciente para o consciente é equiparada à passagem progressiva, sinuosa e seletiva do negativo da imagem para o positivo.

Essa metáfora dá conta de parte da ambigüidade observada nas imagens fixas. Como consta quase sempre de um conteúdo manifesto e um conteúdo latente, a fotografia será vista de maneira diferente, dependendo de quem olha. Como ao olhar os retratos, quem olha está sempre à procura de uma relação entre ela e a imagem, cada um verá parcelas e níveis diferentes da fotografia. Embora a câmara funcione como extensão do olhar, também o olhar é seletivo e funciona ao mesmo tempo que os outros sentidos e dentro de um contexto espacial e temporal que enriquece as impressões da imagem mental com novos agregados. A câmara produzirá a imagem, talvez mais precisa e mais ampla que o olhar, mas despida dos outros aspectos e características, o que, em alguns casos pode limitar o seu valor documental. O que ficou registrado pode não ser exatamente o que se quer reproduzir.

A metáfora do bloco mágico é ainda mais expressiva dos mecanismos da memória. Para Jacques Le Goff (1990), a fotografia veio revolucionar a memória, ao multiplicá-la, dando-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca dantes atingidas. A maleabilidade e a instabilidade da memória humana são aqui compreendidas através de um dispositivo auxiliar, inventado na década de 20, para intensificar essa função psíquica. O bloco mágico fornece um símile do processo sensorial, capaz de responder, até certo ponto à incorporação e desdobramento das imagens.

Hoje, o bloco mágico ainda é usado como brinquedo infantil, para crianças no período de alfabetização. Como é feito de uma folha externa de celulóide (hoje de plástico), que fica intacta após cada anotação, separada da base de cera (que conserva as anotações) por uma folha dupla de papel transparente, apresenta uma capacidade receptora ilimitada e conserva no interior as folhas permanentes, sem que se precise renovar a superfície receptora, nem destruir as anotações anteriores.

Como se vê, é a descrição do mecanismo da memória, que acolhe percepções do exterior e as conserva até que sejam evocadas ou mobilizadas. Enquanto não são evocadas, as imagens permanecem inscritas e apagadas, no inconsciente, protegidas contra as novas imagens exteriores. Quando se levanta a cobertura do bloco (a capa plástica e o papel encerado), a superfície do bloco fica limpa e pronta a acolher novas anotações.

Freud, autor dessas metáforas, completa: “Resolve o problema de reunir ambas as faculdades, distribuindo-as entre os sistemas, mas deixando-os ligados (...) Nossa memória pode reproduzir as inscrições apagadas, a partir do interior (...) A lâmina de cera (é comparada) ao sistema inconsciente; o aparecimento e desaparecimento do escrito, com o comportamento correspondente da consciência das percepções”.

A verificação feita no trabalho empírico (Moreira Leite, 1993) de que os retratos de família existem em famílias de diferentes camadas sociais e econômicas e das mais distintas origens geográficas e que o hábito de conservar os álbuns, gavetas ou caixas de fotografias de família pode ser documentado, desde o início do século XX, exprimem uma atração constante desses retratos. Essa atração já foi observada por Bourdieu e seus discípulos (1965) quando consideraram o álbum de família como “um monumento funerário freqüentado assiduamente”.

Diante da fotografia é possível ter diferentes posições epistemológicas (Dubois, 1990): pode ser um espelho da realidade, uma deturpação ou um indício.

A polissemia das imagens fotográficas acrescenta-se que, na foto, além do enquadramento de três em duas dimensões, estão ausentes outros elementos sensoriais como o cheiro, a cor, a temperatura e as texturas. E circunstâncias conjunturais se acumulam em volta de instantâneos de um único momento presente. São elas que permitem associações e evocações produtivas de outras imagens armazenadas na memória.

Ao examinar uma fotografia, cada observador acaba sempre relacionando-a consigo, procurando discernir em si mesmo o que talvez não percebesse sem a visão daquela imagem. A ânsia de se conhecer através do exame de retratos de família, obedece principalmente a uma busca de identidade ligada aos desafios da metamorfose.

Mesmo se se considerar a fotografia como uma mercadoria (Williamson, 1985), que visa lucros industriais com a comercialização da foto, da câmara e dos filmes, não é possível ignorar áreas vitais, onde as fotografias e o ato fotográfico, desde a sua invenção, desempenham um papel fundamental na socialização de seus membros e na circunscrição e legitimação do setor privado da sociedade: a família.

O comércio de fotografias abrange também a educação, onde as classes escolares são anualmente fotografadas para a venda do produto aos pais de alunos, fotografias que são intermediárias entre o álbum de família e a identificação policial.

A diferença entre os retratos de família da camada mais abastada e os dos pobres, estrangeiros e deficientes é que estes não são proprietários de suas imagens – elas pertencem ao fotógrafo.

Essa situação na organização das imagens de um grupo social sugere as dificuldades de uma leitura direta das fotos. Uma análise de sua forma de produção e das finalidades para as quais deve ser utilizada devem acompanhar de perto o contexto em que será feita essa utilização, o que revela e descobre os indícios fornecidos pela imagem. O acesso às imagens descartadas do álbum de família podem ser muito mais esclarecedoras que os retratos na parede. Os retratos de 3x4, tirados automaticamente para identificação escolar ou policial, trazem as deformações mecânicas que transformam os retratados em suspeitos, tanto que nunca são usados por candidatos a postos de governo, que usam e abusam de fotos de família, na esfera pública, como reflexo publicitário da ideologia doméstica.

É inegável a contribuição da fotografia na identificação criminal, com sofisticções sempre maiores a partir de 1870, quando serviu para a polícia identificar os membros da Comuna de Paris. Contudo, no caso das Ciências Humanas, a documentação fotográfica precisa passar por uma crítica externa e interna para evitar malentendidos de toda ordem. A crítica acompanha a produção, a distribuição, o consumo e a preservação, através das quais é possível reunir condições para o conhecimento do que foi fotografado.

Ao evocar a descrição dos primeiros processos fotográficos, os daguerreótipos, como espelho da memória, Coward (1984) caracteriza o olhar e o pensamento dos leitores de fotografias. A criação desse processo permitiu que a gente se visse e soubesse como era vista. E confirma a íntima relação entre as mulheres e a imagem fotográfica, incorporada na fascinação dos retratos de família e seu registro de semelhanças e ligações entre os retratados. São as mulheres as guardiãs da história da família, garantindo a documentação para as genealogias. A história para quase todos se inicia com essas fotos de conhecidos e desconhecidos e com as idiosincrasias de cada um, conduzindo à identidade dos leitores das fotos. Ao fixar instantes garante-se a permanência de condições consideradas “inesquecíveis”, apesar de necessitarem dos registros, que, por sua vez, são sempre construídos (pelo fotógrafo, pelos fotografados ou pelo contexto em que figurará a foto). Não passam de traços da aparên-

cia captada pelo olhar, como disse John Berger(1979), de momentos da solidariedade familiar em que os indivíduos se transformam em seus papéis sociais – a noiva, a mãe, os filhos, os netos e as situações se conformam às convenções artísticas e expressivas da ideologia da família.

Hoje deseja-se conseguir retratos naturais e sem pose, na tentativa de captar novamente a realidade.

A leitura das transformações das pessoas no retrato dá conta, de um lado, da atração que os retratos de família exercem, mas, de outro, dos problemas da utilização adequada da imagem fotográfica nas pesquisas de ciências humanas.

A eclosão da fotografia nos trabalhos de Ciências Humanas, que se ampliou na década de 80, tem levado os estudiosos a diversas práticas, às vezes exclusivas e outras concomitantes, sem que se tenha, até agora, refletido sobre elas, em seu conjunto. Uma delas é a reiteração do texto escrito, através da iconografia, em suas diferentes formas de concretização: desenhos, gráficos, gravuras, pinturas e fotografias. É ainda a utilização mais freqüente, em que as imagens cumprem o papel das manchetes do jornal, apontando ou sublinhando a questão estudada. Neste artigo, as reflexões foram reunidas em torno da construção e da leitura da iconografia como fonte primária, capaz de contribuir para uma compreensão mais ampla e profunda das questões estudadas, através da análise e da interpretação da imagem fotográfica.

Em diversos casos, o texto escrito e o visual aparecem juntos, e se complementam. Mas existem aqueles em que o divórcio entre os dois textos é completo. A leitura atenta pode isolá-los, ignorando um e levando em conta apenas o outro.

A Bibliografia Mínima que vem apresentada no final deste trabalho é uma indicação dos trabalhos brasileiros que chegaram a meu conhecimento, refletindo a preocupação com uma utilização adequada de imagens nas Ciências Humanas. Nem todos são trabalhos específicos; alguns são tentativas de aplicação de imagens a trabalhos já redigidos, outros contêm reflexões sugestivas e existem aqueles que constituem etapas iniciais da discussão presente sobre o texto verbal e o visual, sua complementaridade e sua oposição. Constam de comunicações em congressos, artigos em revistas especializadas, teses universitárias e livros que tratam parcial ou globalmente de textos visuais.

Em sua utilização nas Ciências Humanas, as relações entre o texto visual e o verbal ocorrem em relações muito diferentes que ainda estão

por ser explicitadas e analisadas globalmente. Nos estudos de tradição européia e acadêmica, o texto verbal foi consagrado e tornou-se, mesmo quando desmerecido pela derrocada dos estudos humanistas pelos cientificistas, como a forma prioritária de expressão ocidental e moderna. Os textos visuais, associados com maior frequência ao contexto artístico e social ficaram relegados à condição de ilustração dispensável ou superlativa. Muitas vezes são deixados de lado, pela ambigüidade e obstáculos de suas leituras.

O descaso pelas contribuições cognitivas e educacionais do texto visual tem diminuído, de um lado, dado aos seus frutos nas Ciências Médicas (tem sido notável a ampliação das conquistas científicas graças à fotografia ampliada de ferimentos e placas microscópicas), mas também à medida em que o texto visual vem sendo redescoberto como forma tradicional e oral de comunicação, cuja leitura está a exigir o que se poderia chamar metaforicamente de “alfabetização”.

É difícil dizer se foram os estudos de aerofotogrametria (Burger, 1957) que estimularam as tendências a aprender a ler as imagens, mas certamente concorreram para uma valorização científica da leitura do texto visual, que admite uma apropriação ampla, contínua e seqüencial do objeto fotografado, levando em conta as características de imagem fixa, passível de ser selecionada, armazenada, organizada e manipulada sem outras mediações.

O fato da fotografia ser um objeto precívél, sujeito a adulteração por fungos ou retoques, uso indevido ou envelhecimento, não reduz o seu valor documental, antes amplia a necessidade de verificar as maneiras de selecionar, curar, recuperar e decodificar as informações que séries compostas de imagens podem fornecer ou sugerir.

Uma análise sistemática de fotografias implica numa ordenação e num tempo de observação para uma legibilidade visual adequada. Consideradas habitualmente como provas incontrovertidas (reproduções “verdadeiras” da realidade) surge, contudo, em sua leitura, a apreensão das deformações impostas pelo fotógrafo, pelos recursos técnicos e pelos valores sociais e culturais (Sontag, 1977).

Por dedução e síntese é possível obter informações que não se encontram diretamente visíveis na fotografia (Bourdieu, 1965). Após uma leitura inicial, que seria um exercício de identificação, a fotografia admite a interpretação, que resulta de um esforço analítico, dedutivo e comparativo.

Um conhecimento pré-existente da realidade representada na imagem mostrou-se indispensável para o reconhecimento do conteúdo da fotografia. Esta apreensão requer, além de aguçados mecanismos de percepção visual, condições culturais adequadas, imaginação, dedução e comparação dessa com outras imagens para que o intérprete possa se constituir num receptor competente. É que entre a imagem e a realidade que representa existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que se pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução – sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade, que é preciso aprender a sentir e ver ou, nas palavras de Goethe: “olhar apenas para uma coisa não nos diz nada. Cada olhar leva a uma inspeção, cada inspeção a uma reflexão, cada reflexão a uma síntese, e só então podemos dizer que com cada olhar atento, estamos teorizando”. Ver, portanto, é comparar o que se espera da mensagem com aquela que nosso aparelho visual recebe.

Longe de ser um objeto neutro, a fotografia acolhe significados muito diferentes, que interferem na codificação e nas possíveis decodificações da mensagem transmitida.

Ao se questionar as maneiras habituais de tratar a informação fotográfica, procura-se usufruir de suas contribuições relativas e diversificadas, de acordo com os dados proporcionados e os procurados pelo observador: os dados e informações fornecidos pela história da técnica e dos técnicos em fotografia, e pelas tendências dos fotógrafos-artistas que têm a possibilidade de explicitar e concretizar inúmeras situações transmitidas por imagens. Todavia, para a análise da linguagem fotográfica, de sua significação social, é preciso municiar as faculdades de observação, a imaginação e uma capacidade de discernimento capazes de estabelecer ligações entre conhecimentos transmitidos pela imagem e uma cultura geral e específica mais extensa.

O estudo da prática fotográfica e da significação da imagem produzida revela regularidades objetivas de comportamento coletivo e a experiência vivida desses comportamentos. Exige, contudo, um exercício perseverante e resistente à fadiga visual, acrescido por observação e imaginação, alimentadas por um julgamento capaz de orientar deduções e comparações contínuas.

Como verificou Howard Becker (1993) na apresentação de seu modelo artesanal de ciência, toda pesquisa traz consigo desafios

metodológicos inéditos, e reitera a possibilidade de aceitar como metodologia uma sistematização rigorosa da experiência de pesquisa.

Trabalhos anteriores e concomitantes com documentação verbal forneceram as questões propostas à documentação visual. Aparentemente, esta se transmite sem mediação verbal. Contudo, essa transmissão se detém muito rapidamente, exigindo ou procurando complementar-se ou ser substituída por outras linguagens.

Na década de 60, Octavio Paz já tinha se preocupado com a significação e as expressões verbais referentes à imagem. Ainda que nesse momento estivesse mais atento à imagem verbal, as suas reflexões constituem articulações férteis e sugestivas para os problemas convergentes do texto verbal e do texto visual. Ao estudar os *Signos em Rotação* (1967), propôs o abandono de uma representação unilinear da realidade pelo movimento e planos de semelhança, sugerindo que “a ambigüidade da imagem não é diversa da ambigüidade da realidade”, pois a imagem não explica. Convida a recriá-la e a revivê-la.

Os estudos semióticos da imagem, uma década depois, viriam especificar os tipos de imagem, considerando que palavra e imagem deixaram de ser meios transparentes, através dos quais a realidade poderia ser compreendida. Com deformações e ambigüidades, tanto uma quanto a outra passaram a ser consideradas como problemas tão enigmáticos quanto a realidade.

As imagens podem ser gráficas, óticas, perceptivas, mentais ou verbais, sendo que cada uma delas passou a ser estudada independentemente por uma Ciência ou por uma das Artes. Assim como a História da Arte e a Crítica Literária procuram estudar as imagens gráficas e verbais, a Física, a Fisiologia, a Neurologia, a Psicologia e a Epistemologia continuam buscando maneiras de estudar as imagens óticas, perceptivas e mentais.

Na década de 60, os trabalhos de Roland Barthes sobre a mensagem fotográfica, que culminaram em 1980 na *Câmara Clara – Nota sobre a Fotografia* desafiaram radicalmente a suposta objetividade da imagem fotográfica, pela revelação de um substrato conotativo e de uma constelação de significações culturais e ideológicas da imagem. Ao impacto da *Câmara Clara* seguiu-se *O Óbvio e o Obtuso* (1982), em que ao fato de “uma foto ser sempre invisível (acrescenta que) não é ela que nós vemos”. Barthes procurou os traços essenciais e distintivos da foto-

grafia das outras imagens existentes, mas considerou que toda imagem é polissêmica, tendo subjacente a seus significantes uma cadeia fluante de significados, dos quais o leitor pode escolher uns e ignorar outros.

Em 84 apareceu o livro de Arlindo Machado *A Ilusão Especular*, reiterando e aprofundando pela Semiótica as sugestões de Susan Sontag (1977) e que veio destruir a aparência familiar, natural e reificada com que as fotografias eram vistas, para desconstruir a sua produção e os mecanismos ideológicos que lhe deram origem: – o recorte selecionado pelo fotógrafo seria ampliado pela câmara, que reorganiza uma perspectiva artificial. Os contrastes e as granulações são depois trabalhados pelo fotógrafo sob o impacto das personagens fotografadas. Finalmente, as fotografias são arquivadas ou depositadas em locais venerados, ou são abandonadas à ação do tempo que pode apagá-las ou esmaecer os seus contornos. A ilusão do real representado diretamente pela fotografia foi abalado em benefício de uma busca incessante de caminhos para conhecê-la.

O exame das teses constantes da Bibliografia Mínima e as pesquisas desenvolvidas sobre as “Potencialidades e as Limitações da Documentação Fotográfica” (Moreira Leite, 1993) permitiram verificar que:

- *ambigüidades e fluidez são constantes da imagem visual;*
- *existem articulações profundas entre a imagem e os diferentes tipos de memória;*
- *ocorre uma frequência significativa em que a memória é expressa através da descrição de retratos;*
- *é difícil, na linguagem comum, distinguir os diferentes tipos de imagens;*
- *o observador da foto incorpora-a entre suas imagens mentais, transferindo-a de um tipo para outro de memória.*

Como já afirmava Bartlett, em 1932, “as imagens fluem entre si, condensam-se e combinam-se em cada experiência mental do indivíduo, podendo parecer do exterior como inadequadas ou mesmo incoerentes”.

Os estudos comparativos de fotos de famílias imigrantes com as fotos de carnavalescos e com fotos de famílias tradicionais paulistas, após um aprofundamento do estudo histórico e sociológico da família no Brasil, deram margem à instituição de algumas práticas na análise da docu-

mentação fotográfica, levando em conta as semelhanças e as especificidades apresentadas, com relação à documentação verbal.

A fotografia ou o desenho permitem uma penetração de significados através da memória espacial e da associação de imagens. O exercício de análise das fotografias estimula a percepção visual e habitua a enxergar na foto uma radiografia, com sugestões de significados invisíveis, que ultrapassam o enquadramento das duas dimensões.

Estudos comparativos entre os textos verbais e os textos imagéticos de viajantes do século XIX, referentes a um dos pontos de maior atração para os estrangeiros – a floresta virgem – revelou contradições entre os textos verbais. Até em questões aparentemente objetivas como o silêncio e o rumor e sonoridades da floresta, existem contradições entre os textos e até num único texto. (Moreira Leite, 1995)

A ambigüidade com que o viajante enfrentava o desconhecido fica então patente, no êxtase diante da beleza e do desmesurado e do temor diante dos perigos e do desconhecido. Essa ambigüidade se reflete na seleção dos pontos reproduzidos e nas sucessivas deformações que as imagens sofreram.

O texto verbal e o visual são polissêmicos e complementares, sendo cada um mais adequado a determinadas utilizações. Assim como as imagens visuais de doenças vêm sendo estudadas produtivamente, dada a série de elementos revelados através delas para a História Social da Ciência, a análise conceitual aprofundada exige a retomada dos textos verbais e sua correspondente análise.

Na década de 90, a procura do significado da imagem visual tem se ampliado para o contexto em que foi depositada, que não só indica ou sugere o significado de seu conteúdo, como imprime outra intensidade à interpretação, passando do caso singular e único ao múltiplo e coletivo.

Portanto, embora habitualmente a linguagem visual seja considerada de transmissão direta, ela acaba tendo uma postura parasitária com relação à linguagem verbal. E, apesar das palavras não conseguirem evocar exatamente a imagem que se propuseram, (basta verificar os fracassos em transposições de obras literárias para o cinema e para a televisão) as imagens visuais precisam das palavras para se transmitir e, freqüentemente, a palavra inclui um valor figurativo a considerar. O desenho ou a fotografia não reproduzem abstrações. Representam um caso concreto, um fato particular, o presente. A palavra revela melhor o co-

nhecimento subjacente na memória que, todavia, é construído por imagens fixas. Mecanismos perceptivos e cognitivos ampliam a compreensão das relações entre a imagem e as diferentes formas de memória, que pelo re-conhecimento e pela re-memoração constroem a ponte para o texto verbal. Ao que é impossível descrever, a prioridade da imagem visual torna-se indiscutível, por sua capacidade de reproduzir e sugerir através de meios expressivos e artísticos sentimentos e crenças.

Análises da Fotografia – Bibliografia Mínima

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. Sob o Signo da Imagem: A Produção da Fotografia e o controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. 2 vols. Niterói, Tese de Doutorado UFF/CES/ICHF, 464 + 173, 1990..

ARRUK, Maria Eugênia. Identidade Psicossocial e Fotografia. Texto para exame de Qualificação de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1995.

AZEVEDO, Paulo Cesar de e LISSOVSKY, Mauricio (orgs.). Escravos Brasileiros do Século XIX na fotografia de Christiano Jr. (1864-1866). Textos de Jacob Gorender, Manuela Carneiro da Cunha e Muniz Sodré. São Paulo: Ex-Libris, 1988, XXXVI-77.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Imagem do Feminino na Política GT Relações Sociais de Gênero. XVI Encontro Anual da ANPOCS 21 a 24 de outubro de 1992. Caxambu, MG.

CARNEIRO DE CARVALHO, Vânia. Do indivíduo ao tipo: as imagens da des(igualdade) nos álbuns fotográficos da cidade de São Paulo na década de 1950. USP: Mestrado em História Social - Museu Paulista, 1995, 358 p.

COSTA, Helouise. Aprenda a ver as coisas. Fotojornalismo e Modernismo na Revista O Cruzeiro. São Paulo: Mestrado ECA / USP, 1992, 190p.

COUTO, André L.F. e GITIRANA, Telma B. Fotografia e Propaganda Política: o Estado Novo em foco. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1989, 41 p.+ bibl.

ENTLER, Ronaldo. A fotografia e o Acaso. Campinas: UNICAMP / Instituto de Artes/Dept. Multimeios, 1994, 172 p.

_____ A Fotografia é a sua Linguagem. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, 120 p.

_____ Fotojornalismo Brasileiro – Realidade e Language. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989, 90 p. = bibl.

MACHADO, Arlindo. A ilusão especular: uma introdução à Fotografia. São Paulo: Brasiliense-Funarte, 1984.

MARTINS, Ana Lúcia Lucas. Livres Acampamentos da Miséria. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993, 97 p.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. “Documentação Fotográfica – potencialidades e limitações” in A Crônica (o Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil). Rio de Janeiro / Campinas: Fundação Casa de Rui Barbosa / Editora da UNICAMP, [1988] 469-490, 1992.

_____ Retratos de Família (Análise da Fotografia Histórica). São Paulo: EDUSP-FAPESP, 1993.

_____ “Texto Verbal e Texto Visual” GT Usos da Imagem nas Ciências Sociais, ANPOCS 1993.

_____ “Imagem e Memória” Aula no curso sobre Imaginário e Memória, ministrado no Instituto de Estudos Brasileiros, USP, em abril de 1995.

_____ “Imagem e Educação” comunicação apresentada no Congresso da ABA Mercosul, RS em setembro de 1995.

_____ “Barreiras da Iconografia” apresentada no Encontro da ANPOCS. Caxambu, MG. Outubro de 1995.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de *et alii*. Retratos quase inocentes. São Paulo: Nobel, 1983.

OLSZEWSKI FILHA, Sofia. A fotografia e o negro na cidade de Salvador (1840-1914). Salvador, EGBA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989, 131 p.

PAULA, Jeziel de. Imagens constituindo a História: a fotografia na difusão do imaginário constitucionalista de 1932. Campinas: UNICAMP, Mestrado com Edgar DeDecca, 1996.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Imagem e Representação do Índio no Século XIX. GT Cultura Brasileira in XVI Encontro Anual da ANPOCS, 20 a 23 de outubro de 1992. Caxambu, MG.

ROCHA DE SOUSA (Universidade Aberta de Lisboa). Ver e Tornar Visível (Formulações Básicas em Cinema e Vídeo). Lisboa: Univ. Aberta, 1992, 210 p.

ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz. “Mediatização do discurso científico” in Análise Social XXIV (103-104) 1988 (4o, 5o) 1149-1160/

SEGALA, Lygia. Itinerância fotográfica e Brasil Pitoresco. Comunicação ANPOCS, GT Usos da Imagem, Caxambu, MG., out. 1995.

SEGALL ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA. 4a. Mostra do Ciclo de Exposições sobre Fotografia. São Paulo: Museu Lasar Segall, 1982, 49 p. 43 fotos p/b.

SEGATTO, J. A. PAULA NETTO et alii. PCB – memória fotográfica 1922-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982.

THIELEN, Eduardo Vilela. Imagens da Saúde do Brasil (A fotografia na Institucionalização da Saúde Pública). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (mestrado), 1992., 186 p.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. “Revolução de 30: um estudo através da imagem” in Seminário Perspectivas do Ensino de História (Anais) São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1988, 266-277.

VON SIMSON, Olga R.M. Branços e Negros no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988). São Paulo: Doutorado em Sociologia, USP, 1989, 245 p. (2o vol. Depoimento oral e fotografia na reconstrução da Memória Histórico-Sociológica: reflexões de pesquisa pp.11-22) .

_____ (org.). Boletim do Centro de Memória UNICAMP Campinas 5(10) 142 p. jul/dez 1993.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. Reflections on Photography; trad. Richard Howard. New York: Hill and Wang (1980).

_____ O óbvio e o obtuso; trad. Isabel Pascoal. São Paulo: Martins Fontes [1982] 1984.

BARTLETT, F.C. Remembering; A Study of Experimental and Social Psychology. Cambridge, Eng: Cambridge University Press, [1932].

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais; trad. Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BERGER, John. Ways of Seeing. Middlesex, Eng.. Penguin Books, 1979.

BOURDIEU, P. *et alii*. Un Art Moyen (essai sur les usages sociaux de la photographie). 2e ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965.

BURGER, A. Photographies aériennes et aménagement du Territoire. Paris: Dunod, 1957.

COWARD, R. Female Desire. London: Paladin, 1984, 49-60.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1948, II v. pp.414-417.

KOHL DE OLIVEIRA Martha. "O Verbal e o Não-Verbal". *In*: Dossiê Palavra-Imagem. Revista USP 16(6-88) 1992-1993.

MACHADO, Arlindo. A Ilusão Especular. São Paulo: Brasiliense-Funarte, 1984.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. Retratos de Família (Leitura da Fotografia Histórica). São Paulo, EDUSP-FAPESP, 1993.

_____. Imagem e Educação. Comunicação apresentada na ABA (Merco) Sul.Tramandaí, RS, set. 1995.

_____. Barreiras da Iconografia. Comunicação apresentada na ANPOCS, Caxambu, MG. out. 1995.

PAZ, Octavio. El Arco y la Lira (El poema, la revelación poetica, poesia y historia). México, Fondo de Cultura Economica, (98-111 e 185-197) 1967.

PROUST, Marcel. À la Recherche du Temps Perdu. Paris: Gallimard, 1919, VII Tomes.

SONTAG, Susan. On Photography. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1977.

WILLIAMSON, Judith. Consuming Passion — The Dynamics of Popular Culture. London: Manon Bayard, 1985. 115-126.

Semiótica da Cultura: busca de uma visão sistemática

Norval Baitello Junior (PUC/SP)

Resumo: O presente artigo discute os sistemas de conhecimento e seus limites, mostrando que as coisas só têm existência na linguagem. Mostra que nosso corpo é cultural, indicando a existência de um outro corpo dialogando com o corpo material. Daí a importância dos paradigmas interpretativos.

Palavras-chave: Corpo semiótico – Comunicação – Imaginário.

Abstract: This article discusses the systems of knowledge and their limits, trying to show that things only exist through language. Shows that our body is cultural, indicating the existence of another body dialoging with the material body. Here is the importance of the interpretative paradigms.

Keywords: Cemiotic body – Communication – Imaginary

1. Sintoma e Sistema

Reunindo e analisando 3.000 dentre os mais de 9.000 casos clínicos de pronto-socorro atendidos no ano de 1985 no hospital universitário Klinikum Steglitz, de Berlim, os pesquisadores R. Vetter e M. Fleck-Vetter, sob a orientação do professor de medicina psicossomática e especialista em moléstias renais Peter Diederichs, relatam que, de todos os pacientes, apenas 39% apresentavam causas somáticas inequívocas, ou seja, doenças ou distúrbios corporais diagnosticáveis; 19% dos pacientes apresentavam sintomas evidentes de distúrbios apenas psíquicos e 42% ofereciam indícios de componentes psíquicos nas queixas que os levaram ao atendimento de emergência de um pronto-socorro. Analisadas posteriormente as diagnoses documentadas, o número de casos com uma

etiologia psicossomática comprovou-se em espantosos 46%! (Vetter/Fleck-Vetter, 1988, *apud* Diederichs/Blunk, s.d.:32).

As cifras percentuais acima, sublinhando-se o fato de pertencerem a uma situação de pronto-socorro, ou seja, emergencial, na qual o paciente transpôs o limite de suportabilidade de seu distúrbio, têm muito a nos dizer a respeito de nossos sistemas de conhecimento e seus limites: estranhamos o alto percentual de pacientes acometidos por doenças que há poucas décadas nem eram consideradas pertencentes ao campo de saber da medicina. Os sistemas de conhecimento desenvolvidos nos últimos séculos, dentre eles até mesmo a medicina institucional, a exemplo de outros setores da ciência, no afã de coerência intra-sistêmica, em nome da defesa de sua própria legitimidade, não apenas buscaram conhecer o seu objeto, mas também impuseram a este os mesmos limites e restrições a que elas próprias estavam submetidas. Assim, a medicina não apenas estudou o corpo e seu funcionamento objetivamente, mas também criou limites artificiais para este corpo, restringiu-lhe os espaços de manifestação, em suma, ela criou o corpo que melhor lhe convinha, que melhor cabia em seus próprios limites.

A pergunta que então nos cabe formular aqui não diz respeito ao possível fracasso de um tratamento médico emergencial nos 46% dos casos de afecções psicossomáticas, mas de onde nasce essa tendência de restringir e enclausurar o sintoma no sistema. Vale dizer, por que estranhamos e de onde vem nosso estranhamento quando um sintoma nos remete para fora de um sistema instituído, obrigando-nos a lançar pontes onde elas não existiam, a enxergar vínculos onde eles nem sequer tinham sido previstos.

As anamneses feitas por Diederichs trazem não apenas os sintomas, mas todo o levantamento das declarações e descrições dos sintomas feitas pelos próprios pacientes, e conduzem o médico a caminhos heterodoxos de diagnóstico, passando a buscar a forma de enunciação de seus pacientes como caminho para uma possível história da doença e suas complexas relações com a história – não apenas de vida mas também a história cultural – do paciente. Declarações de homens com sintomas de prostatopatia apontando insistentemente para imagens culturais de masculinidade ferida, ora provocados por determinados conflitos circunstanciais, ora causados por simples processos naturais de envelhecimento, oferecem ao médico psicossomático um crescente número de dados comprobatórios da existência de um outro corpo dialogando com o corpo material do

paciente, imprimindo-lhe marcas, impondo-lhe ora restrições insuportáveis, ora performances impossíveis, obrigando-o a alcançar novos limites inatingíveis.

O quadro revelado pelos dados trazidos à luz por Diederichs confirma a necessidade crescente dos estudos (sociais, comunicacionais e culturais) trans-sistêmicos como parceiros indispensáveis das ciências da natureza quando estas se debruçam sobre fenômenos complexos como, por exemplo, as noções (perfeitamente culturais e, portanto, históricas) de saúde e doença.

2. Síndrome e Síntese

O médico, tal qual os outros cientistas da natureza que lidam com objetos complexos, viu-se obrigado a ampliar seu universo de leitura e decodificação, a introduzir elementos antes considerados extra-sistêmicos em sua anamnese, a alargar seu alerta perceptivo e enxergar com isto um outro paciente, que tem um primeiro corpo-suporte, sobre o qual projeta e amalgama as distrofias de seu outro corpo, o corpo imaterial, informacional, cultural, social, histórico, um corpo semiótico, feito de sinais e símbolos, de histórias e lendas, de imaginação e fantasia, de sonhos e brincadeiras, de jogos e papéis sociais, de personagens imaginárias, de mitos e de crenças, do vivido e do desejado, dos saberes e dos sabores, dos seus temores e ansiedades, enfim um corpo feito também das suas paixões.

Não é outra a solução proposta pelo famoso neurologista russo Alexander R. Luria (v. Lurija) em suas anamneses romanceadas, a ciência imitando a arte, ampliando seus próprios horizontes, saindo do apenas real para considerar o possível. O caso clínico clássico descrito por Luria no livro *O Homem com o Mundo Estilhaçado*, a trágica história de Zassietski (jovem subtenente de 23 anos que sofre, em 1943, a perda de parte das regiões posteriores do hemisfério esquerdo do cérebro, é objeto de observação durante nada menos que 30 anos. Oliver Sacks, admirador e seguidor de Luria, escreve:

Uma peculiaridade das “biografias” de Luria: elas abrangem um período de trinta anos – nem mesmo Freud ou algum outro

publicou algum caso clínico que retratasse um período de vida tão longo. Contudo, elas se tornam singulares pelo seu estilo, pela conexão de análise exata com uma sensível intuição (Einfühlung). A análise rigorosa serve para apresentar uma “síndrome”, uma doença (...) ou uma função alterada em seu todo; mas a síndrome, decomposta desta maneira, está incorporada em uma pessoa, em um indivíduo que é colocado diante dos olhos do leitor com uma força e uma naturalidade que lembram os escritos artísticos da literatura. E ambos estão entremeados um com outro – sempre a síndrome se relaciona com a pessoa e a pessoa com a síndrome, sempre a esfera pessoal se funde com a científica. (...) Foi Luria o primeiro inventor do gênero “romance” neurológico. (*In*: Lurija, 1992:11-12).

Observação ou inspiração? A Ciência não pode mais prescindir dos recursos do espírito, das chamadas humanidades, para compreender fenômenos complexos da chamada “primeira natureza” do homem (cf. Zimmer, 1982), mas também as ciências do espírito não podem mais ignorar as implicações biológicas de fenômenos socioculturais. Gregory Bateson a denomina “ecologia do espírito/mente”, em sua obra *Steps to an Ecology of Mind* (Bateson, 1985). Luria postula uma “Ciência Romântica” como saída para a crise dos sistemas fechados, sistemas que operam segundo a lógica da auto-suficiência.

A auto-suficiência dos sistemas pode ser vista hoje como o grande mal da segunda metade do século. Auto-suficiência que gera auto-referência. Vivemos exemplos até mesmo de veículos de comunicação que criam o mundo que vão noticiar, relatam apenas seus próprios eventos, promovem fatos para gerar notícias, somente noticiam a rigor a si próprios. Fabricam candidatos, fabricam o país que lhes convém. Chegam até mesmo a fabricar o leitor/receptor. O mesmo fenômeno se repete em outras esferas, desde a atividade pública até os campos da especulação teórica. Estaremos provavelmente diante da síndrome da máquina?

3. Sincronia e Sincretismo

Dietmar Kamper refere-se poeticamente, em seu curso “Trabalho e Vida”, ministrado em maio de 1996, a uma tripla composição do mundo no qual vivemos, um mundo real, um mundo simbólico e um mundo

imaginário. No mundo real vivemos por meio do corpo. No simbólico vivemos por meio da linguagem. No imaginário vivemos por meio de nossa fantasia.

Analogamente, o semiótico tcheco Ivan Bystrina codificou uma teoria sintética que denominou, a exemplo das escolas semióticas soviéticas de Tartu e Moscou, “Semiótica da Cultura”. Nela propõe identicamente uma tripla concepção dos fenômenos de transmissão e conservação da informação pelos homens: um primeiro nível informacional ocorre na esfera do organismo. Todo organismo vivo se constitui a partir de trocas internas de informações. Estas informações intraorganísmicas são regidas por códigos e leis próprias da vida, os quais Bystrina denomina hipolinguais. Organismos mais complexos desenvolvem sistemas também mais complexos que pressupõem interação e interdependência de outros organismos. Formam-se então sociedades. Porém, sociedades não sobrevivem sem uma intensa e sincronizada comunicação social regida por códigos extra-individuais. São os códigos linguais (das diversas línguas da comunicação social, em todas as espécies que vivem em sociedades, desde insetos até mamíferos, com suas linguagens olfativas, corporais, vocais ou ainda outras). Ainda uma terceira esfera de comunicação se desenvolve com o homem: uma segunda realidade, a realidade do imaginário, social, histórica, cultural. Regem-na os códigos hiperlinguais, de acordo com Bystrina, numa clara alusão de que também as criações do imaginário humano se codificam como linguagens.

Mais importante, porém, do que a classificação dos diferentes sistemas, cada qual com sua sincronia própria, é o “sincretismo” intersistêmico proposto pelo mestre tcheco, apontando para as múltiplas interferências e interações possíveis entre o imaginário, o lingual e o biológico, apontando para uma visão sistêmica que não exclui a complexidade cada vez mais crescente da vida. Assim, sonho e imaginário, fantasia e mitologia podem perfeitamente interferir não apenas na comunicação social mais pragmática mas também no funcionamento dos códigos da própria saúde física, na esfera estritamente biológica.

Com isso cai por terra a concepção mecânica da comunicação, o velho modelo que opera como máquina sincronizada, em favor de probabilidades comunicativas sincréticas, em favor de contaminações recíprocas de entidades díspares.

Cabe-nos hoje a tarefa de contrapor à sincronia das máquinas o sincretismo que permite as discrepâncias presentes no próprio sonho.

Assim podemos encerrar as nossas próprias indagações com as perguntas que o sociólogo e filósofo Dietmar Kamper formulou a respeito dos três mundos, se não seriam meramente frutos de três sonhos: o mundo real seria o resultado do sonho de Deus com o homem? O mundo simbólico seria fruto do sonho do homem acerca das máquinas? E o mundo imaginário seria o sonho das máquinas acerca de Deus? Prossegue Kamper considerando que Deus já não mais sonha, decepcionado com a sua criatura, os homens também deixaram de sonhar, igualmente deprimidos com o seu próprio fracasso enquanto criadores. Apenas as máquinas continuam sonhando que são deuses e até mesmo podem conspirar contra os homens. Resta-nos perguntar: Até quando durará este sonho e qual será o seu resíduo de amargura?

Referências Bibliográficas

BATESON, Gregory (1985), *Ökologie des Geistes. Anthropologische, psychologische, biologische und epistemologische Perspektiven.*

FRANKFURT: Suhrkamp. [Original: 1972, *Steps to an Ecology of Mind. Collected Essays.* In: Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology. Chandler Publishing Company].

BYSTRINA, Ivan (1989) Semiotik der Kultur. Tübingen: Stauffenburg.

DIEDERICHS, P./Blunk, R., “Psychosomatische Notfallpatienten in der Inneren Medizin”. In: Psychotherapie und Innere Medizin. Grundlagen und Anwendungen. Hrsg. H.G. Rechenberger u. H.V. Werthmann. München: Pfeiffer.

KAMPER, Dietmar (1996) Trabalho e Vida [transcrições do curso ministrado em Atibaia, SP, em maio de 1996] mimeo.

ZIMMER, Dieter E. (1982), *Unsere erste Natur. Die biologischen Ursprünge menschlichen Verhaltens.* Berlin: Ullstein.

LURIJA, Alexander R. (1991), Der Mann, dessen Welt in Scherben ging. Zwei neurologische Geschichten. Reinbeck: Rowohlt. [original russo: Malenkaja knishka o bolschoj pamjati, 1968, Poterjannyj i woswraschtschennyj mir, 1971; trad. norte americana: *The Man with a Shattered World*, 1972].

Novas Tendências Historiográficas na Alemanha (1970-1990)

Augustin Wernet (USP)

Resumo: O artigo analisa a historiografia alemã no período de 1970 a 1990, décadas em que a Ciência Histórica na Alemanha passou por mudanças profundas. O período neo-historista no pós-guerra deu lugar a novas tendências: a nova História Social e a História da Sociedade. Também em nível teórico-metodológico havia mudanças significativas, especialmente pela prolongada discussão sobre vantagens e desvantagens do uso de teorias em História. No final do período em questão ampliou-se o debate pelo surgimento, no âmbito da cultura alemã (Alemanha e Áustria), de vários núcleos de “História do Cotidiano”.

Palavras-chave: Historiografia Alemã – História da Sociedade – História do Cotidiano

Abstract: The article analyses the German historiography in the period of 1970 to 1990, decades in which the German History passed through great changes. The postwar historical period brought new approaches: the New Social History and the History of Society. Furthermore, in theoretical and methodological level there were significant changes, especially because of the discussion about advantages and disadvantages of adopting “theories” in History. The debates about the appearance of various nucleus of “History of everyday life” in German culture increased by the end of this period.

Keywords: German historiography – History of society – History of everyday life

Introdução

A época contemporânea da pesquisa histórica e da Ciência Histórica da República Federal da Alemanha começou com o fim da Segunda Guerra Mundial. Havia novos impulsos nas abordagens teórico-metodológicas, novos objetos foram escolhidos, fazendo com que alguns comentaristas falassem de uma mudança “paradigmática” no senti-

do da substituição da tradicional “História Política” pela “História Social”. E, nos anos mais recentes, surgiram e se afirmaram sempre mais outras tendências como, por exemplo, a “História do Cotidiano”, a historiografia das “Oficinas de História”, a “História dos Marginalizados” e a “História da Mulher e da Família”.

Após a historiografia do século XIX e do início do século XX, na qual os padrões de pesquisa foram estabelecidos por um Mommsen, um Leopold von Ranke e outros; e os homens como Droysen, Dilthey, Windelbandt e Rickert elaboravam os fundamentos filosóficos e teóricos, grande parte dos historiadores enveredou por novos rumos, caracterizados por uma maior presença de procedimentos metodológico-analíticos das Ciências Sociais e pela crescente penetração e afirmação da “História Social”. Nos anos mais recentes percebe-se, também, uma maior democratização da comunidade dos historiadores pela presença significativa de autores que não fazem parte do corpo docente das universidades, fato claramente visível entre os partidários da “História do Cotidiano”, “História da Mulher”, “História dos Marginalizados” e, também, nas “Oficinas de História”.

De acordo com muitos autores, esta renovação da Ciência Histórica se processou em três etapas: a) do pós-guerra até meados dos anos 60 – período neo-historicista; b) de meados dos anos 60 até meados dos 70 – período de transformações aceleradas; c) de meados dos 70 até meados dos 80. Alguns entrevêm uma nova mudança no ano de 1982, ano da vitória eleitoral do PDC, que teria contribuído para uma reorientação cultural conservadora de maneira geral e especificamente para a Ciência Histórica, com um ressurgimento do neo-historicismo, parcialmente presente na “História do Cotidiano”, “História dos Marginalizados” e “Oficinas de História”.

Em nível teórico-metodológico, o período neo-historista retomou basicamente as concepções do método histórico elaborado na segunda metade do século XIX. Tratava-se de um conceito idealista de História e de uma idéia hermenêutica de método que fizeram da História uma “ciência humana compreensiva”, enfatizando, na reconstrução do passado humano, as intenções dos agentes históricos e privilegiando as grandes personalidades, e, em nível documental, as fontes oficiais. Mas mesmo assim começaram a penetrar nas práticas de pesquisa os procedimentos de historiadores dos países da Europa Ocidental com destaque para o grupo da “Escola dos Anais”.

Para a “mudança paradigmática” contribuíram vários fatores como por exemplo: a) muitos professores titulares que foram admitidos depois da Segunda Guerra Mundial se aposentaram por motivo de idade e, nos mesmos anos, foram fundadas várias novas Universidades como, por exemplo, as de Bochum, Bielefeld, Essen, Dusseldorf, Konstanz e Bremen. A emergência de novas gerações coincidiu com um razoável aumento de postos nas Universidades, de modo que o controle dos trabalhos científicos dos titulares tradicionais e idosos foi amplamente enfraquecido pelo leque variado de novas tendências e concepções teórico-metodológicas; b) estas oportunidades surgiram num contexto de modificações profundas na situação política e cultural. Um ataque de vários lados minou a hegemonia neo-historicista, disparado basicamente pela política reformista do governo, pelas manifestações estudantis, pela perda de espaço da História nos currículos escolares, pela Filosofia Analítica (Popper), pelo Racionalismo Crítico (Hans Albert) e, sobretudo, pela redescoberta da Teoria Crítica (Escola de Frankfurt), destacando-se pensadores como Alfred Schmidt e Jürgen Habermas¹. Hans-Ulrich Wehler, por exemplo, que se engajava em todo esse período na reorientação teórica da Ciência Histórica, propondo uma História como Ciência Social Histórica², e Dieter Groh que, a partir dos inícios dos anos 70, insistia na necessidade de uma Ciência Histórica Crítica³, nunca esconderam a sua afinidade com a Escola de Frankfurt que, com o seu interesse por uma sociedade o mais racionalmente possível organizada, perscrutava sob o prisma deste interesse epistemológico o passado em função do presente.

Este segundo período apresentava-se com muitas propostas apresentadas sob o denominador comum de “Nova História Social”⁴. A variedade destas propostas contribuiu para a convicção da necessidade de aprofundar a discussão sobre o “status Científico” da História. Começou

-
- 1 WEHLER, Hans-Ulrich. Geschichte als Historische Sozialwissenschaft. Hamburg, Suhrkamp, 1973.
 - 2 FREITAG, Bárbara, A teoria crítica, ontem e hoje. São Paulo, Brasiliense, WERNET, Augustin, A Escola de Frankfurt, um pequeno Histórico. Relações Humanas, N. 06, 1985, pp. 127 ss.
 - 3 Groh, Dieter, “Der gehorsame deutsche Untertan als Subjekt der Geschichte (o súdito e obediente alemão como sujeito da História)”. In: Merkur, N. 10, 1982, pp.941 ss.
 - 4 Cf.: Jürgen Kocka, Sozialgeschichte. Göttingen, Vandenhoeck, 1986. GERTZ, René E. e NEVES, Abílio Afonso Baeta (org.) A Nova Historiografia Alemã. Porto Alegre, Eduni-Sul, 1987.

uma rica reflexão interdisciplinar sobre a “Teoria da História”. No bojo desta inovação geral surgiram – na década de 1980 – outras tendências, parcialmente divergentes da “Nova História Social”, como a “História do Cotidiano” (*Alltagsgeschichte*), a “História a partir do povo” (*Die Geschichte von unten*) e outras mais, colocadas aqui sob o denominador comum de “História do Cotidiano” (*Alltagsgeschichte*).⁵

1. A Teoria da História e a Nova História Social

A discussão teórica deu-se em sucessivos colóquios, patrocinados pela Fundação Wemer Reimors. Sob seus auspícios fundou-se um grupo de intelectuais, intitulado “Teoria da História”. Participaram dessas reuniões cientistas e pesquisadores das mais diversas áreas e disciplinas científicas como, por exemplo, filósofos, historiadores, sociólogos e antropólogos, entre outros: Theodor Schieder, Reinhardt Wittran, Jürgen Kocka, Jörn Rüsen, R. Kosselleck, W. J. Mommsen, K.G. Faber, Karl Acham, Christian Meier, J. Nipperdey, H.U Wehler, H.A. Winkler e Golo Mann. As primeiras duas reuniões realizaram-se nos anos de 1975 e 1976. As reuniões continuaram até o ano de 1980. O resultado desses debates e discussões foi publicado numa série de seis volumes intitulada *Theorie der Geschichte Beiträge Zur Historik*.⁶

Paralelamente a esta discussão e tentativa de definição teórico-metodológica da Ciência Histórica afirmou-se sempre mais a “Nova História Social”, entendida às vezes como “História da Sociedade, às vezes como “História Social Empírica” ou como “Ciência Social Histórica”. A

5 Por “Alltagsgeschichte” (História do Cotidiano entendemos: “A História do Povo Simples” (Die Geschichte der einfachen Leute); “A História a partir do povo” (Die Geschichte von unten); “A História escrita por pessoas sem formação histórica” (Die Barfusshistoriker).

6 Os seis volumes são os seguintes: *Theorie der Geschichte - Beiträge zur Historik*. (Teoria da História - Contribuições para a “Historik”) Vol I. Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft. (Org.: R. Kosselleck; W.J. Mommsen; J. Rusen), München, DTV, 1979 Vol II. Historische Prozesse. (Processos Históricos). Org.: K. G. Faber e Chr. Meier). München, DTV, 1979. Vol.III. Theorie und Erzählung in der Geschichte. (Teoria e Narração na História) . Org.: J. Kocka e J. Nipperdey. München, DTV, 1981. Vol IV Formen der Geschichtsschreibung (Formas historiográficas). Org.: R. Kosselleck; H. Lutz e J. Rusen) München, DTV, 1982. Vol V. Historische Methode. (Método Histórico). Org.: Chr. Meier e J. Rusen). München, DTV, 1988. Vol VI. Teil und Ganzes (A parte e o todo). Org. K. Acham e W. Schulze). München, DTV, 1990.

“Nova História Social” insistiu na necessidade do uso de teorias em História e de outros métodos analíticos. Tem como porta-voz a revista *Geschichte und Gesellschaft* (História e Sociedade).⁷

A publicação dos seis volumes da “Teoria da História” e da revista *Geschichte und Gesellschaft* foram dois acontecimentos do mesmo movimento de reorientação teórica da Ciência Histórica.

Os seis volumes da “Teoria da História” têm como conteúdo parcial temas tradicionais e clássicos da fundamentação da História e temas mais novos. Temas tradicionais da História são “objetividade e parcialidade” (volume 1), “Formas de Historiografia” (v. 4) e “Método Histórico” (v. 5). Temáticas mais recentes são “Processos Históricos” (v. 2), “Teoria e Narração” (v. 3) e “A Parte e o Todo” (v. 6).

O tema do primeiro volume está sendo desenvolvido entre partes: a) a problemática na historiografia tradicional (exemplo: a objetividade e subjetividade na obra de von Ranke); b) a problemática a partir da análise de temas específicos (por exemplo, “A guerra dos camponeses”) e a discussão teórico-sistemática da problemática.

Defende-se o ponto de vista de que a objetividade (de origem positivista e historicista) não excluiria a afirmação que diz que toda obra historiográfica seria parcial e subjetiva (de origem marxista, weberiana e/ou da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim). Cada obra historiográfica é apenas uma perspectiva da pessoa, do local e do tempo em que foi escrita. Na medida em que se modificam os três fatores e os interesses epistemológicos, modifica-se também a maneira de ver e analisar o objeto em questão.

A objetividade se justifica a partir dos seguintes fatores: tratamento metodológico do material documental; crítica interna, externa e ideológica do mesmo; transparência na seleção documental, seleção de teorias e sistema conceitual. Contribui, também, o fato de submeter o resultado da pesquisa à crítica intersubjetiva da comunidade científica dos historiadores. A Ciência Histórica, portanto, está comprometida em fazer afirmações intersubjetivamente válidas e verificáveis e, ao mesmo tempo, tem que admitir que as mesmas afirmações sejam subjetivas, relativas e parciais. Rejeitam-se todas as abordagens holísticas.

7 O caderno I da revista “Geschichte und Gesellschaft” data do ano de 1975. O caderno tem um único tema: “Estratificação social e mobilidade social na Alemanha nos séculos XIX e XX.”

A moderna historiografia alemã não compreende a História como um aglomerado de fatos e eventos, mas como um processo, tema analisado no segundo volume da “Teoria da História”. Este volume, ao lado da Introdução, tem três partes: a) o termo “processo” na tradicional historiografia alemã; b) “processo” nas Ciências Sociais; c) as categorias “processo” nas outras ciências.

Por “processo” entende-se a existência de mudanças de elementos que são integrados num sistema ou numa estrutura. O número destes elementos seria limitado e as mudanças processam-se no tempo. As mudanças podem ser endógenas (geradas por elementos do próprio sistema) ou exógenas (geradas por elementos não pertencentes ao sistema). Os sistemas são variados: sistemas técnico-mecânicos, físico-químicos, biológicos, sociais e sócio-econômicos. Os sistemas encontrados na história são da maior complexidade possível. Também estão presentes outros elementos no processo histórico, como o acaso e as ações conscientes de agentes individuais e coletivos. Apesar da constatação da presença e importância desses elementos, os intelectuais que insistem em afirmar que a “História seria um processo” valorizam mais a existência de uma “conexão autônoma e atuante”, de uma “dinâmica intrínseca” que se impõe no “decurso” da história. Insiste-se na existência de “certa direção objetiva” e, às vezes, até de uma determinação e teleologia. A importância dos agentes individuais e grupais, portanto, é tida como secundária.

O terceiro volume, intitulado “Teoria e Narração”, apresenta, na primeira parte, uma controvérsia entre Hans-Ulrich Wehler e Golo Mann. Wehler defende o uso de “teorias” na Ciência Histórica, discorrendo amplamente sobre as vantagens e desvantagens do seu uso.⁸ Golo Mann apresentou uma “defesa” veemente e convicta contra o uso de “teorias” e a favor da “narração”. Na segunda parte, intitulada “Posições e Esclarecimentos”, procura-se aprofundar as questões levantadas para, na terceira parte, chegar a proposta de conciliação.⁹

8 O artigo sobre “O Uso de teorias em História” (Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft) foi traduzido por mim e publicado em Revista da SBPH N. 2, São Paulo, 1984\1985, pp. 101 ss, sob o título de “Teorias em História”.

9 Para não demasiadamente prolongarmos, não apresentamos os resumos dos três volumes restantes: Vol IV- Formen der Geschichtsschreibung; Vol. V- Historische Methode, e Vol. VI- Teil und Ganzes.

Os pressupostos teóricos, definidos e defendidos nos volumes sobre a “Teoria da História”, recebem mais vida, ilustração e aplicação nos artigos da revista *Geschichte und Gesellschaft*, especialmente no que se refere ao problema do uso de teorias e da problemática de processos históricos.

O primeiro número da revista foi publicado em 1975. Na apresentação percebe-se com bastante clareza a linha teórica. Lemos que a revista seria uma publicação interdisciplinar, pois os responsáveis pela publicação entendem que a Ciência Histórica “seria uma Ciência Social histórica”, precisando para a análise do passado a colaboração de outras Ciências Sociais como, por exemplo, Sociologia, Economia, Politicologia e Antropologia. O objeto da revista seria a investigação da sociedade e da história da sociedade nas suas estruturas e nos seus processos. A revista, apesar desta concentração na análise de estruturas e processos, não menosprezaria a dimensão política. A revista privilegia temas da História Moderna e Contemporânea e seria um fórum para a discussão dos resultados de pesquisa, das teorias e dos métodos usados, entendendo esta discussão como elemento básico da cientificidade e do progresso científico. E, concluindo, afirma que a revista “pretende levar em consideração, de maneira transparente, a interdependência da pesquisa científica com a praxis social e política, contribuindo destarte para a elucidação do presente, uma contribuição para o agir racional e para encontrar formas racionais e humanas na convivência social”¹⁰. É historiografia moderna, não pós-moderna.

Cada volume (*Jahrgang*) está dividido em três ou quatro cadernos, sendo que cada caderno tem um determinado assunto por tema. Os primeiros “cadernos” têm os seguintes temas: “Estratificação social e mobilidade social na Alemanha nos séculos XIX e XX”, “História da Família” e “História Demográfica”.¹¹ Em 1976 destacam-se os seguintes assuntos “Evolução e História”, com contribuições de Niklas Luhmann e Jürgen Habermas.¹² No terceiro ano de sua existência o destaque vai

10 Cf.: *Geschichte und Gesellschaft* Jahr 1, 1975, Heft 1, p. 5 ss.

11 Cf.: *Geschichte und Gesellschaft*, Jahr 1, 1975, Heft 1 (Estratificação Social e...); Heft 23 (História da Família e ...)

12 *Geschichte und Gesellschaft*, Ano 2, Caderno 1 pp. 284-309 - Niklas Luhmann - Evolução e História. *Geschichte und Gesellschaft* Ano 3, caderno 1 - Jürgen Habermas - Sobre o tema “História e Evolução”.

para “Religião e Sociedade” e “O paradigma do crescimento e a História da industrialização na Europa”¹³. Outros temas foram: “História da Mulher”, “Cultura operária no século XIX”, “História Eclesiástica como História Social” e, no nível teórico-metodológico, “Missionários na canoa? Conhecimentos etnológicos como desafio à História Social”.¹⁴ Nas décadas de 1980 e 1990 surgem com mais frequência temas relacionados à “História do Cotidiano”, como “Dificuldades com a História do Cotidiano”, de Klaus Tenfelde, “História a partir do povo – Antropologia e História”, de Jürgen Kocka.¹⁵

Os intelectuais que participaram na discussão sobre a “Teoria da História” e que, em grande parte, foram responsáveis pela publicação da revista *Geschichte und Gesellschaft* – com destaque para Hans-Ulrich Wehler, Jürgen Kocka e Heinrich-August Winkler – representaram procedimentos tidos por novos e progressistas dentro da Ciência Histórica da República Federal Alemã, e foram classificados por historiadores da República Democrática Alemã como sendo “historiadores burgueses progressistas”.¹⁶ Na questão da objetividade/subjetividade/parcialidade e na defesa do uso de teorias em História foram questionadas não apenas pelos historiadores neo-historicistas, tidos por conservadores, mas também pelos representantes da “História do Cotidiano”, tidos por representantes de historiografia pós-moderna. Representantes da “História do Cotidiano” defenderam muitas vezes a necessidade da compreensão “irracional” e de transposição empática. Contra historiadores tidos por historicistas e positivistas, com a sua defesa de objetividade, defenderam o ponto de vista de que “objetividade” e “subjetividade” não se excluíam. Na insistência, na parcialidade e na subjetividade percebem-se certas influências do ideário marxista e da Sociologia do Conhecimento. O siste-

13 *Geschichte und Gesellschaft*, Ano 3, 1977, Caderno 3 - Religião e Sociedade. *Idem*- Caderno 1 - R.H. Tilly - O paradigma do crescimento e a história da industrialização na Europa.

14 *Geschichte und Gesellschaft* Ano 7, 1981, caderno 3/4- Hans-Ulrich Wehler, Mulheres na História dos séculos XIX e XX. *Geschichte und Gesellschaft*, Ano 5, 1979, Caderno 1 Cultura operária no século XIX - “História da religião como História Social”. *Geschichte und Gesellschaft*, Ano 6 10, 1984 - Hans Medick, “Missionários na Canoa? Conhecimentos etnológicos como desafio à História Social”

15 *Geschichte und Gesellschaft*, Ano 10, 1984, Klaus Tenfeld, “Dificuldades com a História do Cotidiano”, e Jürgen Kocka, “História a partir do povo - Antropologia e História”.

16 Cf.: *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, ano 34, 1986, p. 201. (Berlin).

ma conceitual de Max Weber – o conceito ideal típico – encontrou ampla aceitação. Mas nem por isso predominou a influência do ideário marxista, especialmente na versão alemã-ocidental da “Teoria Crítica” da Escola de Frankfurt. O posicionamento da “Nova História Social”, em termos de pertença político-partidária e ideológica, esteve sempre mais perto da social-democracia alemã. Percebe-se isso na classificação da vitória eleitoral do PDC–Partido Democrático Cristão no ano de 1982 como sendo uma “Virada” (*Wende* ou *Kehre*), dando a entender que esta vitória não foi apenas uma mudança superficial, mas o início de um ressurgimento de um conservadorismo em todos os níveis, inclusive para a Ciência Histórica. Este fato também ficou manifesto na então disputa historiográfica sobre a interpretação do Terceiro Reich.¹⁷

2. A História do Cotidiano

Esta nova reorientação na Ciência Histórica sem dúvida estava ligada a modificações mais amplas no nível social e cultural. Jürgen Kocka mencionou as seguintes: a) a crença otimista num progresso sem fim dos anos 60 e 70 cedeu lugar a um certo ceticismo e pessimismo cultural; b) a crítica do *statu quo*, tido por ultrapassado e estagnado, deu lugar a certo temor e medo frente a rápidas e aceleradas mudanças. Cada vez mais se imporia uma tendência que valoriza a tradição. Muitas coisas estariam por trás desta mudança de clima intelectual como, por exemplo, a decepção com reformas que tiveram objetivos muito elevados – até utópicos – e a vivência e experiência de novas crises, sobretudo ligadas à destruição do meio-ambiente; c) a situação econômica e as perspectivas profissionais modificaram-se profundamente.

Nos anos 60 e 70 havia um grande crescimento do sistema educativo e cultural. O mercado de trabalho estava em plena expansão e as possibilidades profissionais eram ótimas. No final da década de 1980 tudo mudou. O setor “educação e formação” não estava crescendo, as perspectivas profissionais diminuíram e o desemprego foi real. Profis-

17 Hans-Ulrich Wehler, *Entsorgung der deutschen Vergangenheit. Ein Essay Zum Historikerstreit* München, Piper, 1977. Ernest Nolte, *Das Vergehen der. Vergangenheit.* Frankfurt a. M., Ullstein, 1987. (Vários autores), *Historikerstreit.* München, Piper, 1987.

sionais que nos anos 60 e 70 teriam conquistado em poucos anos lugares de destaque na carreira profissional, encontravam-se em situações semi-profissionais e eram, às vezes, até mal pagos.¹⁸

Nestas modificações mais amplas situava-se a nova evolução da Ciência e Pesquisa Históricas que, como já mencionamos, compactuou na crítica da “Nova História Social” com o tradicional neo-historismo, mas que se distanciou muito deste em outros pontos.

Na crítica afirma-se que a “Nova História Social” teria esquecido a complexidade multicolorida e a multiplicidade concreta da História. A “História do Cotidiano” rejeita as formas histórico-analíticas na exposição e exige um retorno à narração. Os representantes da “História do Cotidiano” vêem nas práticas de “História Social” uma supervalorização das estruturas e dos processos históricos em detrimento da importância dos indivíduos na História.

Nas críticas, como já dissemos, os representantes da “História do Cotidiano” se juntam parcialmente às feitas pelo tradicional neo-historismo. Mas as propostas de trabalho, os objetos e os métodos são diferentes: não privilegiam as grandes personalidades, mas os marginalizados, esquecidos na “História Oficial” e, sobretudo, as pessoas simples; Em nível documental, não se concentram na investigação das fontes de origem oficial, mas em fontes nas quais o povo simples está presente¹⁹. Como já explicamos, a “História do Cotidiano” (*Afitagsgeschihte*) é apenas um denominador comum para tendências que não são necessariamente homogêneas entre si.²⁰

Para caracterizar provisoriamente e sinteticamente a “História do Cotidiano” restringimo-nos a poucas publicações, especialmente as de

18 Jürgen Kocka, “Ciência Social versus História do cotidiano: novas controvérsias na Ciência Histórica da Alemanha Ocidental”. In: Anais da VI Reunião da SBPH. São Paulo, 1987, p. 221 ss.

19 A partir de um levantamento de temas marginalizados justifica-se de certa maneira, a inclusão da “História da Mulher” (*Frauengeschichte*) e da “História da Família” (*Familiengeschichte*). Há uma ampla bibliografia sobre esses temas. Deixamos a temática de lado.

20 Há diferenças significativas, por exemplo, entre a “História do Cotidiano”, produzida por professores universitários, e a “História do Cotidiano” produzida por pessoas que não possuem necessariamente uma “formação histórica” como *Die Barfusshistoriker* (Historiadores sem formação histórica) e *Die Werkstattgeschichte* (História das oficinas de história).

Jörn Rüsen, Jürgen Kocka, Volcker Ulrich, Helmut Konrad, Alf Ludke e Lutz Nietharnmer.²¹

Eis algumas caracterizações:

a) Jürgen Kocka afirma que muitos partidários da “História do Cotidiano” procuram reconstruir certos aspectos do passado humano a partir “de dentro”. Esta atitude significa, sobretudo, a rejeição do “uso de teorias” em História, de conceitos bem definidos e problemáticas bem delimitadas, e a valorização da investigação participante, acreditando ser possível superar o dualismo entre pesquisador e o objeto de pesquisa. Valoriza-se muito a elucidação do passado humano pela transposição empática. Neste procedimento, não ia predominar o olhar do historiador analítico, acreditando que certa afinidade com o objeto seria bom para a tentativa de uma reconstrução específica da realidade passada;

b) Um tal procedimento apenas seria possível se fizermos investigações que têm por objeto pequenos grupos sociais. Por isso, fala-se, às vezes, da tendência micro-histórica da “História do Cotidiano”. Percebe-se que estes historiadores não se interessam, em primeiro lugar, pelas grandes estruturas sócio-econômicas e pelos abrangentes processos históricos, mas por experiências e vivências da vida cotidiana, por percepções e modos de vida, por mentalidade e procedimentos comportamentais;

c) Com este interesse pela realidade passada, interpretada a partir das experiências, percepções, vivências e símbolos culturais do passado, os “historiadores do Cotidiano” utilizam, preferencialmente, técnicas e procedimentos metodológicos da etnologia e antropologia social e cultural. Os contatos interdisciplinares mais importantes estabelecem-se com a Etnografia, Etnologia e Antropologia, e não mais com a Economia, Sociologia e Politicologia como era o caso nos anos 60 e 70;

21 Jürgen Kocka, “Tendências atuais e controvérsias recentes na Ciência Histórica da República Federal da Alemanha”. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta e e GERTZ, Renê (Org.), Alemã. Porto Alegre, Inst. Goethe e Univ., 1987. Jürgen KOCKA, “Ciência Social Histórica versus História do Cotidiano”. “Novas controvérsias na Ciência Histórica da Alemanha Ocidental”, In: ANAIS DA 71 REUNIÃO DA S.B.P.H., São Paulo, 1987 (p. 217 ss - trad. de A. Wemet) Jürgen KOCKA e F. BRUGGENMEIER (Org.) Geschichte von unter, Geschichte on inner. Kontroversen um die Hagen, Fernunivesität, 1987. JÖRN RÜSEN. “Grundlagenreflexion und Paradigmawechsel. in den Westdeutschen Geschichtswissenschaften”, In: Geschichtdidaktik., N. 4, 1985, - 288 ss, Volker ULRICH, “Geschichte von unten. Die neue Bewegung zur Erforschung des Alltags”. Journal für Geschichte. N. 2, 1984, p. 9 ss. Volker ULRICH, “Spuren in Alltag Barfusshistoriker - Woher sie Kommen und was sie wollen”. In: Die Zeit, N. 45, 1984.

d) Os “historiadores do Cotidiano” não querem apenas investigar a realidade do passado a partir de dentro (*von innen*), mas também a partir do olhar da gente simples (*von unten*)²²;

e) À simpatia para com o povo simples e o interesse pelo espaço limitado junta-se também uma crítica frente à sociedade tecnologicamente desenvolvida e à idéia da existência de um progresso sem fim. A modernização e a modernidade surgem como algo com conotação negativa. Modos tradicionais de convivência social, valores e costumes tradicionais que desapareceram com a industrialização, com o advento do capitalismo e da urbanização, estão apresentados como uma perda de grande importância. Por isso, afirmam Jürgen Kocka e Jörn Rüsen que a “História do Cotidiano”, rejeitando a história analítica e teórica, seria cultura “pós-moderna”, uma tendência neo-historista da esquerda, manifestação de uma cultura “pós-moderna” e anti-iluminista.

3. A História do Cotidiano na Áustria

A “História do Cotidiano” está sendo praticada na Áustria bem de acordo com as caracterizações colocadas. Temas e objetos pesquisados são: “o folclore”; “autobiografias”; “a vida dos empregados domésticos”; “a vida das domésticas e empregadas nos Alpes”; “os camponeses”; “a cultura camponesa nos Alpes”; “crianças e jovens no campo”. A “História do Cotidiano” é feita nas “Oficinas de História”, nos sindicatos, nos partidos políticos e, também, nas universidades, como nas de Viena, Innsbruck, Salzburg e Graz.

O Grupo de Graz, ou seja, do Instituto da Karl-Franzens Universität de Graz tem um projeto bem definido: “A História do movimento operário na Áustria de 1880 até 1914”. Os pesquisadores são: Dr. Stefan Riesenfellner, Dr. Helmut Konrad, Dr. Eduard Staudinger e Dr. Peter Wilding. Como primeiros resultados destas pesquisas foram publicadas as seguintes obras:

22 Helmut KONRAD, “Alltagsgeschichte und Geschichtstheorie. Anmerkungen zur laufenden Diskussion “. In: Graz, 1987. Alf LUDKE, “Wer ist und wer treibt Alltagsgeschichte. Graz, 1989. Lutz NIETHAMMER, “Anmerkungen zur Alltagsgeschichte” In: BERGMAN - SCHORKEN (Org.), Geschichte in Alltag in der Geschichte. Dusseldorf, 1982.

RIESENFELLNER, Stefan (org.), Arbeiterleben, Autobiographien zur Alltags- und Sozialgeschichte Österreichs (1867- 1914). (Vidas operárias. Autobiografias. Contribuição para a História do Cotidiano e para a História Social da Áustria (1867-1914), Graz, Leykam, 1989.

RIESENFELLNER, Stefan (org.), Arbeitswelt um 1900. (O mundo do trabalho por volta de 1900), Wien, Europa Verlag, 1988.

RIESENFELLNER, Stefan (org.), Die Sozialreportage als Spiegelbild der Alltagsgeschichte der Österreichischen Arbeiterbewegung von 1880 bis 1914, (A reportagem social como espelho da História do Cotidiano do movimento operário austríaco de 1880 até 1914). No prelo, Wien, Europa Verlag, 1990.

Os integrantes deste projeto procuram elaborar uma “História Cultural e Social” da Áustria a partir do povo simples, ou seja, da cultura do povo simples, neste caso do povo operário. Ao lado de fontes tradicionais foram usadas, sobretudo, fontes literárias como memórias, autobiografias, romances sociais, reportagens sociais, estatísticas, artigos em jornais e “obras tidas por científicas na época”, que foram divulgadas entre o povo operário.

Sob a coordenação de Riesenfellner são apresentadas nas autobiografias quarenta e quatro vidas operárias escritas pelos próprios operários. Nessas autobiografias surge a história contada de “outra cultura”, isto é, da “cultura operária” nas suas dimensões sociais, mas também com revelações da vida cotidiana e íntima. As fases de vida (infância, juventude, adulto, velhice) são todas fortemente marcadas pelo ritmo de trabalho de todos os dias. Os textos literários permitem a compreensão do vasto e imenso campo do “mundo do trabalho”: o trabalho das crianças, dos meninos, das meninas e mulheres; o trabalho nas famílias e nas fábricas; o trabalho no campo e na agricultura; o trabalho dos artesões e o dos trabalhadores migrantes. As fontes falam das condições salariais, da habitação, da alimentação e dos esforços de ter uma vida cultural nos fins de semana. Pensando na cultura política dos operários, os textos mostram a organização dos movimentos operários, as demonstrações, agitações, reuniões, perseguições dos operários, expulsões e prisões.

Apresenta-se uma imensa história do sofrimento dos operários. Mas no meio da miséria, perseguição e pobreza extrema são divulgadas, como luzes no horizonte, as grandes utopias que falaram de um mundo melhor, de justiça, igualdade e fraternidade.

As autobiografias dos operários levam-nos às mais diferentes regiões da Áustria e às mais diferentes situações: a dos tecelões da Silésia; a dos trabalhadores sazonais da agricultura; a dos mineiros da Boêmia e da Steiermark. Percebem-se as condições de vida dos metalúrgicos da Steiermark, dos meninos pastores dos Alpes, dos empregados e das empregadas domésticas na agricultura e, obviamente, dos operários de Viena. E esta não é apresentada como cidade da elevada cultura burguesa, mas como “cidade operária”. Nas reportagens sociais são utilizadas predominantemente fontes alternativas como fotografias e álbuns, mostrando a pessoa desempregada no asilo, o prisioneiro, o policial, os trabalhadores sazonais. Mas também são mostradas fotografias como: a cozinha do operário, a cama do operário, a sua cadeira e mesa. Outra fonte importante e marcante são as cartas particulares enviadas por parentes a membros das famílias das cidades operárias da Áustria para outros países como a Alemanha e os Estados Unidos da América do Norte.

Uma dessas biografias é a autobiografia do operário Robert Köhler que durante toda a sua vida sempre procurou emprego e trabalho nas mais diversas fábricas da Áustria.

Köhler nasceu na Boêmia no ano de 1841 e não se sabe exatamente onde e quando morreu. Deve ter sido por volta da Primeira Guerra Mundial. De 1857 a 1862 estava em eterna procura de trabalho. No ano de 1866 participou da Batalha de Königgrätz entre a Prússia e a Áustria, e foi gravemente ferido. Nos anos de 1870 a 1880 há muitas notícias que dizem que ele era agitador político, ligado ao partido-socialdemocrata da Áustria. As suas *Erinnerungen aus dem Leben eines Proletaries* (Memórias da vida de um proletário) foram publicadas em 1913. Nelas lemos o seguinte trecho lindo e significativo:

O tempo avança e parece que se aproxima o fim de minha vida. Mas antes de eu morrer e conseguir a paz, unindo-me à natureza, esta mãe geral da qual o meu próprio corpo foi feito, quero contar o que e como foi a minha vida. Eu só desejo que ninguém tenha uma vida tão triste como eu tive. O meu único consolo consiste no fato de eu poder afirmar que a minha vida não foi totalmente inútil, mas que eu colaborei junto com os meus com-

panheiros operários para a vinda de um futuro melhor, onde haja liberdade e igualdade...

Esta historiografia, que se preocupa e reconstrói a vida e a cultura do povo operário da Áustria, inspirou-se (e identifica-se conforme as palavras do coordenador) com as palavras de Berthold Brecht:

Quem construiu a cidade de Theben? / Nos livros estão escritos os nomes dos reis. / Foram os reis que carregavam as pedras? / E a cidade de Babilônia, destruída tantas vezes? / Quem a reconstruiu tantas vezes? / Em que casas em Lima, América, moravam os operários? / Onde dormiram os pedreiros e os serventes que construíram a muralha da China?.

Esta “História do Cotidiano” é uma história sobre o “povo simples” e, levando em consideração o espaço que ocupam as autobiografias, uma história vista com os olhos deste mesmo povo simples. Uma história contada por pessoas do povo simples sobre a sua vida cotidiana, a sua cultura material, a sua mentalidade, suas esperanças e expectativas. Não há por parte dos coordenadores responsáveis uma grande preocupação sobre a elaboração e apresentação teórica e analítica. No início das publicações encontra-se apenas uma pequena apresentação e introdução que, no caso das “Vidas Operárias”, por exemplo, não ultrapassam três páginas, e nas chamadas “Reportagens Sociais” chegam a oito páginas.

O coordenador do projeto, ou seja, o professor Riesenfellner, presuppõe que o entendido no assunto conhece as tradicionais histórias do movimento do operariado da Áustria, e acredita que a sua “História do povo simples” preencha pelo menos uma lacuna: Mas a “História do cotidiano do povo simples” é muito mais do que isso. Ela procura captar, em grande parte na sua imediatez, as experiências, as vivências, os sentimentos, as mentalidades, os modos de ser e viver do povo simples, seja no que diz respeito à cultura popular das regiões camponesas, seja no que se refere à cultura operária dos que viveram nas regiões industrializadas. Um jornalista social de Viena escreveu no ano de 1925 (Egon Erwin Kisch): “Nada seria mais espantoso do que a verdade simples, nada mais exótico do que nosso meio ambiente, nada mais fantasioso do que a pura objetividade. E nada há que é mais sensacional do que o

tempo e o mundo nos quais cada um vive”. A “História do Cotidiano” pretende evocar o tempo e o mundo nos quais o povo simples viveu.

Ao lado das autobiografias, o prof. Dr. Riesenfellner e os seus colaboradores investigam e publicam as chamadas “Reportagens Sociais”. Estas reportagens começaram como práxis jornalísticas com o francês Louis Sebastien Mercier que, na sua obra *Tableau de Paris (1781 a 1788)*, nos conta os escândalos e as notícias da Capital da França. Elas tiveram continuidade com o jornalista inglês Henry Mayhew que, em *London Labour and the London Poor (1851)*, descreveu minuciosamente a vida e a miséria dos operários de Londres. Na Áustria, especialmente em Viena, foi o jornalista da *Arbeiter-Zeitung* (Jornal dos operários), Max Winter (1870-1937), que criou o estilo típico da reportagem social austríaca, dando ênfase ao caráter exótico da vida dia-a-dia dos operários. Mas dentro do movimento operário austríaco devem ser mencionados muitos outros autores como: Anton Behr, Pongratz, Rudolf Eichler, Else Feldmann, Bruno Frei, Josef Hofbauer, Martin Grill e Minna Kautsky. O dia-a-dia dos operários descrito por estes jornalistas encontramos na publicação coordenada por Riesenfellner, intitulada: *Die Sozialreportage als Spiegelbild der Alltagsgeschichte der Österreichischen Arbeiterbewegung von etwa 1880 bis 1914* (A reportagem social como espelho da História do cotidiano do movimento austríaco de 1880 até 1914).

Destaca-se a figura do jornalista Max Winter, que foi convidado pelo próprio responsável da *Arbeiter-Zeitung* o “austro-marxista” Adler, para colaborar no seu jornal. Adler sugeriu que Winter escrevesse reportagens sobre a vida dos operários de Viena e de outras regiões da Áustria. Adler inspirou-se na obra de Friedrich Engels, intitulada *Die Lage der arbeitenden Klassen in England-1845*. (A situação das classes operárias na Inglaterra). As reportagens de Max Winter foram escritas a partir de perspectivas teóricas marxistas. Mas percebe-se a sua tentativa de introduzir na abordagem marxista elementos de compreensão participativa para poder captar a vida e a mentalidade dos marginalizados da “grande cidade operária” Viena. Para conseguir entender esses operários, Max Winter dormiu em asilos de desempregados, empregou-se em fábricas de Viena, pernoitou nas ruas... Ele descreveu magistralmente este outro lado da cidade de Viena, seja nas suas reportagens, seja no seu livro *Im untterirdischen Wien* (Na Viena subterrânea). Ele escreve que quer mostrar “uma outra Viena, Viena de miseráveis e marginalizados que dormem em cloacas, em canais, em esterqueiras e em caver-

nas... para despertar a consciência dos cidadãos desta cidade”. Max Winter também deslocou-se para as regiões camponesas da Áustria, escrevendo uma série de reportagens sociais entre as quais se destacam as seguintes: *Skizzen aus dem Märisch – Schlesischen Weberland 1899* (Anotações das regiões tecelãs de Silésia e Morávia); *Zwischen Isar e Neiss* (Entre os rios de Isar e Neisse); *Die Blutsauger des Böhmerwaldes. Bilder aus dem Leben der Holzknechte – 1908* (Os sugadores de sangue da floresta de Boêmia. Imagens sobre a vida dos empregados florestais.); *Bei den Sklaven der “Alpinen” – 1900/1901*. (Entre os escravos dos “alpinos” – dos que vivem nos Alpes).

Nesta “História do Cotidiano” organizada pelo professor Riesenfellner está sendo apresentada a vida do povo simples e marginalizado nas cidades e no campo do Império Áustro-Húngaro antes da Primeira Guerra Mundial.

Resumindo, podemos afirmar que a “História do Cotidiano”, praticada na Alemanha e na Áustria²³, é: a) uma História centrada na vida cotidiana de todos os homens e não uma história de grandes personalidades; b) uma história que pretende perscrutar, compreender e transmitir a mentalidade das pessoas que viveram no passado, e não uma história que pretende explicar as estruturas e os processos sociais do passado; c) uma história que se interessa pelas pequenas unidades espaciais e regionais – uma “micro-história”; d) uma história que pretende, pela transposição empática e pela compreensão, captar as situações existenciais e as vivências dos homens do passado, e não uma história que pretende reconstruir analiticamente as condições externas de vida dos homens do passado. E, finalmente, defendem o ponto de vista de que a preocupação com a história não deveria ser exclusivamente a tarefa de alguns especialistas, mas uma preocupação comunitária de todos os interessados em história, mesmo não possuindo uma formação específica na “Ciência Histórica”.

23 Não entramos em detalhes sobre “História do Cotidiano” na Áustria. Historiadores de Graz e de Viena apresentaram e executaram um projeto bem definido sobre a “vida cotidiana operária” nas grandes cidades do Império Austro-Húngaro entre 1887 e 1914, incluindo a publicação de autobiografias. Outros projetos se referem à vida camponesa nos Alpes, especialmente a vida dos (das) empregados (as) rurais e domésticos nos Alpes.

Este livro foi composto pela L.G. Meyer Editora
e impresso pela Gráfica Pallotti,
para a Editora Insular em março de 1998.